



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 444, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 20 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União, em 20 de abril de 2022, Edição 75-A, Seção 2, página 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa; em conformidade aos autos do Processo nº 23204.000391/2023-76, proveniente do Instituto de Ciências da Educação - Iced, e em cumprimento à decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe, tomada na 4ª reunião ordinária, realizada de forma presencial em 28 de novembro de 2024, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Licenciatura em História, do Iced, da Ufopa, conforme Anexo que é parte integrante e inseparável desta Resolução.

Art. 2º Ficam revogadas a Resolução Consepe nº 235, de 24 de janeiro de 2018 e a Resolução Consepe nº 240, de 6 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 20 de dezembro de 2024, com publicação na página dos Conselhos Superiores no [Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH](#).

ALDENIZE RUELA XAVIER
Presidente do Consepe

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**Santarém
2024**

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	7
1.1 Mantenedora	7
1.2 Mantida	7
1.2.1 Identificação	7
1.2.2 Atos Legais de Constituição	7
1.2.3 Dirigente Principal da Mantida	7
1.2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	8
1.2.5 Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará	8
1.2.6 Missão Institucional	11
1.2.7 Visão Institucional.....	12
1.2.8 Princípios Norteadores.....	12
1.2.9 Corpo Docente e Técnico Administrativo da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	13
1.2.10 Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	14
1.3 Instituto de Ciências da Educação.....	15
1.3.1 Finalidades.....	16
1.3.2 Princípios	16
2 INFORMAÇÕES DO CURSO.....	17
2.1 Dados Gerais do Curso.....	17
2.2 Justificativa.....	17
2.3 Histórico do Curso	20
2.4 Formas de Ingresso.....	22
2.5 Objetivos do Curso	23
2.5.1 Objetivo Geral.....	23

2.5.2 Objetivos específicos	24
2.6 Perfil do egresso	24
2.7 Competências e Habilidades	26
2.7.1 Competências e Habilidades Gerais	26
2.7.1.1 Competências e Habilidades Específicas para História	27
2.8 Organização Curricular	27
2.8.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº3/2004	34
2.8.2 Políticas de Educação Ambiental, conforme o disposto na Lei Nº 9.795/1999, no Decreto Nº4.281/2002 e na Resolução CP/CNE Nº 2/2012.....	36
2.8.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE Nº 1, de 30/05/2012	37
2.8.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro autista (Conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012)	42
2.9 Conteúdos Curriculares	43
2.10 Metodologia	44
2.11 Componentes curriculares.....	45
2.11.1 Matriz Curricular.....	45
2.11.2 Percurso Acadêmico.....	48
2.11.3 Distribuição da Carga horária do Curso.....	50
2.11.4 Quadro de disciplinas optativas.....	50
2.11.5 Quadro de equivalências.....	51

2.12 Ementário e Bibliografia	52
2.12.1 Ementário e Bibliografia dos componentes da matriz curricular.....	52
2.12.2 Ementário e Bibliografia das disciplinas optativas.....	89
2.13 Atividades Complementares.....	102
2.14 Estágio Curricular Supervisionado	105
2.14.1 Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica.....	108
2.14.2 Estágio Curricular Supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica	109
2.14.3 Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria, prática e pesquisa.....	110
2.15 Trabalho de Conclusão de Curso	110
2.16 Apoio ao discente.....	117
2.17 Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo ensino- aprendizagem.....	120
2.18 Práticas de Avaliação da Aprendizagem no Curso de Licenciatura em História	121
2.18.1 Avaliação do Curso e dos Docentes.....	122
2.18.2 Avaliação do ensino-aprendizagem e coerência desse sistema avaliativo.....	122
2.18.3 Sistema de avaliação dos componentes curriculares.....	123
2.18.4 A avaliação substitutiva	124
2.19 Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	125
2.20 Integração com as redes públicas de ensino	126
2.21 Atividades práticas de ensino para licenciaturas.....	126
2.22 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação Tecnológica	127
2.22.1 Políticas de Ensino	128
2.22.2 Políticas de Extensão Universitária.....	132
2.22.3 Políticas de Pesquisa.....	138

2.22.4	Programas	de	Iniciação	139
	Científica.....			
3	RECURSOS HUMANOS			140
3.1	Apoio Técnico Pedagógico.....			140
3.1.1	Direção de Instituto.....			141
3.1.2.	Coordenação de Curso			141
3.1.3	Técnicos em Assuntos Educacionais.....			144
3.1.4	Secretaria Executiva			144
3.2	Organização Acadêmico–Administrativa			145
3.2.1	Gestão Acadêmica.....			145
3.2.2	Núcleo de Estágio do ICED.....			145
3.2.3	Órgãos Colegiados.....			146
3.3	Docentes			148
3.3.1	Quadro de Titulação e Formação Acadêmica.....			149
3.3.2	Experiência docente no ensino básico superior.....			149
3.3.3	Quadro de docentes por disciplinas.....			150
3.3.4	Núcleo Docente Estruturante			155
3.3.5	Política e Plano de Carreira.....			156
3.3.6	Critérios de Admissão.....			157
3.3.7	Apoio à Participação em Eventos			159
4	INFRAESTRUTURA			159
4.1	Informações Gerais.....			159
4.2	Salas de aula.....			159
4.3	Instalações para os docentes do curso.....			160
4.4	Instalações para a coordenação do curso.....			161
4.5	Auditórios.....			162

4.6 Laboratórios e outros espaços do curso.....	162
4.6.1 Laboratório de História.....	162
4.6.2 Laboratórios de Informática de uso compartilhado.....	164
4.6.3 Centro de Documentação História do Baixo Amazonas.....	164

1. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1. Mantenedora

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L.					Nº	s/n
Bairro:	Zona Cívico-Administrativa	Cidade:	Brasília	CEP:	70047-900	UF	DF
Fone:	(61) 2022-7828 / 7822 / 7823 / 7830						
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

1.2. Mantida

1.2.1. Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
CNPJ:	11.118.393/0001-59						
End.:	Av. Marechal Rondon					Nº	s/n
Bairro:	Caranazal	Cidade:	Santarém	CEP:	68040-070	UF	Pará
Telefone:	(93) 21016502			Fax:	(93) 21016506		
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br / gabinete@ufopa.edu.br						
Site:	www.ufopa.edu.br						

1.2.2. Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

1.2.3. Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitora		
Nome:	Aldenize Ruela Xavier		
Telefone:	(93) 21016502	Fax:	(93) 21016506
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br		

1.2.4. Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitora: Profa. Dr.^a Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitor: Profa. Dr.^a Solange Helena Ximenes Rocha

Presidente do Conselho Superior Deliberativos: Profa. Dr.^a Aldenize Ruela Xavier

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Carla Marina Costa Paxiuba

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Prof. Dr. Cauan Ferreira

Araújo

Pró-Reitora de Administração: Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Profa. Dr.^a Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Prof.^a Me. Fabriciana Vieira Guimaraes

Pró-Reitora de Comunidade, Cultura e Extensão: Prof.^a Dr.^a Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Prof. Me. Luamim Sales Tapajós

Diretora do Instituto de Ciências da Educação: Prof.^a Dr.^a Lademe Correia de Sousa

Coordenadora do Curso de Licenciatura em História: Prof.^a Dr.^a Isabel Teresa Creão Augusto

1.2.5. Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, sancionada pelo Presidente da República em Exercício, José Gomes Alencar da Silva e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2012. É uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, na cidade de Santarém-Pará, terceira maior população do Estado.

É uma universidade multicampi: além de Santarém, foi pactuada com o MEC a implantação de campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, há a Unidade Rondon – antigo campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Unidade Tapajós – onde funcionava a Unidade Descentralizada da UFRA/TAPAJÓS –, e a Unidade Amazônia, além de outros espaços alugados para atendimento das necessidades de espaço físico administrativo e acadêmico da instituição, até a construção de novos prédios.

Em 1971, iniciou-se, em Santarém, o processo de interiorização dos cursos de graduação da UFPA, através do Núcleo de Educação da UFPA, criado em 14 de outubro de 1970 (Resolução CONSEP-UFPA nº 39/1970). Foram ofertados cursos de licenciaturas de curta duração no período de 1971 a 1973, com as atividades de ensino desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira.

O Núcleo de Educação foi reativado em 1980, permitindo que, no período de 1980 a 1983, fossem realizados novos cursos de licenciatura de curta duração e cursos de complementação de estudos para os professores da rede básica de ensino que já possuísem a licenciatura de curta duração. Posteriormente, um convênio realizado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1983 possibilitou o início do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde hoje funciona a Unidade Rondon da Ufopa.

No segundo semestre do ano de 1985, toma posse o Prof. Dr. José Seixas Lourenço, primeiro Reitor eleito da UFPA. Fazia parte de seu Programa de Gestão (1985-1989), a ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPA para o interior do Estado. Este projeto de interiorização da UFPA serviu de modelo às demais universidades da região

Norte e, sob sua liderança, foram realizados encontros e seminários, que resultaram na elaboração do I Projeto Norte de Interiorização (1986-1989), constituído pelo Projeto de Interiorização de cada uma das universidades da Amazônia. A diretriz prioritária desses projetos teve como eixos: (I) a formação e a capacitação de professores de 1º e 2º graus; (II) o resgate e a preservação do patrimônio artístico e cultural; e (III) a realização de pesquisas aplicadas à região.

A aprovação desse projeto de interiorização da UFPA pelos Conselhos Superiores possibilitou, inicialmente, a implantação de 8 campi universitários em municípios considerados polos de desenvolvimento do Pará: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Em cada um deles foram implantados cinco cursos de Licenciatura Plena – Matemática, Letras, Geografia, História e Pedagogia –, todos iniciados em janeiro de 1987. Estabeleceu-se também que os campi teriam como abrangência os 143 municípios paraenses. Posteriormente, foi criado o campus Universitário de Breves. Todos os campi da UFPA foram criados na expectativa de, no futuro, serem transformados em Universidades. Além disso, os cursos lá disponíveis inicialmente funcionavam no período intervalar, com os professores sendo deslocados do campus de Belém. Para conferir um caráter permanente às ações da UFPA em Santarém, no princípio da década de 1990, iniciou-se à implantação de cursos em caráter permanente, com corpo docente próprio.

No ano de 2000, foi elaborado um projeto de transformação do Campus Universitário da UFPA em Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para criação da Universidade Federal do Tapajós.

Em 2006, o Senador Flexa Ribeiro (PA) apresentou um Projeto Legislativo no Senado Federal, com o objetivo de criar duas Universidades Federais no Estado do Pará, sendo uma com sede em Santarém e outra com sede em Marabá.

No ano seguinte, durante a solenidade comemorativa aos 50 anos da UFPA, ocorrida no Teatro da Paz em Belém-Pará, em 2 de julho de 2007, o então reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, o projeto de criação e implantação da Ufopa. Posteriormente, o Ministro da Educação e o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo da Silva, encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República em 11 de dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei nº 2.879/2008 propondo a Criação da Ufopa fosse enviado ao Congresso Nacional.

A Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC instituiu a Comissão de Implantação da Ufopa, pela Portaria nº 410, de 3 de junho de 2011, para realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender aos objetivos previstos no Projeto de Lei nº 2.879/2008. O Ministro da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008.

Nesta mesma data, foi instituído, também, um Conselho Consultivo integrado pelo Governo do Estado do Pará (Vice-Governador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura, Sistema Integrado de Defesa Social e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará), Sudam, Banco da Amazônia, UFPA, UFRA e Prefeitura Municipal de Santarém, que prestou primoroso apoio à Comissão de Implantação da Ufopa.

Durante todo o processo de implantação desta universidade, foi realizada uma ampla discussão com a comunidade acadêmica local e regional, com destaque para os Seminários

realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados “Pensando em uma Nova Universidade – modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: Polo de Conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional”. Participaram desse Seminário Reitores e Dirigentes de várias instituições de ensino e pesquisa do país, dirigentes da Sesu/MEC, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes/MEC), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC), do Governo do Estado do Pará, da Prefeitura Municipal de Santarém, além de docentes, técnicos administrativos e discentes da UFPA.

Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1ª Edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (Uniam), entregue ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, em junho de 2008, em Belém, Pará. Esse projeto, além de propor a mudança de nome da Universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar, empreendedora e eficiente, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento. Em 6 de novembro do ano posterior, foi publicada no DOU a Lei nº 12.085/2009, que criou a Ufopa, por desmembramento dos campi da UFPA e da UFRA/Polo Tapajós.

Já em 5 de dezembro de 2009, sob a presidência do Reitor da UFPA, instituição tutora da Ufopa, foi instalado o Conselho Consultivo da Ufopa, com a finalidade de manter um canal de comunicação com a sociedade.

Em abril de 2010, a Reitoria encaminhou ao MEC exposição de motivos e versão preliminar da proposta de Estatuto da Ufopa e designou uma comissão de elaboração deste, com a finalidade de promover ampla discussão da proposta na comunidade acadêmica, para posteriormente ser submetida e aprovada pelo Conselho Universitário (Consun) Pro Tempore e encaminhada ao MEC para aprovação pelas instâncias competentes. Por fim, o Estatuto da Ufopa foi aprovado pelo Consun da Ufopa por meio da Resolução nº 16, de 21 de maio de 2013 e pelo MEC por meio da Portaria nº 400, de 15 de agosto de 2013, expedida pela Secretaria de Regulamentação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

1.2.6. Missão Institucional

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

1.2.7. Visão Institucional

Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos.

1.2.8. Princípios Norteadores

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa, vigente entre 2019 e 2023, os princípios filosóficos que norteiam a instituição são os seguintes:

a) Responsabilidade social e pública. Orientada por valores alicerçados na democracia, justiça social, solidariedade e respeito à diversidade, a Ufopa deve formar e empreender esforços para desenvolver processos de atuação inclusivos que favoreçam o acesso de pessoas e grupos historicamente excluídos do ensino superior; pautar suas ações no respeito aos

valores humanos e na preservação ambiental; defender a garantia da universidade pública e gratuita; e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento das populações amazônicas.

b) Pertinência e desenvolvimento humano sustentável. A Ufopa deve contribuir para a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral da sociedade, buscando atender às necessidades da população em associação com as demais instâncias públicas e privadas nos projetos de maior interesse da sociedade, no que diz respeito a propiciar o desenvolvimento humano sustentável. Deve adotar critérios e práticas sustentáveis, visando à renovação e ao uso racional de recursos naturais, fortalecer capacidades para inovações que propiciem o uso sustentável da geodiversidade e da biodiversidade amazônicas, em consonância com o aprimoramento continuado dos serviços ofertados e da melhoria da qualidade de vida da sociedade.

c) Interculturalidade e inclusão. A Ufopa deve primar por uma política de ações afirmativas e inclusiva, objetivando a defesa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de promoção do direito à diversidade cultural, de busca da igualdade de gênero, de garantia dos direitos das pessoas com deficiência (PcDs), bem como de diminuição da desigualdade social e do combate a todo tipo de discriminação e preconceito. A valorização de qualquer ato ou expressão que configure respeito à diversidade deve ser um compromisso institucional que norteará todas as ações e práticas no ambiente acadêmico.

d) Relevância científica, artística e sociocultural. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser objeto de produção e socialização do conhecimento, na perspectiva de sua integração para valorização das manifestações científicas, artísticas e culturais, resguardada a pluralidade e a universalidade do conhecimento. A Ufopa deve desenvolver a capacidade de inovação contínua diante das transformações da sociedade e da ciência, exercitando a reflexão em face das novas demandas econômicas e sociais.

e) Interdisciplinaridade. A promoção do diálogo entre os diversos campos do saber que compõem a dinâmica da universidade, bem com a articulação na relação entre universidade e sociedade, constitui-se, assim, na superação da visão fragmentada do conhecimento e na constante troca de saberes científicos e tradicionais. Para isso, a Ufopa desenvolverá suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com base em práticas pedagógicas integradoras, além da flexibilização curricular e da valorização e intercâmbio entre as diversas culturas, crenças e saberes.

f) Inovação. A inovação, presente em todas as áreas e segmentos da sociedade, é a mola propulsora que se situa na interface da relação entre a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento. Na Ufopa, a inovação deve transversalizar todos os processos formativos, porque é complexa, interativa e compreendida como um dos importantes vetores do desenvolvimento humano sustentável.

g) Interatividade. A dimensão do desenvolvimento humano é integral e global. Assim, a Ufopa deve manter-se em contínuo intercâmbio de conhecimento com a comunidade científica internacional, visando posicionar-se como protagonista na fronteira do conhecimento, como meio de aperfeiçoar a plena formação acadêmica. Neste particular, é crucial a criação de programas que potencializem a interatividade institucional, no sentido de priorizar a inserção de seus estudantes e servidores no cenário de excelência acadêmica, inclusive internacional. A Ufopa deve garantir a formação linguística equivalente à necessidade de consolidação do acervo de experiências permutadas com estudantes de outras nações, ao se traduzirem em valorização de sua prática profissional futura.

1.2.9. Corpo Docente e Técnico Administrativo da Ufopa

De acordo o Relatório do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, no primeiro semestre de 2017, a Ufopa tinha em seu quadro de servidores, 418 professores, sendo 221 doutores, 171 mestres, 4 especialistas e 1 graduado. Já o número de técnicos correspondia a 551, sendo 3 doutores, 50 mestres, 247 especialistas, 147 graduados, 57 com ensino médio concluído e 15 com ensino fundamental completo, incompleto e alfabetizados. Conforme o Relatório Anual da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), no ano de 2020, a Ufopa tinha em seu quadro de servidores 493 professores e 604 técnicos.

1.2.10. Estrutura Acadêmica da Ufopa

Coerente com o modelo acadêmico implantado na Ufopa, sua estrutura acadêmica está assim constituída:

1. Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII): Unidade responsável pela Formação Básica Indígena e por organizar a criação de curso(s) na perspectiva Intercultural, juntamente com as diversas Unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa; e que busca a articulação das diversas áreas do conhecimento em prol da construção de uma abordagem interdisciplinar. Mantém o Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais.

2. Instituto de Ciências de Educação (Iced): Mantém os seguintes Cursos: Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Química, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Informática Educacional, Licenciatura em Matemática e Física, Licenciatura em Letras Português-Inglês e Licenciatura em Pedagogia (Regular e Parfor).

3. Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef): Mantém os Cursos de Bacharelado em Agronomia (Regular e pelo Programa do Forma Pará), Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, Bacharelado Interdisciplinar em Biotecnologia, Bacharelado em Engenharia Ambiental e Bacharelado em Zootecnia.

4. Instituto de Ciências da Sociedade (ICS): Mantém os Cursos de Bacharelado em Antropologia, Bacharelado em Arqueologia, Bacharelado em Ciências Econômicas, Bacharelado em Direito e Bacharelado em Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional.

5. Instituto de Engenharia e Geociências (IEG): Mantém os Cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra, Bacharelado em Geofísica, Bacharelado em Ciências Atmosféricas e Bacharelado em Geologia.

6. Instituto de Saúde Coletiva (ISCO): Mantém os cursos de Bacharelado em Farmácia, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e Bacharelado em Saúde Coletiva.

7. Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA): Mantém os Cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas; Bacharelado em Ciências Biológicas; Bacharelado em Engenharia de Pesca; Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental e Bacharelado em Gestão Ambiental.

O curso de Licenciatura em História está vinculado ao Instituto de Ciências da Educação (Iced). Assim, faz-se necessário compreender a estrutura acadêmica, as finalidades e os princípios dessa unidade acadêmica.

1.3. Instituto de Ciências da Educação

O Iced da Ufopa se constitui como unidade acadêmica de formação docente em educação superior (graduação e pós-graduação), na área do conhecimento das Ciências da Educação, sendo disciplinado pelas normas internas da Ufopa, bem como pela legislação federal referente à formação docente. O Iced é constituído pelos seguintes programas: Ciências Naturais, Ciências Humanas, Letras, Ciências Exatas e Educação, com os cursos mencionados no item anterior. Também integram o instituto o Programa Nacional de Formação de Professores (Parfor) – financiado pela Capes – e o Programa Forma Pará – em parceria com o Governo do Estado do Pará –, por meio dos quais são ofertados cursos de licenciatura.

Além disso, no Instituto há programas de pós-graduação lato sensu e programas de pós-graduação stricto sensu. O Instituto já ofertou cursos de especialização em Gestão Escolar, em Educação Infantil e aperfeiçoamento chamado “A escola e a cidade: políticas públicas educacionais”, curso de aperfeiçoamento Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação. Atualmente, possui Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL); e oferta os seguintes cursos: Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF), Mestrado Profissional em Letras (Profletras), Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat), Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF), Mestrado Acadêmico em Educação, Mestrado Acadêmico em Letras e Doutorado em Educação. Já ofertou, temporariamente, Doutorado Interinstitucional em Educação – Ufopa/Unicamp e Doutorado Interinstitucional em Geografia Humana – Ufopa/Unifesspa/Usp.

1.3.1. Finalidades

O Iced é uma unidade interdisciplinar, com autonomia acadêmica e administrativa, que tem como finalidade a formação e a qualificação de profissionais da educação comprometidos com o desenvolvimento e com a construção de uma sociedade justa, democrática, solidária e pluralista, por meio de cursos regulares, intervalares e de educação à distância, de graduação e de pós-graduação, observando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O Instituto tem como objetivo formar educadores comprometidos com a transformação social do Brasil e da Amazônia, para atuar na educação básica e educação superior, quer no espaço escolar ou em outros espaços sociais nos quais a atuação desse profissional se fizer necessária, sempre numa perspectiva de promover o ensino crítico e reflexivo, que instrumentaliza o indivíduo a intervir na sociedade, tendo em vista a sua transformação e a construção da cidadania.

1.3.2. Princípios

- Ser referência em âmbito nacional, regional e local no tocante à formação docente;
- A defesa da educação pública gratuita para todos e com qualidade social;
- Autonomia universitária;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Formação de profissionais da educação pautada no compromisso com a valorização do trabalho docente e na construção de práticas educacionais inovadoras com vistas à transformação social;

- Afirmação e ampliação da democracia como referência para a gestão institucional;
- Compromisso social com grupos organizados em torno de lutas em favor da dignidade humana, da liberdade, da solidariedade, da justiça social e da preservação e desenvolvimento da Amazônia;
- Compromisso com a inclusão social e educacional dos sujeitos historicamente excluídos;
- Reconhecimento da pluralidade e das diferenças como elementos construtivos das relações acadêmicas, políticas e sociais.

2. INFORMAÇÕES DO CURSO

2.1. Dados Gerais do Curso

Endereço de oferta do curso	Universidade Federal do Oeste do Pará - Campus de Santarém – Instituto de Ciências da Educação (Unidade Rondon). Av. Marechal Rondon, s/n – Caranazal CEP 68040-070, Santarém (PA)		
Denominação do Curso	Licenciatura em História		
Turno de funcionamento	Matutino ou Noturno, de forma intercalada		
Nº total de vagas anuais	50 vagas		
Modalidade	Presencial		
Regime de matrícula	Semestral		
Duração do curso	Carga Horária Total	Tempo Mínimo	Tempo Máximo
	3.550h	9 semestres	14 semestres

2.2. Justificativa

A Ufopa foi a primeira universidade implantada no interior da Amazônia Brasileira, na cidade de Santarém, Pará. A região de abrangência da Ufopa é composta de 20 (vinte) municípios. A população total destes municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do Estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do Estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o Município de Santarém o de maior densidade demográfica - 12,87 habitantes/km. Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa os municípios da região geográfica intermediária¹ de Santarém (composta pelas regiões geográficas imediatas de Santarém, Itaituba e Oriximiná, que abarcam as cidades de Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha e Terra Santa), além dos municípios de Aveiro, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à região geográfica intermediária de Altamira (integrada pelas regiões geográficas imediatas de Altamira e Almerim-Porto de Moz).

¹ Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) modificou a forma de organizar a vinculação entre os municípios integrantes da divisão regional do Brasil. O que anteriormente era considerado “mesorregião”, no interior de um estado, passou a ser nomeado de “região geográfica intermediária”; por sua vez, as “microrregiões” que formavam uma “mesorregião” passaram a se chamar “região geográfica imediata”. Para mais informações sobre essa mudança de classificação do IBGE, conferir: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home/.

De acordo com o relatório do Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará, apenas 10% dos professores que atuam na capital e no interior do Pará têm formação adequada. São 40.000 professores do ensino básico da rede pública que não possuem curso superior e outros 22.000 que, embora sejam licenciados, ministram disciplinas para as quais não possuem formação específica.²

Esses dados revelam um quadro muito mais preocupante se considerarmos que no estado do Pará pouco mais de 30% dos jovens, com até 19 anos de idade, concluíram o Ensino Médio, que a taxa de abandono escolar alcança 20% e que a média de escolaridade não passa de 5,9 anos, enquanto a nacional é de 7,2 anos.³ Esses fatores têm colocado o Pará em posições muito baixas nos sistemas de avaliação de larga escala realizadas pelo Governo Federal, como no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), no qual o estado aparece abaixo da média da região Norte e sempre muito longe das metas nacionais.

No caso específico do oeste do Pará a situação não é diferente e, em se considerando algumas especificidades, os desafios se revelam ainda maiores. É preciso destacar que essa região se caracteriza, como em toda Amazônia, por uma exuberante biodiversidade que tem sido historicamente ameaçada pela exploração madeireira, o alargamento das fronteiras do agronegócio e a construções de grandes barragens. A implantação dos projetos de extração de minerais e agropastoris incentivou a migração para a região de contingentes populacionais de outras regiões do Brasil, cujas principais consequências foram alterações sociais e culturais na região e a desapropriação territorial das populações locais.

Assim, como corolário dessa situação, a ameaça se estende à sociodiversidade, outra grande riqueza presente nessa porção territorial que é formada por uma diversidade de grupos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, ribeirinhos, extrativistas, assentados, pescadores, agricultores familiares, colonos e migrantes oriundos, especialmente, das regiões nordeste e do centro-sul do país.

No espaço urbano e rural, em inúmeros povoados, pequenas e médias cidades, as populações vivem em condições bastante adversas em termos de políticas públicas de educação, saúde e de saneamento. A concentração de renda, os variados problemas urbanos de infraestrutura, o crescimento desordenado de alguns núcleos urbanos, o conflito pela terra, os persistentes crimes ambientais e o desrespeito aos direitos dos povos da floresta, constituem elementos inequívocos dos desafios atuais e futuros a serem enfrentados pela sociedade e pelos governantes no oeste do Pará.

Segundo o Relatório de Indicadores de Qualidade Ambiental produzido pelo governo do Pará, por exemplo, Santarém e Novo Progresso lideraram os índices de desmatamento na região entre os anos de 2001 e 2011. Essa degradação ambiental afeta o IDH, uma vez que atinge a qualidade de vida e, conseqüentemente, a longevidade da população, que é um dos critérios usados para avaliar o IDH, que para os municípios da região de abrangência da Ufopa é de 0,6 aproximadamente.

Daí a importância, para essa região, de um ensino superior público e de qualidade, voltado ao fortalecimento de diversas áreas do conhecimento. Se as riquezas naturais e as demandas estruturais exigem um forte investimento nas áreas técnicas e tecnológicas, as Ciências Humanas não podem ser relegadas a um segundo plano pelo indispensável papel que desempenham na formação de uma sociedade capaz de refletir sobre os seus problemas de

² Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará de 03 de fevereiro de 2009. Belém-PA, 2009. Disponível em: www.proeg.ufpa.br/view/inicio/downloads.php?idDoc=126. Acesso: 06 de janeiro de 2014.

³Dados disponíveis em: <http://pactopelaeducacao.pa.gov.br/comite-do-baixo-amazonas-acompanhara-investimentos-do-pacto-pela-educacao>.

forma crítica, analítica e prospectiva.⁴ O aperfeiçoamento das políticas públicas e das ações empreendidas em um espaço social tão diversificado depende, invariavelmente, da promoção do respeito à biodiversidade e à sociodiversidade e é exatamente aí que as disciplinas congregadas nas Ciências Humanas desempenham uma função estratégica para o desenvolvimento do Oeste do Pará. Esse é, por exemplo, o caso da História, pois como bem destacou Jörn Rüsen:

a 'História' é exatamente o passado sobre o qual os homens têm de voltar o olhar, a fim de poderem ir à frente em seu agir, de poderem conquistar seu futuro. Ela precisa ser concebida como um conjunto, ordenado temporalmente, de ações humanas, no qual a experiência do tempo passado e a intenção com respeito ao tempo futuro são unificadas na orientação do tempo presente.⁵

Além disso, a oferta de um curso de Licenciatura Plena em História na região do oeste do Pará, além de suprir as carências do ensino e possibilitar a melhoria nos índices de escolarização da Educação Básica, tem como função prioritária o desenvolvimento de agentes sociais capazes de refletir sobre os problemas regionais e de valorizar a diversidade ambiental e social, tão marcante nessa região.

Não obstante tenha como foco a formação de professores de História, o curso de Licenciatura Plena procura primar, também, pela produção do conhecimento norteada por princípios científicos e práticos, fortalecendo a universidade como *locus* da formação profissional, da educação continuada, da não fragmentação do profissional da educação e da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse aspecto da formação deve-se pautar sempre pela conexão entre ensino, pesquisa e extensão, procurando qualificar continuamente a formação de professores com competências científico-pedagógicas capazes de promover um ensino voltado à reflexão, por meio de estratégias e metodologias participativas e inovadoras nos ambientes educativos.

Consequentemente, o profissional Licenciado em História pela Ufopa, além de suprir uma demanda urgente em termos de defasagem de professores dessa área, estará apto a desenvolver a pesquisa e contribuir para uma melhor compreensão do passado e do contexto espacial atual da Amazônia (em particular a da porção oeste do Estado do Pará). Entende-se que a pesquisa é um elemento indissociável da formação intelectual autônoma e crítica do professor. Faz-se necessário, nesse sentido, o estímulo à compreensão da produção do espaço no contexto histórico da região "vista de dentro", ou seja, capaz de percebê-la a partir das suas especificidades, rompendo com as análises em torno do eixo centro-periferia.⁶ Os discentes e egressos do curso, portanto, poderão contribuir também decisivamente no desenvolvimento da pesquisa histórica da região.

Deste modo, a implantação do curso de Licenciatura em História na Ufopa é de suma importância e poderá contribuir efetivamente para o melhoramento do ensino básico no oeste do Pará, dada a carência e necessidade de pesquisadores e educadores capazes de atuar eficazmente na área nas cidades da região.

⁴ Cf. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

⁵ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 74.

⁶ Esta compreensão vem sendo enfaticamente defendida na historiografia local das últimas décadas, como nos seguintes trabalhos, voltados a questões específicas sobre a história da Amazônia: CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açai; Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA); Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010; BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2012; entre outros.

2.3. Histórico do Curso

Em 2009, o projeto de implantação da Ufopa – que incorporaria os campi de Santarém, Itaituba e Oriximiná da UFPA, bem como o campus de Santarém da UFRA – previa a criação de licenciaturas integradas, entre as quais a Licenciatura Integrada em História e Geografia, que foi criada em 2011. A finalidade, naquele momento, era promover a formação de professores capazes de fomentar ações interdisciplinares (sendo a interdisciplinaridade um dos pilares da universidade) envolvendo estas duas áreas do conhecimento no espaço escolar.

Assim, entre os anos 2011 e 2014 a Ufopa ofertou vagas para o curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia, tanto no regular como através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). Porém, após inúmeras reuniões entre os professores do curso e deste grupo com as instâncias superiores da universidade, em 2015 decidiu-se que as habilitações nestas áreas seriam ofertadas separadas. Desta maneira, a partir de 2016 a Ufopa começou a ofertar, anualmente, uma turma de Licenciatura em História e outra turma de Licenciatura em Geografia, mantendo a Licenciatura Integrada como modalidade no Parfor. Neste ínterim, a turma ingressante através dos Processos Seletivos de 2015 migrou para o novo curso e, conseqüentemente, adotaram a matriz curricular atualizada, constituindo, assim, a primeira turma do curso de Licenciatura em História da Ufopa.

O Corpo Docente do curso é composto por um quadro completo de doutores e doutoras, com formações em diferentes instituições do país, o que fortaleceu as atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do curso e a inserção do curso na universidade. No decorrer da história do curso, por exemplo, foram desenvolvidos vários projetos de ensino, pesquisa e extensão pelo corpo docente, alguns em conexão com projetos institucionais, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), a Residência Pedagógica e o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), que serão explicitados mais adiante. O curso conseguiu, inclusive, por meio de alguns projetos, vencer editais de financiamento internacional. Esses projetos como um todo contaram com a participação de dezenas de discentes do curso e foram direcionados à comunidade interna e externa.

Como resultado da atuação conjunta do corpo docente e a fim de fomentar a produção acadêmica no curso, foi criado o Grupo de Estudo e Pesquisa em História do Baixo Amazonas (Gepehisba), que agrega todos os docentes, discentes e egressos do curso, bem como outros pesquisadores do Baixo Amazonas. O grupo está subdividido em três grandes linhas de pesquisa, “Natureza, colonização e espaço no Baixo Amazonas (Séculos XVII e XVIII)”, “O Baixo Amazonas no Oitocentos” e “História, sociedade, cultura e natureza no Baixo Amazonas (século XX)”. O grupo tem fomentado a pesquisa, publicações e a realização de eventos.

Atualmente, o curso conta com toda a estrutura da universidade e uma estrutura específica, que serão detalhadas mais adiante. Destacamos, neste histórico, dois espaços que se tornaram essenciais para a comunidade de História da Ufopa: o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), que reúne acervos importantíssimos para a produção acadêmica sobre a história da região; e o Laboratório de História, espaço multiuso e compartilhado por todos os docentes e discentes, para a execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com toda essa estrutura, o curso de História atende discentes de Santarém e de várias cidades da região. Entre estes, destacamos a presença de estudantes PcDs, indígenas e quilombolas, que são atendidos por políticas universitárias específicas. O primeiro Projeto Político Pedagógico do curso foi finalizado em 2017, com o qual o curso foi reconhecido pelo MEC (em 2018), conforme a Portaria Seres/MEC nº 340, de 13 de maio de

2018, tendo obtido nota 4. Em 2023, o reconhecimento foi renovado por meio da Portaria Seres/MEC nº 154, de 21 de junho de 2023. Paralelamente, a presente atualização do Projeto Político está sendo conduzida a fim de contemplar a legislação educacional aprovada nos últimos anos.

2.4. Formas de Ingresso

Anualmente, o curso de Licenciatura em História da Ufopa oferece 50 (cinquenta) vagas. O ingresso no curso é feito por meio de formas regulares e especiais, conforme o Regimento de Graduação da Ufopa aprovado pela Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) nº 331 de 28 de setembro de 2020. Seguindo este dispositivo, considera-se que as formas regulares de ingresso no curso de Licenciatura em História são:

1. Processo Seletivo Regular (PSR): seleciona os candidatos inscritos por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) organizado pelo Inep/MEC. O PSR é regulamentado pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, pelo Estatuto e Regimento Geral da Ufopa, e pelas resoluções internas e condições estabelecidas no próprio edital.

2. Processo Seletivo Especial (PSE): trata-se de uma seleção diferenciada destinada às populações indígenas e quilombolas. O PSE é regulamentado pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, pelo Estatuto e Regimento Geral da Ufopa, e pelas resoluções internas e condições estabelecidas no próprio edital. Das 50 (cinquenta) vagas ofertadas no curso, 4 (quatro) são reservadas para o PSE: 2 (duas) para candidatos indígenas e 2 (duas) para candidatos quilombolas.

3. Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin): refere-se à mudança do curso em que o discente, regularmente matriculado na Ufopa, pleiteia mudança para qualquer outro curso oferecido pela instituição, mediante disponibilidade de vaga e processo seletivo. É realizada anualmente em conformidade com o Calendário Acadêmico da Ufopa.

4. Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex): caso as vagas ofertadas na Mobin não sejam preenchidas, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) poderá oferecê-las em um processo seletivo de mobilidade acadêmica externa, nos termos do capítulo V do Título IX do Regimento de Graduação da Ufopa.

5. Transferência *ex officio*: trata-se de um ato de caráter compulsório destinado a servidor público federal ou militar das Forças Armadas e a seus dependentes. Na transferência *ex officio* o discente, que mantém um vínculo com um curso de graduação de uma instituição nacional ou estrangeira, é transferido para a Ufopa, independentemente da existência de vaga e de prazo para solicitação.

Além dessas modalidades, o ingresso no curso pode ocorrer quando a Ufopa atua como executora de projetos governamentais (federal, estadual, distrital e municipal) oferecendo cursos em diversas áreas com a finalidade de promover a melhoria da qualidade de vida da população de uma região. A exemplo do Programa Forma Pará, em parceria com o governo estadual, e do Parfor, promovido pelo governo federal. Por fim, outros meios de ingresso podem ser realizados, desde que aprovados pelo Consepe.

2.5. Objetivos do Curso

2.5.1. Objetivo Geral

O curso de Licenciatura em História tem como objetivo a formação de profissionais que atuarão como professores, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, cujas práticas

pedagógicas sejam capazes de superar o simples domínio de conteúdos em favor de uma atuação docente pautada na reflexão dos métodos e critérios de produção interdisciplinar. Em uma região com notável biodiversidade e sociodiversidade, além da histórica desigualdade social, espera-se a formação de profissionais capazes de articular o conhecimento sobre o tempo e o espaço em prol de uma reflexão pedagógica que permita pensar os problemas enfrentados pela região de forma crítica, analítica e prospectiva.

2.5.2. Objetivos específicos:

- Preparar profissionais para a atuação no magistério de Educação Básica, no Ensino Fundamental II e Médio, no campo da História e as possibilidades de interdisciplinaridade e as transversalidades;
- Formar profissionais capazes de problematizar e articular o conhecimento das áreas de História em favor de uma formação crítica do alunado;
- Desenvolver a pesquisa e sua difusão na academia, instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- Estimular a consciência profissional, considerando os grandes problemas educacionais da região amazônica e suas interfaces no âmbito das políticas nacionais.
- Valorizar a ética profissional e cidadã do professor, destacando a função social do exercício da docência e os desafios enfrentados cotidianamente por esses profissionais.
- Garantir uma formação que garanta aos licenciados o conhecimento das principais vertentes interpretativas e dos conteúdos básicos da disciplina História;
- Formar profissionais de História capacitados para atuação em áreas do ensino e da pesquisa percebendo a indissociabilidade de ambos;
- Problematizar a inserção das novas tecnologias como ferramenta pedagógica para o Ensino de História;
- Instrumentalizar os egressos para a melhoria do ensino e da pesquisa em História, a partir do domínio de diversos métodos e técnicas pedagógicas adequados aos diversos níveis de ensino.

2.6. Perfil do egresso

Seguindo as diretrizes do CNE/CES 492/2001, o profissional egresso do curso de Licenciatura em História da Ufopa deverá estar capacitado ao exercício do ensino de História em suas variadas dimensões, o que supõe o domínio do conhecimento histórico das práticas essenciais, de sua produção e difusão. O profissional de História deverá estar em condições de atuar na extensão de seu campo de conhecimento, a saber: no ensino básico, na pesquisa, na criação de instrumentos/materiais capazes de dar publicidade à sua produção e nas atividades de assessoramento e consultoria a entidades públicas e privadas nos setores patrimoniais, culturais, artísticos, turísticos, de acordo as Diretrizes Nacionais dos Cursos de História.

Ao Licenciado caberá – com postura crítica e autonomia intelectual – problematizar os processos de significação da própria área do conhecimento, bem como criar mecanismos de diálogo com as diferentes áreas, a fim de promover uma análise interdisciplinar. Na docência também se exige interação com a sociedade em toda a sua estrutura organizacional, desse modo o licenciado em História deverá estar apto a desenvolver juntamente com seus

interlocutores uma interpretação da realidade histórica e dela buscar conhecimentos e experiências que contribuam na formação crítica no processo de ensino e aprendizagem.

Ademais, o professor deve estar em constante atividade de pesquisa juntamente com seus formandos, possibilitando a dinâmica da aprendizagem e permitindo a descoberta do novo, a produção de materiais de difusão do conhecimento, a reelaboração crítica e teórica dos conteúdos ministrados e a desconstrução dos saberes inaugurados por determinados grupos de interesse, que consolidaram e naturalizaram certas práticas históricas de apropriação do espaço social e natural.

Considerando o princípio da indissociabilidade e o perfil que queremos alcançar com a formação do professor, pesquisador e difusor do conhecimento, torna-se, portanto, necessário à capacitação e à qualificação do licenciado, envolvido com sua formação, transformar e desenvolver os conhecimentos dentro de uma prática profissional indissociável. Para isso, são requeridos o domínio e a construção de habilidades e competências capazes de efetivar o processo de profissionalização mediante a sistematização teórico-reflexiva articulada com o fazer nos três citados níveis.

Nesse processo de profissionalização, será estimulada também a opção autônoma do formando como valor central da formação, dando possibilidade aos formandos em ambas as áreas de desenvolverem a capacidade de articular suas escolhas de modo a enfrentar os problemas que a inserção profissional pode propor. Não se trata de estabelecer, simplesmente, uma lista de conhecimentos pré-definidos, mas de fomentar uma maturidade e uma instrumentação intelectual adequada a pensar os problemas da pesquisa e da prática profissional a partir de uma formação teórica e prática plural e aprofundada, ou seja, elaborada, pensada e experimentada.

Nesse contexto, o curso de Licenciatura em História da Ufopa deve ser capaz de prover, ao mesmo tempo, essas competências, práticas e procedimentos para a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento, mas também alimentar a curiosidade intelectual, fomentar a criatividade e a capacidade propositiva. Fomentar, enfim, inclinações e interesses que serão necessariamente variados e pertinentes à formação de professores.

Nas turmas ofertadas pelo Parfor, o perfil do egresso será ainda mais consolidado, tendo em vista se tratar de um público que já possui experiência no exercício da docência.

Enfim, o profissional egresso do curso de Licenciatura em História da Ufopa deverá estar capacitado ao exercício do ensino de História no âmbito da Educação Básica. O curso deve, por conseguinte, ser capaz de prover ao mesmo tempo as competências relacionadas às áreas de História, bem como fomentar práticas e procedimentos para a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento pertinente à formação de professores.

2.7. Competências e Habilidades

2.7.1. Competências e Habilidades Gerais

Tratam-se das competências referentes à formação comum de todos os professores que irão atuar na Educação Básica. Assim, a partir da Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior, o profissional egresso deste curso, na habilitação em Licenciatura Plena em História, deverá:

- Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, promoção dos direitos humanos, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, atuando como profissionais e como cidadãos;

- Reconhecer e respeitar a diversidade manifesta por seus alunos, em seus aspectos sociais, culturais, étnicos, gêneros e físicos;
- Promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e da comunidade, os temas e necessidades do mundo social e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular;
- Fazer uso das novas linguagens e tecnologias, considerando os âmbitos do ensino e da gestão, de forma a promover a efetiva aprendizagem dos alunos;
 - Analisar, produzir e utilizar materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
 - Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem;
- Reconhecer e operar com a complexidade da docência, não a dissociando de seus fundamentos político-pedagógicos e da pesquisa.

2.7.1.1. Competências e Habilidades Específicas para História

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia – CNE/CES 492/2001 – as Competências e Habilidades específicas a serem desenvolvidas no curso de Licenciatura em História da Ufopa, são:

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental II e Médio;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento histórico na Educação Básica.
- Dominar as diferentes concepções metodológicas e teóricas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Conhecer as principais correntes da historiografia brasileira;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, reconhecendo a especificidade da perspectiva histórica;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos, em outros espaços não-formais de ensino, e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- Coletar, processar e analisar fontes históricas criticamente e dominar os procedimentos de formulação de projetos e efetivação da pesquisa em História.

2.8. Organização Curricular

O Projeto Pedagógico do Curso de História da Ufopa foi organizado seguindo as seguintes diretrizes da legislação vigente: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394, de 20/12/1996); Resolução CNE/CES nº 13, de 13/03/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História; Resolução CNE/CP nº 2/2002 que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura; Resolução CNE nº 7/2018,

que versa sobre a curricularização da extensão universitária; Resolução CNE/CP/2002 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica; Portaria MEC nº 403, de 01/04/2010 que trata dos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura; Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CEB nº 4/2010, Resolução CNE/CP nº 1/2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Decreto Presidencial nº 5.626/2005 que regulamenta a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular; Lei nº 9.795 de 27/04/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; Resolução MEC nº 2, de 1º de julho de 2015, através do Conselho Nacional de Educação (CNE), mediante seu Conselho Pleno, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”, observando-se o prescrito nas seguintes legislações vigentes: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, que originou Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012, bem como pela proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2010 apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica.

O curso de História da Ufopa segue esses princípios na sua estratégia de formação, com vista a um egresso que na atividade docente zele pela garantia do padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, o que pode contribuir para se alcançar a qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo. A exigência legal de definição de padrões mínimos de qualidade da educação traduz a necessidade de reconhecer que a sua avaliação se associa à ação planejada, coletivamente pelos sujeitos da escola. Movido por essas diretivas, os docentes do curso de História da Ufopa, que atuam nos núcleos de Formação de práticas docentes e de formação em saberes em História e suas didáticas deverão discutir com os discentes, dentro das especificidades de suas disciplinas, os ganhos de modelos de gestão democrática, participativa e colegiada, que possam subsidiar uma prática pedagógica do futuro profissional que favoreça uma cultura escolar que contribua para o acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos nas instituições educacionais.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em História da Ufopa decidiu não implementar na estrutura curricular do Projeto Político Pedagógico do curso as disposições da Resolução CNE nº 02/2019, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), por vários motivos. Primeiramente, em razão da expansão do prazo estabelecido pelo Parecer CNE nº 22/2022. Este parecer reexaminou o Parecer CNE nº 10/2021, que estabelecia a extensão de prazo do artigo 27 da Resolução CNE nº 02/2019. Abaixo transcrevemos um trecho do Parecer CNE nº

22/2022:

Trata o Parecer CNE/CP no 10/2021, objeto do presente reexame, da indicação proposta por este Conselho Nacional de Educação (CNE) para a expansão, em 1 (um) ano, ao prazo final para implantação da Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Em 5 de agosto de 2021, o Conselho Pleno (CP) apreciou a matéria em comento e exarou o seguinte arrazoado, *in verbis*:

[...]

O presente Parecer tem como foco a indicação da expansão, em 1 (um) ano, ao prazo final para implantação da Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

O artigo 27 da supracitada Resolução prevê:

[...]

Art. 27 Fica fixado o prazo limite de até 2 (dois) anos, a partir da publicação desta Resolução, para a implantação, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e da BNC- Formação, definidas e instituídas pela presente Resolução.

Dessa forma, o disposto no artigo 27 da Resolução CNE/CP no 2/2019 passará a considerar 3 (três) anos e não mais 2 (dois) anos, como prazo limite para a implantação das referidas Diretrizes.

Essa iniciativa se justifica frente aos prejuízos institucionais inerentes às medidas necessárias de afastamento compulsoriamente determinado pela Pandemia da COVID-19, no início do ano de 2020 e que, em diversas medidas e variadas formas, ainda perdura. Deve-se ressaltar também a manifestação de entidades científicas e educacionais quando da realização de eventos durante os anos de 2020 e 2021, com a presença do Relator.

Muito embora seja possível e desejado o retorno presencial, deve-se considerar o período de mais de 18 (dezoito) meses da alteração da normalidade do funcionamento das Instituições de Educação Superior (IESs), fato que, certamente, abateu a perspectiva de cumprimento do período previsto pela Resolução CNE/CP no 2/2019, em seu artigo 27, de 2 (dois) anos, para a implantação do disposto na referida Resolução.

Soma-se a essa indicação diversos posicionamentos de IESs enviados ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no sentido dessa ampliação de prazo.

Essa Relatoria baseia-se, igualmente, em decisão indicativa em reunião de trabalho do Conselho Pleno (CP) que se manifestou favorável à demanda apresentada pela Comissão Bicameral responsável pelos trabalhos referentes à elaboração da Resolução CNE/CP no 2/2019, tendo inclusive indicado este Conselheiro como Relator.

(Brasil, 2022, p. 1 e 2 – grifos em itálico e negrito do autor)

Como é possível notar no Parecer nº 22/2022, foram elencadas duas justificativas para estender o prazo para 3 (três) anos: a) a emergência da pandemia da Covid-19 e suas medidas sanitárias, que resultaram em prejuízos institucionais para o transcurso normal das atividades acadêmicas; b) os diversos posicionamentos de Instituições de Ensino Superior (IES), solicitando ao CNE a expansão de prazo. Portanto, a implementação da Resolução CNE nº 02/2019 tem como prazo limite o ano de 2024.

Somado a isso, diversas universidades e órgãos de representação docente manifestaram-se contrários à implementação desta resolução. Por exemplo, a Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) redigiu um documento, em novembro de 2021, intitulado *Não à Resolução nº 02/2019 – Os impactos da BNC-FP sobre os cursos de graduação em História (Licenciatura e Bacharelado): o que precisamos saber?*, no qual se evidencia a posição da

entidade. Neste documento, a ANPUH declara:

Por entender que tais diretrizes interferem na autonomia das universidades, faculdades e institutos e têm consequências nefastas para os cursos, como por exemplo, a descaracterização dos cursos de licenciatura, e, por tabela, dos cursos de bacharelado, elencamos alguns pontos fundamentais do documento que apoiam a compreensão dos prováveis impactos dessa normativa na formação dos professores de História no Brasil.

Nesse sentido, a Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, na luta em defesa dos cursos de licenciatura em História, endossa o posicionamento defendido pelo Fórum de Graduação da ANPUH-Brasil em setembro de 2021 e vem a público posicionar-se contra essa resolução que desqualifica a formação docente (Anpuh, 2021, p. 3).

Assim, ao citar estes documentos, o NDE do Curso de Licenciatura em História da Ufopa justifica a não implementação da Resolução CNE nº 02/2019 em duas frentes: a) do ponto de vista institucional, o Parecer CNE nº 22/2022 garante a extensão de prazo até 2024; b) do ponto de vista político-educacional, subscrevemos o posicionamento da ANPUH-Brasil.

Acrescentamos ao nosso posicionamento político a existência da Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP nº 02/2019 e 01/2020, e pela retomada da Resolução CNE/CP nº 02/2015, encabeçada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com adesão de centenas de entidades nacionais, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professores/as e ao campo educacional. A referida frente lançou um manifesto em 14 de abril de 2023, com os seguintes delineamentos:

- a) a imposição da ultrapassada Pedagogia das Competências e Habilidades que preconiza uma concepção pragmática e reducionista de formação e de docência, centrada em processos de (de)formação com ênfase na padronização, centralização e controle, ferindo os princípios da pluralidade de concepções e a autonomia didático-científica das Universidades, presentes em nossa Constituição Federal de 1988 e na Lei 9.394/96.
- b) a redução do magistério a simples função de tarefeiros e instrutores, induzindo à alienação da categoria e ao expurgo da função social da escola e da formação, como a BNCC e a Reforma do Ensino médio propugnam, impossibilitando a construção de projetos formativos próprios e criativos, e esvaziando de significado a formação de crianças, adolescentes, jovens, e pessoas adultas e idosas na escola e de professores/as nos cursos de licenciatura;
- c) a secundarização do processo de construção do conhecimento pedagógico e científico e sua socialização, a articulação teoria-prática e a sólida formação teórica e interdisciplinar, ferindo o necessário equilíbrio curricular. Esse modelo impõe uma distribuição de carga horária e tempo e um percurso formativo uniforme, em clara inversão epistemológica;
- d) a desconsideração da autonomia das IES e de seus Colegiados de Curso na definição da concepção, sequência e ordenação dos conteúdos curriculares necessários à formação.

(Manifesto da Frente Revoga BNC-Formação Pela retomada da Res. 02/2015).

O NDE do Curso de Licenciatura em História da Ufopa, portanto, de acordo com o Parecer CNE nº 22/2022, que ampliou o prazo para a implementação da Resolução CNE n. 02/2019, e aderindo aos posicionamentos político-educacionais acima, considera ser fundamental o posicionamento contrário à referida resolução, “calcada no ideário neoliberal e mercantilista, imposta de forma autoritária após o golpe de 2016, que descaracterizou a política educacional, reduzindo a escola à mera função executora e instrucional” (Manifesto, 2023). Sendo assim, o NDE decidiu não implementar a resolução no PPC e optou por aguardar os próximos encaminhamentos institucionais e do próprio MEC em relação às políticas de formação de professores e professoras de História.

A organização curricular formulada para a Licenciatura em História foi estruturada para ser finalizado em, no mínimo, 04 anos e meio e, no máximo, 07 anos. Sendo outorgado ao final do curso o título de Licenciatura Plena em História.

Para obter o título de Licenciado em História, o acadêmico deverá cumprir um total 3.550h, conforme as normas da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior para os cursos de licenciatura. Ainda em observância à Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que preconiza em seu Artigo 12 a formação de núcleos, sem perder de vista o princípio da autonomia pedagógica da instituição, a matriz curricular do curso de formação de professor de História da Ufopa encontra-se organizado em:

I - Núcleo de Formação de Práticas Docentes, com 420 horas, formado pelos componentes curriculares: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação (75h), Política e Legislação Educacional (75h), Psicologia da Educação e da Aprendizagem (75h), Língua Brasileira de Sinais (60h), Educação Etnorracial (75h) e Didática (60h).

II - Núcleo de Formação em Saberes em História e suas Didáticas, com 2570 horas, formada pelos componentes curriculares: Metodologia do Ensino de História I (75h), Metodologia do Ensino de História II (75h), Estágio Supervisionado em História I (100h), Estágio Supervisionado em História II (100h), Estágio Supervisionado em História III (100h), Estágio Supervisionado em História IV (100h), Introdução aos Estudos Históricos (60h), Teoria da História I (60h), Teoria da História II (60h), Antropologia e História (60h), História Antiga (85h), História Medieval (85h), História Moderna (85h), História Contemporânea I (85h), História Contemporânea II (85h), História da África I (85h), História da África II (85h), História da América I (85h), História da América II (85h), História do Brasil I (85h), História do Brasil II (85h), História do Brasil III (85h), História da Amazônia I (85h), História da Amazônia II (85h), Historiografia Brasileira (85h), História Indígena e do Indigenismo (85h), Metodologia do Trabalho Científico (60h), Metodologia da História (60h), TCC I (60h), TCC II (60h), Disciplina Optativa I (60h), Disciplina Optativa II (60h), Disciplina Optativa III (60h).

III - Núcleo de Estudos Integradores, com 560 horas, formado pelas Atividades Complementares (200h), contemplando uma gama de atividades de caráter acadêmico, científico, técnico, artístico e de representação estudantil que o aluno deve ter desenvolvido ao longo do curso; pelas Práticas Integradoras de Extensão, divididas em três disciplinas práticas de 60h ofertadas no terceiro, quarto e quinto semestres do curso; e pelas Atividades de Extensão (180h), atividade final onde o aluno apresenta o conjunto de participações em projetos e ações de extensão que desenvolveu durante o curso.

O Núcleo de Formação de práticas docentes contém disciplinas que são ofertadas por professores dos cursos de Pedagogia e do curso de História, que estão distribuídas no percurso formativo dos discentes, conforme indicação da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015 em seu artigo 13, inciso I. Destaca-se a proposta de garantir, por meio desses componentes, um modelo de ensino que não desassocie teoria e prática, mote de nossa metodologia, superando, portanto, o modelo pautado em uma lógica na qual primeiro se “aprende” para, posteriormente, “aplicar” esses conhecimentos nos estágios finais do curso. Deve-se destacar que essa compreensão pedagógica que reconhece a importância da reflexão teórica articulada à prática também foi considerada na estruturação do Núcleo de Formação em Saberes em História e suas Didáticas. Para tanto, há componentes com 85 horas, das quais 25 horas são destinadas à prática docente, a partir de elementos como o uso de tecnologias da informação (TICs), narrativas orais e escritas de professores, produções dos alunos, situações simuladas, estudos de caso, produção de material didático. Com isso, o curso de História da Ufopa se

alinha às diretrizes do Parecer CNECP nº 9/2001, p. 23, que preconiza a superação da ideia de que o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto, na sala de aula se dá conta da teoria.

O Núcleo de Formação em Saberes em História e suas Didáticas é composto por um conjunto de componentes direcionados à formação articulada entre os conteúdos, à reflexão teórico-metodológica do saber histórico e o ensino de História. Esse núcleo se subdivide em oito dimensões:

- Saberes em Teoria e Metodologia: Introdução aos Estudos Históricos (60h), Teoria da História I (60h), Teoria da História II (60h), Antropologia e História (60h), Metodologia do Trabalho Científico (60h), Metodologia da História (60), TCC I (60h), TCC II (60h).

- Saberes em História Geral: História Antiga (85h), História Medieval (85h), História Moderna (85h), História Contemporânea I (85h), História Contemporânea II (85h).

- Saberes em História da África: História da África I (85h), História da África II (85h).

- Saberes em História da América: História da América I (85h), História da América II (85h), História Indígena e do Indigenismo (85h).

- Saberes em História do Brasil: História do Brasil I (85h), História do Brasil II (85h), História do Brasil III (85h), Historiografia Brasileira (85h).

- Saberes em História da Amazônia: História da Amazônia I (85h), História da Amazônia II (85h).

- Saberes Didáticos: Metodologia do Ensino de História I (75h), Metodologia do Ensino de História II (75h), Estágio Supervisionado em História I (100h), Estágio Supervisionado em História II (100h), Estágio Supervisionado em História III (100h), Estágio Supervisionado em História IV (100h).

- Saberes temáticos e transversais em História: Disciplina Optativa I (60h), Disciplina Optativa II (60h), Disciplina Optativa III (60h).

No percurso do Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas, portanto, estão garantidas 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado (conforme o inciso II, parágrafo 1º do artigo 13 da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015), bem como o aprofundamento da relação teoria e prática, já prevista no Núcleo de Formação de práticas docentes, em cumprimento ao prescrito no parágrafo 3º do artigo 13 da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015.

2.8.1. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Em cumprimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP nº1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, os docentes responsáveis pelas disciplinas de História da África I e II, História Indígena e do Indigenismo, Antropologia e História e Educação Etnorracial atendem a Legislação vigente. A saber:

Disciplina: Antropologia e História. O docente trará nas discussões as teorias clássicas da Antropologia. Antropologia e História nos séculos XIX e XX. Temas de estudo transversais entre Antropologia e História: religião/magia, tempo, espaço e organização social. A alteridade como elemento dinamizador das diferenças culturais. As relações de fronteira entre Antropologia e História. Antropologia e Amazônia.

Disciplina: Educação Etnorracial. Será indicado aos professores que utilizem textos ou experimentações que envolvam as matrizes discursivas sobre raça, racismo e racialismo; o racismo, a escola e o livro didático; o racismo em sala de aula: estratégias de atuação e a legislação atual; História e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula; Educação Escolar Quilombola.

Disciplina: História da África I e II. O docente promoverá o debate sobre diversidade econômica, religiosa, política e cultural do continente africano. A escrita da História e a História da África; Constituições históricas e simbólicas do continente. Construções identitárias – imperialismo, colonialismo e pós-colonialidade. África, diásporas e aspectos da globalização.

Disciplina: História Indígena e do Indigenismo. A disciplina analisa a formação do Indigenismo como campo de investigação histórica e a história indígena. Contempla também a legislação, a tutela, as relações de trabalho e de exploração, as formas de mestiçagem e resistência, o território, a historiografia e os conceitos que se ocupam do tema, e os indígenas como sujeitos de ação e protagonistas do processo histórico.

2.8.2. Políticas de Educação Ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE nº 2/2012

A partir das concepções de interdisciplinaridade e transversalidade, a perspectiva de Educação Ambiental deverá ser contemplada em todas as disciplinas acadêmicas da Licenciatura em História. Deve-se ressaltar, de antemão, a importância dessa temática em uma universidade localizada na região Amazônica, como a Ufopa, cuja a missão institucional é “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”.

Daí a necessidade de discutir como os aportes da Educação Ambiental podem ser usados na reflexão da realidade local (História Local e Regional) e o entrecruzamento com as políticas públicas nacionais (História do Brasil e Geral⁷). A temática deverá ser tratada, prioritariamente, nos componentes de História Moderna, História da Amazônia e História Contemporânea I, respeitando o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012. Ademais, ressaltamos que o debate a respeito da Educação Ambiental deverá constar, incondicionalmente, nas disciplinas curriculares optativas.

Disciplinas: História da Amazônia I e II. Voltadas à formação política, econômica e social da região amazônica, nessas disciplinas deverão ser abordados determinados temas e aspectos diretamente relacionados à Educação Ambiental, como: o conceito de Amazônia; a relação entre homem e natureza em suas múltiplas facetas; a construção de territórios e paisagens a partir de diferentes percepções, práticas culturais e usos do espaço; as distinções e interseções entre urbano e rural; os impactos da inserção da região no sistema capitalista no meio ambiente e na sociedade local; entre outros.

Disciplina: História Moderna. A disciplina propõe o estudo dos processos de transformação social, econômica, cultural e política que tiveram lugar no Ocidente no período compreendido, especialmente, entre os séculos XV e XVII. O curso discute os grandes processos que marcaram o período: Expansão Marítima e Comercial, Renascimento e Humanismo, Reformas religiosas, Estados modernos e Absolutismo, e a transição para o capitalismo; dando destaque às transformações na relação entre o homem e o meio natural a

⁷ Disciplinas entendidas como História Geral – Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

partir destes séculos, processo que esteve diretamente relacionado à afirmação do sistema capitalista e ao movimento de industrialização.

Disciplina História Contemporânea I. A transformação nas relações entre homem e natureza a partir da difusão do capitalismo e do modo industrial de produção a partir do século XVIII, incluindo a desorganização de modos tradicionais de uso dos recursos naturais, de produção, habitação e do uso do tempo para o trabalho. A expansão das redes de transporte e comunicação a partir da segunda metade do século XIX, em especial da malha ferroviária, aumentando demanda por carvão e levando a transformação do espaço natural para regiões até então distantes do avanço capitalista. A explosão demográfica das cidades e a ocupação desordenada do território na formação das periferias. A deficiência ou inexistência de serviços sanitários e o quadro de doenças e epidemias que se tornam um desafio para o Estado e as ciências médicas dos séculos XIX e XX.

2.8.3. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Quanto às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012, os docentes do curso organizam suas disciplinas tendo como parâmetro os debates sobre a valorização da liberdade, das identidades de gênero, sexualidades, tolerância religiosa e faixas geracionais. São contempladas, igualmente, as reflexões acerca da promoção da Educação Especial, da gestão democrática da Educação e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Os componentes curriculares especialmente comprometidos com esse debate são: Estágio Supervisionado em História I, II, III e IV, Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação, Política e Legislação Educacional, Língua Brasileira de Sinais, História Antiga e Medieval, História Contemporânea I e II, História da América I e II, História do Brasil I, II e III, História Medieval, Historiografia Brasileira, Introdução aos Estudos Históricos, Teoria da História I e II, Metodologia do Ensino de História I e II.

Disciplina: Estágio Supervisionado em História I, II, III e IV. Nesses componentes curriculares, o professor apresentará as concepções gerais sobre estágio, formação de professores e a relação entre ensino e pesquisa na Educação Básica, preocupado com as questões heterogêneas que são demandadas das práticas em Direitos Humanos. A pesquisa no ensino de História no cotidiano escolar: objetivos, fontes e metodologias. Observação da escola campo do estágio e do trabalho docente.

Disciplina: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação. O docente promoverá a crítica ao pensamento filosófico sobre a sociedade, o conhecimento, direitos humanos e a educação. A educação como prática fundamental da existência histórica – social cultural e política. A educação e os diferentes períodos históricos.

Disciplina: Política e Legislação Educacional. O docente deverá promover um amplo debate acerca das noções de Estado, Direitos Humanos e a organização da Educação. As políticas educacionais e a legislação brasileira na Educação Básica. O gestor escolar, as normas e os procedimentos administrativos. A Legislação e o contexto da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (Libras). Na orientação de uma Educação Inclusiva, a disciplina de Libras promoverá uma discussão acerca da língua de sinais e suas características enquanto língua natural e social. Aspectos gramaticais básicos sobre a língua de sinais. Concepções de educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Decreto nº 5626/05. Noções básicas de comunicação em Libras.

Disciplina: História Antiga. Curso introdutório ao estudo da Antiguidade através da análise das sociedades da Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma, dando destaque para o mar Mediterrâneo como espaço de trocas diversas entre diferentes povos. Procura-se investigar as interações de povos e culturas em torno do Mediterrâneo, propondo uma leitura crítica da historiografia acerca da Antiguidade, apresentando os principais acúmulos e caminhos de renovação nas pesquisas sobre o mundo antigo, e contribuindo para a crítica do discurso eurocêntrico através da promoção da história das periferias do mundo greco-romano. Destaca-se ainda temas como o papel da mulher na sociedade antiga, as variadas formas de atuação política nas *poleis* e os usos da história antiga para a legitimação de sistemas políticos contemporâneos.

Disciplina: História Medieval. O curso propõe o estudo dos processos de transformação social, econômica, cultural e política que tiveram lugar no Ocidente no período compreendido, especialmente, entre os séculos V e XV. A disciplina discute o processo de fragmentação das antigas estruturas políticas e sociais do Império Romano e a formação da sociedade medieval, passando pela estruturação das relações feudais na Idade Média Central, assim como pelas transformações da Baixa Idade Média, pensadas principalmente em torno da cidade medieval e do fortalecimento do poder régio. Abordam-se temas transversais como violência, corpo e sexualidade, concepções de gênero do período e desigualdades sociais. Por fim, discutem-se as principais perspectivas para o ensino e a pesquisa do medievo a partir da produção nacional.

Disciplina: História Contemporânea I. O docente deve trabalhar a transformação das práticas e da organização do trabalho, a partir da difusão do modelo de produção industrial inglês do século XVIII, observando o impacto sobre as famílias, a redefinição de padrões de moradia, consumo e sociabilidade dentro da perspectiva urbana, em particular as condições de vida e trabalho para mulheres e crianças na indústria. Está previsto nesta disciplina também o debate acerca da Revolução Francesa, analisando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão como um marco na luta pelos direitos humanos e da construção de um ideal de estado garantidor da integridade e liberdades individuais, respeitando o momento e condições sociais no qual esse projeto se origina. Estudo dos conceitos de imperialismo, nacionalismo e colonialismo segundo seus discursos eugênicos de superioridade, e como a legitimação desses conceitos pelo civilizacional do final só século XIX participou do acirramento político mundial que levou à Primeira Guerra.

Disciplina: História Contemporânea II. O docente discutirá o impacto das perdas materiais e humanas da Primeira Guerra na crise de 1929, no endurecimento de ideologias radicais ultranacionalistas e segregatórias, que possibilitaram o surgimento do fascismo e do nazismo, e o evento da Segunda Guerra Mundial, com atenção às políticas persecutórias que justificaram diferentes práticas de extermínio de minorias, dentre elas a Shoá. A divisão política internacional durante a Guerra fria, observando diferentes políticas de controle promovidas tanto no bloco capitalista como no comunista. As consequências desses programas geopolíticos em diferentes regiões de influência desses blocos, em particular nas tensões do Oriente Médio que consolidaram leituras estereotipadas e discriminatórias contra os povos árabes no Oriente Médio, e a cultura islâmica de maneira global.

Disciplina: História da América I e II. A professora abordará temas que envolvem os direitos humanos especialmente quando analisar: a escravidão indígena e africana nas diferentes regiões da América; os processos de Independência e formulação da nação na América Latina e Estados Unidos; os golpes de estado e os regimes ditatoriais na América do Sul e América central no século XX; e, os processos de redemocratização nas repúblicas que viveram estados de exceção. Deste modo, a questão dos direitos humanos atravessa em

grande medida a trajetória histórica das sociedades americanas.

Disciplina: História do Brasil I, II e III. Os componentes curriculares promoverão uma reflexão acerca das relações de trabalho e da diversidade econômica e social na América Portuguesa (séculos XVI, XVII e XVIII) e no Brasil (século XIX e XX); analisarão a escravidão, indígena e africana, a ideologia escravista, o abolicionismo, o tráfico de escravos e as ideias de liberdade; discutirão acerca do trabalho livre; refletirão sobre o aparato jurídico e administrativo na América Portuguesa e a formação do Estado Nacional, no século XIX, bem como a ideia de cidadania; promoverão reflexões sobre cotidiano, religiosidade, gênero e sexualidade; discutirão diversos mecanismos dos sujeitos sociais combaterem as opressões engendradas pelo colonialismo e pelo Estado Nacional. Abordará a construção da República no Brasil, a ditadura do Estado Novo e o Regime Militar, bem como as experiências de redemocratização pós-Estado Novo e Regime Militar. A articulação desses combates com a busca de direitos fundamentais, historicizando a luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

Disciplina: Historiografia Brasileira. O professor deverá fazer os usos de textos que remetam ao debate sobre os Direitos Humanos na escrita da história do Brasil. Ao analisar a historiografia e projetos de construção da nacionalidade, os espaços institucionais e os arquivos públicos e privados, bem como a implantação, no Brasil, dos cursos de História, o docente conduzirá uma reflexão acerca das contribuições desses diferentes espaços de construção do saber histórico para a consolidação dos Direitos Humanos no Brasil.

Disciplina: Introdução aos Estudos Históricos. Apresentação e discussão das origens da historiografia. Introdução às principais categorias conceituais que estruturam o conhecimento histórico em sua gênese. Reflexão sobre os conceitos fundamentais que envolvem a pesquisa histórica, as fontes, a narrativa e a consciência histórica. Introdução à discussão sobre a historiografia, o lugar político e social do historiador, os desafios da ciência histórica e de sua consolidação enquanto referência e guardião do humanismo, e, por conseguinte, dos direitos humanos.

Disciplina: Teoria da História I. Reflexão sobre o conhecimento histórico; análise de sua especificidade; investigação de seus procedimentos metodológicos; discussão dos temas e problemas clássicos da teoria da história: Verdade Histórica, Evento, Documento, Duração, Narrativa, Temporalidade, Memória, Liberdade, Razão, Tolerância Religiosa e Justiça.

Disciplina: Teoria da História II. Reflexão e discussão dos temas e problemas da teoria da História a partir das principais vertentes historiográficas, bem como através da comparação das respostas que essas vertentes apresentaram para questões parecidas. Investigação do desafio historiográfico a partir de conceitos, instrumentos, territórios de trabalho e fronteiras epistemológicas. Reflexão sobre temas específicos, tais como: a crise da razão, a narrativa, memória, representação, história da mulher, do gênero e da sexualidade, patrimônio e presentismo.

Disciplina: Metodologia do Ensino de História I e II. O professor abordará o debate sobre saber acadêmico e escolar e cultura escolar. A partir da interrelação desses eixos, caberá ao docente incentivar as experiências dos direitos humanos nos espaços acadêmicos, escolares e da cultura escolar. Ademais, os princípios de direitos humanos estarão conectados com o exercício da cultura escolar.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico. A disciplina consiste em promover a promoção da pesquisa científica. O polo epistemológico. Referenciais teóricos e metodológicos. Dimensões da pesquisa empírica. Plataformas de pesquisa na rede mundial de computadores. Recorte do objeto. Construção de hipóteses e objetivos. Opções metodológicas. Elaboração e desenvolvimento do Projeto de Pesquisa. Crítica e análise de

documentos. Exercícios de leituras teóricas. Visões de Contemporaneidade, Diferenças e Desigualdades.

2.8.4. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro autista

O atendimento à Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, é garantido pelo Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, vinculado à Diretoria de Ensino da Proen. Os serviços são oferecidos pelo Núcleo de Acessibilidade da Ufopa. Seu público alvo são pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desde o processo seletivo até o término do curso. Desta forma, busca garantir os recursos de acessibilidade necessários para a inclusão deste público. Cabe ressaltar que compõem o grupo de pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento aquelas com Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger.

Desta forma, o Núcleo de Acessibilidade orienta professores sobre a valorização quanto ao aspecto semântico e reconhecimento da singularidade linguística dos alunos com deficiência auditiva/surdez. Sempre que solicitado, são disponibilizados profissionais para acompanhar os acadêmicos no momento da realização das provas. Quais sejam: intérpretes da Libras para acadêmicos com surdez e leitor/transcritor para acadêmicos com deficiência visual, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento (autismo, Síndrome de Rett e Síndrome de Asperger) e transtornos funcionais específicos (dislexia, TDAH etc.).

No âmbito do curso de História da Ufopa a discussão sobre Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger é realizada no componente curricular de Psicologia da Educação e em disciplinas ofertadas na modalidade optativa, especialmente em Estudos Temáticos em História e Ensino.

Disciplina: Psicologia da Educação e da Aprendizagem. O docente na disciplina abordará a psicologia como estudo científico. A Psicologia aplicada à Educação e seu papel na formação do professor e no contato com as múltiplas identidades discentes. As correntes psicológicas que abordam a transformação da Psicologia da Educação. A contribuição das teorias do desenvolvimento e aprendizagem ao processo ensino-aprendizagem. Em consonância à Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, esse componente, em parceria com os profissionais do Núcleo de Acessibilidade da Ufopa vinculado a Diretoria de Ensino da Proen, deverá promover o debate sobre para o Transtorno Global do Desenvolvimento as com Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger.

Disciplina: Estudos Temáticos em História e Ensino (optativa). O docente em História deverá estar capacitado para o exercício da docência em salas de aula marcada pela diversidade e pela personalização. Já não basta ao professor apenas saber os conteúdos do seu ofício, é necessário que ele detenha conhecimento para atender as necessidades especiais. Diante dessa constatação, este componente Curricular discutirá as estratégias de inclusão e do processo de ensino e aprendizagem escolar, levando em consideração crianças autistas e outros transtornos do desenvolvimento.

2.9. Conteúdos Curriculares

A organização curricular formulada para a Licenciatura em História foi estruturada para garantir uma formação que esteja devidamente alinhada ao perfil que se espera do egresso após o cumprimento total das 3.550h, conforme as normas da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior para os cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e

cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada.

Atendendo à Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que preconiza em seu artigo 12 a formação de núcleos (I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais; II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizados pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais e, III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular), sem perder de vista o princípio da autonomia pedagógica da instituição, a matriz curricular do curso de formação de professor de História da Ufopa encontra-se organizada em três núcleos, conforme mencionado anteriormente: I - Núcleo de Formação de práticas docentes, com 420 horas; II - Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas, com 2.570 horas; e III - Núcleo de Estudos Integradores, formado pelas atividades complementares, pelas atividades de extensão e práticas integradoras de extensão, totalizando 560 horas.

2.10. Metodologia

Os procedimentos metodológicos empregados pelos docentes acompanham as diretrizes de uma gestão democrática para o processo de ensino-aprendizagem, a autonomia e a liberdade de expressão, que são qualidades no processo das relações acadêmico-pedagógicas. Em nossa metodologia, a construção social e cultural do conhecimento é resultado dos fatores sócio-histórico, interdisciplinar, transdisciplinar e multicultural. Nesse horizonte, os distintos sujeitos atuam na dinâmica didático-pedagógico do currículo.

Os instrumentos de aprendizagem utilizadas no curso tomam como referência a heterogeneidade dos discentes como centro do processo ensino aprendizagem. A condição dialógica será a base da relação professor-aluno. Em linhas gerais, serão estimulados os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem, mas sem perder de vista a sistematização dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos. Ensinar e aprender se constituem em práxis-ação-reflexão-ação, processo em que “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”⁸ Nesse sentido, o instrumento metodológico tem como princípio educativo orientador a relação teoria-prática. A prática se constitui em eixo articulador do currículo.

Sendo assim, resumimos como diretrizes metodológicas os seguintes aspectos: (I) a vinculação teoria e prática, conhecimento historiográfico e saber histórico escolar; (II) a pluralidade de tempos-espacos-relações formativas, chamando a atenção para o conjunto dos tempos e espaços, vivências e práticas sociais em que se constituem os sujeitos históricos; (III) a pesquisa como estratégia educativa e sua articulação com a prática curricular continuada; (IV) a flexibilidade curricular, considerando a participação dos próprios educandos no currículo; (V) a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; (VI) o aprendizado e uso de múltiplas linguagens articuladas a produção educacional. A metodologia de ensino, portanto, privilegiará a formação do intelectual autônomo, criativo e empreendedor.

Em suma, a metodologia utilizada busca atender as orientações previstas na Resolução nº 2/2015, quanto às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional da docência na área em questão por meio de uma visão

⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia.

2.11. Componentes curriculares:

2.11.1. Matriz Curricular

Componente Curricular	Tipo	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Total
Núcleo de Formação de Práticas Docentes				
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	Disciplina	60	15	75
Política e Legislação Educacional	Disciplina	60	15	75
Psicologia da Educação e da Aprendizagem	Disciplina	60	15	75
Língua Brasileira de Sinais	Disciplina	50	10	60
Educação Etnorracial	Disciplina	60	15	75
Didática	Disciplina	50	10	60
Total de Carga Horária		340	80	420
Núcleo de Formação em Saberes em História e Suas Didáticas				
Saberes em Teoria e Metodologia				
Introdução aos Estudos Históricos	Disciplina	50	10	60
Teoria da História I	Disciplina	50	10	60
Teoria da História II	Disciplina	50	10	60
Antropologia e História	Disciplina	50	10	60
Metodologia do Trabalho Científico	Disciplina	50	10	60
Metodologia da História	Disciplina	20	40	60
TCC I ⁹	Atividade Integradora de Formação			60
TCC II ¹⁰	Atividade Integradora de Formação			60
Subtotal de Carga Horária		270	90	480
Saberes em História Geral, História da África, da América, do Brasil e da Amazônia ¹¹				
História Antiga	Módulo	60	25	85
História Medieval	Módulo	60	25	85

⁹ O componente se caracteriza por orientação individual, tem matrícula específica a cada semestre e não forma turma.

¹⁰ O componente se caracteriza por orientação individual, tem matrícula específica a cada semestre e não forma turma.

¹¹ A carga horária prática, nesse caso, corresponde à carga horária de Prática de Ensino.

História Moderna	Módulo	60	25	85
História Contemporânea I	Módulo	60	25	85
História Contemporânea II	Módulo	60	25	85
História da África I	Módulo	60	25	85
História da África II	Módulo	60	25	85
História da América I	Módulo	60	25	85
História da América II	Módulo	60	25	85
História Indígena e do Indigenismo	Módulo	60	25	85
História do Brasil I	Módulo	60	25	85
História do Brasil II	Módulo	60	25	85
História do Brasil III	Módulo	60	25	85
Historiografia Brasileira	Módulo	60	25	85
História da Amazônia I	Módulo	60	25	85
História da Amazônia II	Módulo	60	25	85
Subtotal de Carga Horária		960	400	1.360
Saberes Didáticos¹²				
Metodologia do Ensino de História I	Disciplina	60	15	75
Metodologia do Ensino de História II	Disciplina	60	15	75
Estágio Supervisionado em História I	Estágio	40	60	100
Estágio Supervisionado em História II	Estágio	40	60	100
Estágio Supervisionado em História III	Estágio	40	60	100
Estágio Supervisionado em História IV	Estágio	40	60	100
Subtotal de Carga Horária		280	270	550
Saberes Temáticos e Transversais em História				
Disciplina Optativa I	Disciplina	50	10	60
Disciplina Optativa II	Disciplina	50	10	60
Disciplina Optativa III	Disciplina	50	10	60
Subtotal de Carga Horária		150	30	180
Total de Carga Horária		1.660	790	2.570
Núcleo de Estudos Integradores				
Atividades Complementares ¹³	Atividade Integradora de Formação			200

¹² Todos os componentes dessa parte são necessariamente teórico-práticos.

¹³ A carga horária desse componente não pode ser dividida entre teórica e prática, pois ele é cumprido ao longo de todo o curso. Atividades complementares são individuais e não formam turma.

Atividades de Extensão ¹⁴	Atividade Integradora de Formação			180
Práticas Integradoras de Extensão I	Atividade Integradora de Formação	Extensionista	Vivência	60
		6	54	
Práticas Integradoras de Extensão II	Atividade Integradora de Formação	Extensionista	Vivência	60
		6	54	
Práticas Integradoras de Extensão III	Atividade Integradora de Formação	Extensionista	Vivência	60
		6	54	
Subtotal de Carga Horária		18	162	560
Total de Carga Horária		2.018	1.032	3.550

2.11.2. Percorso Acadêmico

Período	Disciplina	Carga horária
1º	Língua Brasileira de Sinais	60
	Psicologia da Educação e da Aprendizagem	75
	Metodologia do Trabalho Científico	60
	Introdução aos Estudos Históricos	60
	História Antiga	85
	Subtotal	340
2º	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	75
	Política e Legislação Educacional	75
	Educação Etnorracial	75
	Teoria da História I	60
	História Medieval	85
	Subtotal	370
3º	Didática	60
	Metodologia do Ensino de História I	75
	Teoria da História II	60
	Disciplina Optativa I	60
	Prática Integradora de Extensão I	60
	Subtotal	315
4º	Metodologia do Ensino de História II	75
	História Moderna	85
	História do Brasil I	85
	Optativa II	60

¹⁴ A carga horária desse componente não pode ser dividida entre teórica e prática, pois, ele é cumprido ao longo de todo o curso. Atividades de extensão são individuais e não formam turma.

	Prática Integradora de Extensão II	60
	Subtotal	365
5º	Estágio Supervisionado em História I	100
	História Contemporânea I	85
	História do Brasil II	85
	História da Amazônia I	85
	Prática Integradora de Extensão III	60
	Subtotal	415
6º	Estágio Supervisionado em História II	100
	História Contemporânea II	85
	História do Brasil III	85
	História da Amazônia II	85
	Antropologia e História	60
	Subtotal	415
7º	Estágio Supervisionado em História III	100
	Metodologia da História	60
	História da África I	85
	História da América I	85
	Historiografia Brasileira	85
	Subtotal	415
8º	Estágio Supervisionado em História IV	100
	TCC I	60
	História da África II	85
	História da América II	85
	Subtotal	330
9º	Atividades de extensão	180
	TCC II	60
	História Indígena e do Indigenismo	85
	Optativa III	60
	Subtotal	385
Carga horária total		3.350
Atividades complementares		200
Carga horária total do curso		3.550

2.11.3. Distribuição da Carga horária do Curso

Componentes	Carga Horária
Disciplinas e módulos obrigatórios	2.290 (400 horas de prática de ensino)
Disciplinas optativas	180
Estágio Supervisionado	400

Trabalho de Conclusão de Curso	120
Atividades Complementares	200
Atividades de Extensão	180
Práticas Integradoras de Extensão	180
Total	3.550

2.11.4. Quadro de disciplinas optativas

Disciplina Optativas 60h (50h teóricas/10h práticas)	
Estudos Temáticos em História Antiga	Estudos Temáticos em História da Amazônia
Estudos Temáticos em História Medieval	Estudos Temáticos em História e Ensino
Estudos Temáticos em História Moderna	Estudos Temáticos em Teoria e Metodologia da História
Estudos Temáticos em História Contemporânea	Tópicos especiais em História Social
Estudos Temáticos em História da África	Tópicos especiais em História Econômica
Estudos Temáticos em História da América	Tópicos especiais em História Política
Estudos Temáticos em História do Brasil	Tópicos especiais em História Cultural

2.11.5. Quadro de equivalências

Período	MATRIZ ANTIGA		MATRIZ NOVA	
	Disciplina	CH	Disciplina	CH
1º	Introdução aos Estudos Históricos	70	Introdução aos Estudos Históricos	60
	História Antiga	70	História Antiga	85
2º	Educação e Relações Étnico-Raciais	75	Educação Etnorracial	75
	Matrizes do Pensamento Historiográfico do Século XX	60	Teoria da História I	60
	História Medieval	75	História Medieval	85
3º	Metodologia do Ensino de História	75	Metodologia do Ensino de História I	75
4º	História Moderna	75	História Moderna	85
	História do Brasil I	75	História do Brasil I	85
5º	Estágio Supervisionado I	130	Estágio Supervisionado em História I	100
	História Contemporânea I	75	História Contemporânea I	85
	História do Brasil II	75	História do Brasil II	85
	História da Amazônia I	75	História da Amazônia I	85
6º	Estágio Supervisionado II	130	Estágio Supervisionado em História II	100
	História Contemporânea II	75	História Contemporânea II	85
	História do Brasil III	75	História do Brasil III	85

	História da Amazônia II	75	História da Amazônia II	85
7º	Estágio Supervisionado III	140	Estágio Supervisionado em História III ¹⁵	100
	História da África I	75	História da África I	85
	História da América I	75	História da América I	85
	Historiografia Brasileira	75	Historiografia Brasileira	85
8º	História da África II	75	História da África II	85
	História do Brasil IV	75	Estudos Temáticos em História do Brasil	60
	História da Amazônia III	75	Estudos Temáticos em História da Amazônia	60
	História da América II	75	História da América II	85
9º	História Indígena e do Indigenismo	75	História Indígena e do Indigenismo	85

2.12. Ementário e Bibliografia

2.12.1. Ementário e Bibliografia dos componentes da matriz curricular

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Libras)

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 1º

Ementa:

Discussão acerca da língua de sinais e suas características enquanto língua natural. Aspectos gramaticais básicos sobre a língua de sinais. Concepções de educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Decreto nº 5626/2005. Noções básicas de comunicação em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

_____. Secretaria de Educação Especial. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (LIBRAS). Brasília, 2005.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol.1.

Bibliografia Complementar:

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol. 2

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda

¹⁵ Os discentes que não cumprirem 400 horas de Estágio Supervisionado pela Tabela de Equivalências deverão cursar a disciplina Estágio Supervisionado em História IV, conforme a nova matriz curricular do curso.

Cultural, 2010. Vol. 3

LOPES, Maura Corcini. *Surdez e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva*. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM

Carga Horária: 75h (60h teóricas/15h práticas)

Período: 1º

Ementa:

A psicologia como estudo científico. A Psicologia aplicada à Educação e seu papel na formação do professor. As correntes psicológicas que abordam a evolução da Psicologia da Educação. A contribuição das teorias do desenvolvimento e aprendizagem ao processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

BARROS, Célia Silva Guimarães. *Pontos de Psicologia do desenvolvimento*. 12.ed. São Paulo, Ática, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair & TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi, *Psicologia – Uma introdução ao estudo de PSICOLOGIA*. 13ª ed. São Paulo, Ed. Saraiva, 1999.

GOULART, Íris Barbosa. *Psicologia da Educação: Fundamentos teóricos e aplicações a prática pedagógica*. Petrópolis. Vozes, 1987.

Bibliografia Complementar:

DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma. *Psicologia na Educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, May Guimarães. *Psicologia Educacional: Análise Crítica*. São Paulo. Cortez, 1987.

CÓRIA - SABINI, Maria Aparecida. *Psicologia do Desenvolvimento*. 2ª. ÁTICA, 2007

MACIEL, Ira Maria (Organizadora) *Psicologia e Educação: Novos Caminhos para Formação*. Rio de Janeiro, Ed. Ciência Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *VYGOTSKY: Aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*. 4.ed. São Paulo, Scipione, 2003.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 1º

Ementa:

Dinâmica da pesquisa científica. O polo epistemológico. Referenciais teóricos e

metodológicos. Dimensões da pesquisa empírica. Plataformas de pesquisa na rede mundial de computadores. Recorte do objeto. Construção de hipóteses e objetivos. Opções metodológicas. Elaboração e desenvolvimento do Projeto de Pesquisa. Crítica e análise de documentos. Exercícios de leituras teóricas.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2008, 4ª edição).

LOUREIRO, Amílcar Bruno Soares. *Guia para elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas*. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Ass. Poética, 1996.

AZEVEDO, Israel Belo de. *O Prazer da Produção Científica: Diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. 5ed. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos*. 5ed. São Paulo: Atlas, 2001, 220p.

SANTOS, Antonio Raimundos dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

Carga Horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 1º

Ementa:

Apresentação e discussão das origens da historiografia. Introdução às principais categorias conceituais que estruturam o conhecimento histórico em sua gênese. Reflexão sobre os conceitos fundamentais que envolvem a pesquisa histórica, as fontes, a narrativa e a consciência histórica. Introdução à discussão sobre a historiografia, o lugar político e social do historiador, os desafios da ciência histórica e de sua consolidação enquanto referência e guardião do humanismo, e, por conseguinte, dos direitos humanos.

Bibliografia Básica:

HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: M. Claret, 2002.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Ed. da UNB, 1986.

POLÍBIO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.

Bibliografia Complementar:

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Europa-América, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PLATÃO. Fedro. Belém: Ed. ufpa, 2011.

REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HISTÓRIA ANTIGA

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 1º

Ementa:

Curso introdutório ao estudo da Antiguidade através da análise das sociedades da Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma, dando destaque para o mar Mediterrâneo como espaço de trocas diversas entre diferentes povos. O curso propõe uma leitura crítica da historiografia acerca da Antiguidade, apresentando os principais acúmulos e caminhos de renovação nas pesquisas sobre o mundo antigo.

Bibliografia Básica:

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1968.

MARROU, Henri-Iréné. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990.

ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

VERCOUTTER, Jean. *O Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Difel, 1996.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Gilda Naécia Maciel de. *Sólon de Atenas: a cidadania antiga*. São Paulo: EdUSP, 1999.

MCEVEDY, Colin. *Atlas da história antiga*. São Paulo: Verbo, 1979.

MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Brasília: UnB, 1982.

PINSK, Jaime. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 1991.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento ente os Gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 75h (60h teóricas/15h práticas)

Período: 2º

Ementa:

O pensamento filosófico sobre a sociedade, o conhecimento e a educação. A educação como prática fundamental da existência histórica – social cultural e política. A educação e os diferentes períodos históricos.

Bibliografia Básica:

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. 19ª edição. São Paul: Cortez, 1994.

PAVIANE, Jayme. *Problemas de Filosofia da Educação*. 5ª Ed. Petrópolis, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação?* SP: Brasiliense, 2006

Bibliografia Complementar:

GILES, Thomas Ransom, *Filosofia da Educação*. São Paulo: EPU, 1983.

GUIRALDELI JÚNIOR, Paulo. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Ática, 2006.

MÉZÁROS, István. *A crise do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009

MÉZÁROS, István. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 38 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Carga Horária: 75h (60h teóricas/15h práticas)

Período: 2º

Ementa:

O estado, o direito e a organização da Educação. As políticas educacionais e a legislação brasileira na Educação Básica. O gestor escolar, as normas e os procedimentos administrativos. A Legislação e o contexto da Educação infantil, do Ensino Fundamental e Médio.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, José Carlos et. al. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A Educação como Política Pública*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo).

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org). *Política educacional: impasses e alternativa*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. _____ LDB de 1996.

FREITAG, Bárbara. *Escola estado e sociedade*. São Paulo: Centauro, 2005.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Galeno de Freitas. 45 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no Brasil hoje*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SEVERINO, A J. *Os embates de cidadania: ensaios de uma abordagem filosófica da nova LDB*. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). *LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo: Cortez, 2008.

EDUCAÇÃO ETNORACIAL

Carga horária: 75h (60h teóricas/15h práticas)

Período: 2º

Ementa:

As matrizes discursivas sobre raça: história e conceitos. Raça, racismo e racialismo. O racismo, a escola e o livro didático. Trabalhar o racismo em sala de aula: estratégias de atuação e a legislação atual. História e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. A presença negra na Amazônia e a cultura afro-amazônica. Educação Escolar Quilombola.

Bibliografia Básica:

ABREU, Hebe. MATTOS, Martha. *Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. In: Revista Estudos Históricos, 2008.

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amilcar Araujo (orgs.) *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “*Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos*”. In: Revista Mal estar na Cultura. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS, 2010

Bibliografia Complementar:

PEREIRA, Amilcar A. e MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) *Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MATTOS, Hebe. “*O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil*.” In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. “*Desigualdades raciais no Brasil*”. In HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão n° 807. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

PAIXÃO, Marcelo & CARVANO, Luiz M. (Orgs.) *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

TEORIA DA HISTÓRIA I

Carga Horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 2º

Ementa:

Reflexão sobre o conhecimento histórico; análise de sua especificidade; investigação de seus procedimentos metodológicos; discussão dos temas e problemas clássicos da teoria da história: Verdade Histórica, Evento, Documento, Duração, Narrativa, Temporalidade, Memória, Liberdade, Razão, Tolerância Religiosa e Justiça.

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Edipro, 2009.

COSTA, Lorena Lopes. *Dos ventos: história, crítica literária e linguagem em Grande Sertão: Veredas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Martin Claret, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: M. Claret, 2002.

HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: M. Fontes, 2009.

NIETZSCHE, F. *Obras incompletas*. São Paulo: Nova cultural, 1987.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Ed. da UNB, 1986.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

Bibliografia Complementar:

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1986.

FOUCAULT. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2013.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

HISTÓRIA MEDIEVAL

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 2º

Ementa:

O curso propõe o estudo dos processos de transformação social, econômica, cultural e política que tiveram lugar no Ocidente no período compreendido, especialmente, entre os séculos V e XV. A proposta pauta-se na leitura crítica da historiografia acerca do recorte, problematizando os marcos cronológicos e a própria construção do conceito de Idade Média. O curso discute o processo de fragmentação das antigas estruturas políticas e sociais do Império Romano e a formação da sociedade medieval, passando pela estruturação das relações feudais na Idade Média Central, assim como pelas transformações da Baixa Idade Média, pensadas principalmente em torno da cidade medieval e do fortalecimento do poder régio. Por fim, abordam-se as principais perspectivas para o ensino e a pesquisa do medievo a partir da produção nacional.

Bibliografia Básica:

BLOCH, Marc. *A Sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1989.

DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FOURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1970.

Bibliografia Complementar:

BLOCKMANS, Wim & HOPPENBROUWERS, Peter. *Introdução à Europa Medieval (300-1550)*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1968.

MCEVEDY, Colin. *Atlas da História Medieval*. São Paulo: Verbo, 1979.

PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SWEZZY, Paul et al. *A Transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DIDÁTICA

Carga Horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 3º

Ementa:

O papel da Didática na formação e identidade docente. O cotidiano escolar, a ação docente e o projeto político pedagógico. Tendências da prática escolar. Currículo e conhecimento. A pesquisa como princípio educativo e formativo. O planejamento e a organização do processo de ensino-aprendizagem e a avaliação. O contexto da prática pedagógica e a dinâmica da sala de aula. A vivência e o aperfeiçoamento da didática na sala de aula. A construção de uma proposta pedagógica para o ensino das disciplinas História nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Michelli Eliane. *A educação nos novos cenários econômicos e produtivos*. In: *Revista Pátio*. Ano 4, número 13, jun/ago 2012.

BASEGIO, Leandro Jesus & MEDEIROS, Renato da Luz. *Fundamentos teóricos e metodológicos das Ciências Humanas*. Curitiba: Ibpex, 2008.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. *Saberes docentes e autonomia dos professores*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar:

BUSQUETS, Maria Dolores et all. *Temas transversais em educação*. São Paulo: Ática, 2000.

CANDAU, Vera Maria. *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FAZENDA, Ivani. *Práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo: Cortez, 2000.

GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa*. São Paulo: Loiola, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Técnicas de ensino: Por que não?* Campinas: Papirus,

2000.

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA I

Carga horária: 75h (60h teóricas/15h práticas)

Período: 3º

Ementa:

As relações entre saber acadêmico e saber escolar, sendo este último compreendido como saber configurado pelas especificidades da cultura escolar. Ensino de história e consciência histórica. Currículo oficial e currículo real. Livro didático e ensino de História: identidades e subjetividades. Renovação do ensino de História em sala de aula.

Bibliografia Básica:

ABREU & SOIHET (Orgs.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar e aprender História: formação, saberes e práticas educativas*. Campinas, Alínea, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

Bibliografia Complementar:

CABRINI, Conceição (Org.) *O ensino de história: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CERRI, Luís Fernando. *Ensino de História e consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. P. 19-55

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ROCHA, MAGALHÃES & GONTIJO (Orgs.) *O ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

SILVA, Marcos & FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papirus, 2007.

TEORIA DA HISTÓRIA II

Carga Horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 3º

Ementa:

Reflexão e discussão dos temas e problemas da teoria da História a partir das principais vertentes historiográficas, bem como através da comparação das respostas que essas vertentes apresentaram para questões parecidas. Investigação do desafio historiográfico a partir de conceitos, instrumentos, territórios de trabalho e fronteiras epistemológicas. Reflexão sobre temas específicos, tais como: a crise da razão, a narrativa, memória, representação, história da

mulher, do gênero e da sexualidade, patrimônio e presentismo.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. RJ: Forense Universitária, 2015.

CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002.

DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nouvelle Histoire*. São Paulo: Ensaio, 1992.

HALBAWACHS, M. Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PLATÃO. *Fedro*. Belém: Ed. UFPA, 2011.

PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

Bibliografia Complementar:

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

FAUSTO, Boris. *Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia*. Campinas. Ed. Autores Associados, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

OPTATIVA I

Carga Horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 3º

Ementa:

Disciplina escolhida pelo docente entre as disciplinas elencadas no próximo item deste PPC (2.12.2), com a referida bibliografia básica e complementar.

PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO I

Carga Horária: 60h (6h teóricas/54h práticas)

Período: 3º

Ementa:

Elaborar e aplicar uma ação de extensão, em formato de projeto, curso, oficina ou evento de extensão, abrangendo o conteúdo de um ou mais componentes curriculares do curso. A atuação do discente tem que ser ativa, como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora. As ações de extensão devem ser registradas na Pró-

Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

Bibliografia Básica:

FARIA, Dóris Santos de (org.). *Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: UNB, 2001.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (ORGS.). *Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária*. Curitiba: CRV, 2016.

SOUSA, Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária*. 2.ed. Campinas: Alínea, 2010.

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de projetos de extensão universitária*. São Paulo: Avercamp, 2018.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história*. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010.

PAULA, João Antonio de. *A extensão universitária: história, conceito e propostas*. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, [S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013.

RODRIGUES, Gefferson Ramos; AUGUSTO, Isabel Teresa Creão; VIANA, Wania Alexandrino (orgs.). *Temas e documentos para o ensino de História: trabalho e família, migrações e doenças no Baixo Amazonas (da Colônia à República)*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SOUSA, Eveline Almeida de; AUGUSTO, Isabel Teresa Creão; MELO, Vanice Siqueiera de; SILVA, Silvio Lucas Alves da; AGUIAR, Felipe Xavier. *200 anos de Independência do Brasil através dos jornais paraenses*. Audiovisual para o ensino de história no interior da Amazônia. *Participação, [S. l.]*, v. 1, n. 39, p. 71–82, 2023.

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA II

Carga Horária: 75h (60h teóricas/15h práticas)

Período: 4º

Ementa:

As diferentes linguagens no ensino de história; Documentos escritos (jornal, literatura, documentos oficiais) e documentos não escritos (imagens, cinema, documentários, música e objetos de museus). Diversidade de temas no ensino de história: biografias, gênero, cultura, alimentação, meio ambiente.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

CAINELLI, Marlene e SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

FONSECA, Selva. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica,

2006.

KARNAL, Leandro (org.). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Marcos (org.). *História: que ensino é esse?* Campinas: Papirus, 2013.

Bibliografia Complementar:

ABUD, Kátia Maria. Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de história. *Cad. Cedes*, Campinas, Vol. 25, p.309-317, set/dez. 2005.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. Coleção Repensando o Ensino. Editora Contexto (editora Pinsky Ltda) São Paulo.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHIMIDT, Maria Aparecida; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

HISTÓRIA MODERNA

Carga Horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 4º

Ementa:

O conceito de História Moderna. A “ruptura” com o feudalismo. A expansão ultramarina europeia e a economia-mundo. O Estado Moderno e o Absolutismo. A sociedade estamental do Antigo Regime. As reformas religiosas. A renascença, o humanismo e a cultura popular na Idade Moderna.

Bibliografia Básica:

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) *História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna. Europa: 1500-1800*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

Bibliografia Complementar:

BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BURKE, P. *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

FALCON, Francisco José. *Mercantilismo e Transição*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GINZBURG, Carlo. *Os Andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

HISTÓRIA DO BRASIL I

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 4º

Ementa:

Problemas teórico-metodológicos na historiografia do Brasil Colonial. Ocupação e povoamento indígena antes da chegada dos europeus. A ocupação luso-brasileira na América Portuguesa. Trabalho, escravidão, relações econômicas, política e cultura na sociedade colonial até a independência do Brasil. Religião e religiosidade no Brasil colônia.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Bibliografia Complementar:

FRAGROSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: 1443-1580*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FRAGROSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: 1580-1720*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGROSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: 1720-1821*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2005 [1979], 8ª ed.

ABREU, J, Capistrano. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed.UnB, 1982.

OPTATIVA II

Carga Horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 4º

Ementa:

Disciplina escolhida pelo docente entre as disciplinas elencadas no próximo item deste PPC (2.12.2), com a referida bibliografia básica e complementar.

PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO II

Carga Horária: 60h (6h teóricas/54h práticas)

Período: 4º

Ementa:

Elaborar e aplicar uma ação de extensão, em formato de projeto, curso, oficina ou evento de

extensão, abrangendo o conteúdo de um ou mais componentes curriculares do curso. A atuação do discente tem que ser ativa, como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora. As ações de extensão devem ser registradas na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

Bibliografia Básica:

FARIA, Dóris Santos de (org.). *Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: UNB, 2001.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (ORGS.). *Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária*. Curitiba: CRV, 2016.

SOUSA, Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária*. 2.ed. Campinas: Alínea, 2010.

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de projetos de extensão universitária*. São Paulo: Avercamp, 2018.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história*. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010.

PAULA, João Antonio de. *A extensão universitária: história, conceito e propostas*. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, [S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013.

RODRIGUES, Gefferson Ramos; AUGUSTO, Isabel Teresa Creão; VIANA, Wania Alexandrino (orgs.). *Temas e documentos para o ensino de História: trabalho e família, migrações e doenças no Baixo Amazonas (da Colônia à República)*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SOUSA, Eveline Almeida de; AUGUSTO, Isabel Teresa Creão; MELO, Vanice Siqueiera de; SILVA, Silvio Lucas Alves da; AGUIAR, Felipe Xavier. *200 anos de Independência do Brasil através dos jornais paraenses*. Audiovisual para o ensino de história no interior da Amazônia. *Participação, [S. l.]*, v. 1, n. 39, p. 71–82, 2023.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA I

Carga Horária: 100 h (40h teóricas/60h práticas)

Período: 5º

Ementa:

Concepções gerais sobre estágio, formação de professores e a relação entre ensino e pesquisa no ensino Fundamental. A pesquisa no ensino de História no cotidiano escolar: objetivos, fontes e metodologias. Observação da escola campo do estágio e do trabalho docente. Elaboração de projetos de pesquisa voltados às problemáticas do ensino Fundamental. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas. Conhecimento e caracterização da escola campo de estágio.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2013.

CAINELLI, Marlene e SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NIKITIUK, Sônia L. *Repensando o ensino de História*. São Paulo: Cortez, 2004.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). *Ensino d(e) História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 5º

Ementa:

Revolução Industrial e a reconfiguração dos mundos do trabalho; a Revolução Francesa: historiografia, fluxos e contra fluxos, cidadania e o Estado liberal; deslocamento humano e as transformações na cidade e no campo ao longo do século XIX; família, vida privada e o modelo de vida burguês; Imperialismo, colonialismo e o acirramento das tensões mundiais até a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Bibliografia Básica:

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

REMOND, René. *Introdução a História do nosso tempo*. São Paulo: Cultix, 1986.

Bibliografia Complementar:

BRUNSCHWING, Henri. *A partilha da África*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

COBBAN, Alfred. *A interpretação social da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Biotempo, 2015.

HOBBSAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

HISTÓRIA DO BRASIL II

Carga Horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 5º

Ementa:

Problemas teórico-metodológicos na historiografia do Brasil Imperial. A transferência da família real portuguesa para o Brasil e as transformações no Império Português. O processo de emancipação política: constituição, cidadania e contestações. Os desdobramentos da formação do Estado Nacional. O período regencial e as tensões políticas. A organização política, social e econômica do Brasil oitocentista. O tráfico negreiro, abolicionismo e trabalho livre. Brasil e relações internacionais. As festas e festividades no Império do Brasil.

Bibliografia Básica:

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, “A interiorização da metrópole” in: Interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org). *O Brasil monárquico*, São Paulo, Difel, Coleção História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes, 1976.

Bibliografia Complementar:

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*: volume 1 (ca. 1443 – ca. 1580). 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MORAIS, Evaristo. *A Campanha Abolicionista, 1879-1888*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1986.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PEIXOTO, Antônio Carlos [et.al]. *O liberalismo no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA I

Carga Horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 5º

Ementa:

Primeiros contatos dos europeus com o universo amazônico. Estruturação e avanço da ocupação luso-brasileira. Configurações econômicas, sociais e políticas na Amazônia colonial. Mundos do trabalho, antes e depois do período pombalino. Conflitos e negociações em torno da adesão do Pará à Independência. Cabanagem.

Bibliografia Básica:

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado & CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açaí,

Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: EDUA / FAPEAM, 2012.

Bibliografia Complementar:

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2012.

CHIAVENATO, J.J. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GONDIN, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 2007.

GOMES, Flávio & PRIORE, Mary del (orgs.). *Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano. Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2012.

PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO III

Carga Horária: 60h (6h teóricas/54h práticas)

Período: 5º

Ementa:

Elaborar e aplicar uma ação de extensão, em formato de projeto, curso, oficina ou evento de extensão, abrangendo o conteúdo de um ou mais componentes curriculares do curso. A atuação do discente tem que ser ativa, como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora. As ações de extensão devem ser registradas na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

Bibliografia Básica:

FARIA, Dóris Santos de (org.). *Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: UNB, 2001.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (ORGS.). *Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária*. Curitiba: CRV, 2016.

SOUSA, Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária*. 2.ed. Campinas: Alínea, 2010.

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de projetos de extensão universitária*. São Paulo: Avercamp, 2018.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história*. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010.

PAULA, João Antonio de. *A extensão universitária: história, conceito e propostas*. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013.

RODRIGUES, Gefferson Ramos; AUGUSTO, Isabel Teresa Creão; VIANA, Wania Alexandrino (orgs.). *Temas e documentos para o ensino de História: trabalho e família, migrações e doenças no Baixo Amazonas (da Colônia à República)*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SOUSA, Eveline Almeida de; AUGUSTO, Isabel Teresa Creão; MELO, Vanice Siqueiera de; SILVA, Silvio Lucas Alves da; AGUIAR, Felipe Xavier. *200 anos de Independência do Brasil através dos jornais paraenses*. Audiovisual para o ensino de história no interior da Amazônia. *Participação*, [S. l.], v. 1, n. 39, p. 71–82, 2023.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA II

Carga Horária: 100h (40h teóricas/60h práticas)

Período: 6º

Ementa:

Análise e aplicação das teorias de aprendizagem para o ensino de História no ensino fundamental. Orientação para aplicação e avaliação das atividades em sala de aula. Orientação para a prática docente. Planejamento e experiência de regência de aula no ensino Fundamental. Relatório e avaliação de estágio supervisionado.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antônio Flavio B. (org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas-SP: Papyrus, 1997.

ROCHA, Ubiratan. *História, Currículo e cotidiano escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas-SP: Papyrus, 2007.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MOREIRA, Antônio Flavio B. (org.). *Currículo: política e práticas*. Campinas-SP: Papyrus, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2013.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 6º

Ementa:

A Revolução Russa de 1917 em meio ao contexto da Primeira Guerra Mundial; o Entre Guerras: a Crise da Bolsa de Nova Iorque e o colapso econômico em 1929, ideologia ultraconservadora e acirramento político; a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto; Guerra Fria e o mundo bipartido entre capitalismo e comunismo; Tensões no Oriente Médio: o conflito entre palestinos e israelenses, a crise do petróleo e as relações entre “árabes” e o Ocidente; Fim da URSS: a luta pelas independências e nacionalismos no antigo bloco; a Nova Ordem Mundial.

Bibliografia Básica:

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

REMOND, René. *O século XX*. São Paulo: Cultix, 1986.

Bibliografia Complementar:

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KARNAL, Leandro (Org.) *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2013.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HISTÓRIA DO BRASIL III

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período curricular: 7º

Ementa:

Problemas teórico-metodológicos na historiografia da crise do Império e de ascensão republicana. Crise imperial e republicanismo. Proclamação da República e construção do Estado republicano. Constituição de 1891: novos horizontes de cidadania; Transformações econômicas e sociais Primeira República; Movimentos religiosos. Revoltas urbanas, movimentos culturais do início do século XX; Revolução de 1930, Getúlio Vargas e o Estado Novo. O governo de Eurico Gaspar Dutra; o segundo governo de Getúlio Vargas; o governo de Juscelino Kubitschek: economia, política e cultura; os governos de Janio Quadros e de João Goulart e o contexto pré-Golpe: economia, política e cultura; o Golpe civil militar de 1964: debate historiográfico; regime militar; o Brasil no contexto de redemocratização; o Brasil democrático de Collor a Lula.

Bibliografia Básica:

AQUINO, Maria Aparecida de. *Brasil: 1964-2014 – uma comemoração possível*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem.

COSTA, Lucia Cortes da. *O Governo FHC e a reforma do Estado brasileiro*. Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 11, n.17, p. 49-80, 2000

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4.

Bibliografia Complementar:

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados. Escritos de História e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botiquim*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil [volume] 3: República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA II

Carga Horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 6º

Ementa:

Escravidão negra no século XIX. Economia da borracha e outras facetas econômicas da Amazônia oitocentista. Os ideais de civilização e modernidade na Amazônia no século XIX. Modernismo na Amazônia. Catolicismo, pajelança e religiões afro-brasileiras. A Revolução Constitucionalista no Pará. As cidades e os soldados da borracha. Os “grandes projetos” na Amazônia (segunda metade do século XX). A Ditadura militar e a Guerrilha do Araguaia. A história do tempo presente amazônico: questões e debates diversos.

Bibliografia Básica:

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. 1. ed. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010.

Bibliografia Complementar:

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2008.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. *1932. A Revolução Constitucionalista no Baixo Amazonas: contexto, revolta e produção do silêncio*. Belém: Paka-Tatu, 2013.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA)/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

Carga Horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 6º

Ementa:

Origens e teorias clássicas da Antropologia. Antropologia e História nos séculos XIX e XX. Temas de estudo transversais entre Antropologia e História: religião/magia, tempo, espaço e organização social. O interpretativismo antropológico. As relações de fronteira entre Antropologia e História. Antropologia e Amazônia.

Bibliografia Básica:

LA PLANTINE, François. *Aprender antropologia*. 5º ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo/Brasília: UNESP/Paralelo 15, 1998.

Bibliografia Complementar:

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita, Baixo Amazonas*. São Paulo/Brasília: Editora Nacional/INL, 1976.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montcaillou, povoado occitânico: 1294-1324*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA III

Carga Horária: 100h (40h teóricas/60h práticas)

Período: 7º

Ementa:

Discussão das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Observação da escola campo do estágio e do trabalho docente. Conhecimento e caracterização da escola campo de estágio. O Ensino de História através da elaboração de projetos de ensino: possibilidades e métodos. Relatório e avaliação de estágio supervisionado.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, Marli. (org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas-SP: Papyrus, 2012.

CERRI, Luiz Fernando. *Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM*. In.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2004, p. 213-231.

MAGALHÃES, Marcelo. et. al. (org.). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas-SP: Papyrus, 2007.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Parte IV. Ciências Humanas e suas tecnologias. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Apontamentos para pensar o ensino de história hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor*. Revista Tempo, V. 11, nº 21, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime (org). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012.

METODOLOGIA DA HISTÓRIA

Carga Horária: 60h (20h teóricas/40h práticas)

Período: 7º

Ementa:

Método(s) de pesquisa em História. Documentos históricos: tipos, significados e usos. Paradigmas historiográficos orientadores da pesquisa histórica no alvorecer do século XXI. Elaboração do projeto de pesquisa para o TCC.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes et al (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SAMARA, Eni Mesquita & TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HISTÓRIA DA ÁFRICA I

Carga Horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 7º

Ementa:

A escrita da História e a História da África; África antiga e medieval; Política e cultura na África saariana e o Islamismo em África; A modernidade e África. Escravidão como instituição africana. História Atlântica. Comércio trans/intercontinental: conflitos escravistas. Desarticulação do tráfico de escravos. África e Ensino de História.

Bibliografia Básica:

FAGE, J. D. *A evolução da historiografia da África*. In: História Geral da África I. Metodologia e Pré-História da África. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980.

HERNANDEZ, Leila Leite. *África na sala de aula – visita à história contemporânea*. 2ª Ed., São Paulo, Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. "Introdução". In: História Geral da África. Vol I. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO, 1980.

Bibliografia Complementar:

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*,

São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

GRIMAL, Nicolas. História do Egito Antigo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra. História e civilizações*. São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos (orgs). *Adinkra: sabedoria em símbolos africanos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

HISTÓRIA DA AMÉRICA I

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 7º

Ementa:

O curso analisa o processo de conquista e colonização da América, enfatizando as relações entre ameríndios e europeus e as profundas transformações que ocorreram nas diversas regiões que compunham o espaço americano entre os séculos XVI e XVIII. A disciplina discute a historiografia que se debruça sobre a América Hispânica e América Inglesa, a fim de compreender as guerras de conquista, o processo de colonização e seus limites frente à resistência das sociedades locais, bem como, a organização política e econômica produzida no universo colonial.

Bibliografia Básica:

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina Colonial. Vol II*. 2ª Ed. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Afro-América no novo mundo: a escravidão no novo mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RAMINELLI, Ronald. *A Era das conquistas: A América Espanhola, séculos XVI, XVII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

STEIN, Stanley J; STEIN, Barbara H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Trad. José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 4ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Cecília Azevedo; RAMINELLI, Ronald (Orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Vol I*. 2ª Ed. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CORTEZ, Hernan. *A conquista do México*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Laura Mello e. *Demonologia e Colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann. 1ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 7º

Ementa:

Conceito de Historiografia; A Escrita da História do Brasil. Historiografia e projetos de construção da nacionalidade; Os espaços institucionais e os arquivos públicos e privados; Implantação, no Brasil, dos cursos de História e consequentes avanços historiográficos; Principais autores, diálogos e perspectivas interpretativas sobre o Brasil; Produção e debates atuais na Historiografia Brasileira.

Bibliografia Básica:

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*, São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Capítulo 7. 169-188.

Bibliografia Complementar:

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BLAJ, Ilana. *O marxismo na historiografia brasileira: um olhar inovador*. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996.

MARTIUS, Carl F. P. von (1794-1868). “Como se deve escrever a História do Brasil – Dissertação oferecida Instituto Histórico e Geográfico do Brasil”. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Rio de Janeiro: RIHGB, 1953, v. 219.pp. 187-205.<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso: 23/02/2011).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

VARNHAGEN, Francisco de Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 6ª ed, s/d.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA IV

Carga Horária: 100h (40h teóricas/60h práticas)

Período: 8º

Ementa:

Orientação para a prática docente no Ensino Médio. Elaboração de projeto de ensino e planejamento de aulas. Observação, participação e regência de classe no Ensino Médio. Organização de relatório final de estágio.

Bibliografia Básica:

CERRI, Luiz Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Apontamentos para pensar o ensino de história hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor*. Revista Tempo, V. 11, nº 21, 2007. P. 49-64.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Parte IV. Ciências Humanas e suas tecnologias. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime (org). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012.

KARNAL, Leandro (org). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2013.

TCC I

Período: 8º

Carga horária: 60h

Ementa:

Pesquisa como processo. Pesquisa em Ciências humanas. Tipos de pesquisa. Processo científico de investigação. Noções elementares de coleta de dados. Elaboração do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1991.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Pesquisa participante*. 5 ed. São Paulo, Cortez, 1992.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1987

LAKATOS, Eva. M.; MARCONI, Marina de A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1993.

HISTÓRIA DA ÁFRICA II

Carga Horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 8º

Ementa:

Historiografia Geral do continente africano no final do século XIX e século XX. Colonialismo, imperialismo e assimilação. Cultura e etnocentrismo. Movimentos de independência e construção da nação. Pós-colonialismo, nação e literatura. PALOPS (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa); África Contemporânea e Ensino de História: técnicas, métodos e possibilidades para o Ensino de História.

Bibliografia Básica:

APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

HERNANDEZ, Leila Leite. *África na sala de aula – visita à história contemporânea*. 2ª Ed., São Paulo, Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África*. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO, 1980.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRE, Valentin. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editores, 1977.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas*. Rio de Janeiro, Vega, 1999.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. Tradução de Sinval Freitas Medina. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: UFRJ / Revan, 1998.

HISTÓRIA DA AMÉRICA II

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 8º

Ementa:

O curso analisa as transformações que ocorreram na América a partir dos processos de independência, enfatizando a construção dos estados nacionais e a formulação de suas identidades. Serão discutidas questões como o surgimento de governos populares nos anos

1930-1950, dos regimes civis militares que se espalharam pela latino América, bem como, os movimentos revolucionários e sociais que impactaram a região na segunda metade do século XX.

Bibliografia Básica:

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011.

JAMES, Cyril. L.R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*; Trad. Afonso Teixeira Filho. 1ª Ed. Ver. São Paulo: Boitempo, 2010.

IMBIRIBA MITSCHERIN, Maria de Nazaré Oliveira (Orgs). *O futuro da democracia na América Latina: Movimentos sociais. Movimentos políticos*. Belém: EDUFPA/Governo do Estado do Pará, 2008.

GALEANO, Eduardo H. *As veias abertas da América Latina*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Cecília Azevedo; RAMINELLI, Ronald (Orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

DUSSEL, Enrique D. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. Tradução: Luis João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, 1981-1983

EISENBERG, Peter L. *Guerra Civil Americana*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO, Maria Ligia C. PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *América Latina: História e Presente*. Campinas: Papyrus, 2004.

ROLLEMRG, Denise; VIZ QUADRAT, Samantha. *A construção Social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

TCC II

Período: 9º

Carga Horária: 60h

Ementa:

Métodos e técnicas de pesquisa. Planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC). Elementos formais e metodológicos de pesquisa. Condução da pesquisa e comunicação dos seus resultados.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. M. de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 6. ed. São Paulo:

Atlas, 2003.

CARVALHO, M. C. *Construindo o Saber: metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas*. 14. ed., Campinas: Papirus, 2003.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de *A Metodologia do Trabalho Científico*. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *Pesquisa como princípio educativo*. São Paulo: Cortez Editores, 2002.

LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do Saber Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Bibliografia Complementar:

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez Editores, 2000.

CRUZ, C. & RIBEIRO, U. *Metodologia Científica: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Axel Books do Brasil, 2003.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 2002.

INÁCIO FILHO, G. *A monografia no Curso de Graduação*. Uberlândia: Edufu, 1992.

JAPIASSU, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

Carga horária: 85h (60h teóricas/25h práticas)

Período: 9º

Ementa:

A disciplina analisa a formação do Indigenismo como campo de investigação histórica e a história indígena. Novas perspectivas da História Indígena. Colonização e povos indígenas: legislação, relações de trabalho e de exploração, as formas de mestiçagem, resistência e o território. Política indigenista no século XIX: a questão da terra, legislação; a questão indígena e a formação do estado brasileiro. Política indigenista na república brasileira: resistências e luta por cidadania. Movimento indígena etnopolítico atual.

Bibliografia Básica:

BANIWA, Gersem. “A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo”. In: RAMOS, Alcida Rita (orgs.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Editora: UFMG, 2012, pp. 206-227.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria 1750-1850*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

ROCHA FREIRE, Carlos A. da (Org.). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios 1910-1967*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-Funai, 2011.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda,

2012.

Bibliografia Complementar:

ALBERT, Bruce; RAMOS Alcida Rita (Orgs). *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina. *Metamorfoses indígenas: identidades e culturas nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2013.

ARENZ, Karl e COUTO, Márcio Henrique. *Em linhas tortas: Os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos, séculos XVIII e XIX*. Editora Cabana; 1ª edição (Novembro de 2021)

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FIGUEIREDO, Luiza Vieira Sá de. *Das comissões telegráficas ao serviço de proteção ao índio: Rondon, o agente público e político*. Curitiba: CRV, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Contexto, 2011.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

OPTATIVA III

Carga Horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Período: 9º

Ementa:

Disciplina escolhida pelo docente entre as disciplinas elencadas no próximo item deste PPC (2.12.2), com a referida bibliografia básica e complementar.

2.12.2. Ementário e Bibliografia das disciplinas optativas

ESTUDOS TEMÁTICOS EM HISTÓRIA ANTIGA

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

A disciplina propõe o estudo da História Antiga, por meio de eixos temáticos diversos e relacionados às dimensões culturais, políticas, sociais e econômicas do período, assim como de discussões relativas à documentação antiga e aos usos do passado. Ademais, o componente curricular abarca o ensino de história antiga na educação básica brasileira, explorando variados recursos de ensino e aprendizagem. Ao final do curso optativo espera-se que o estudante se aproprie de aportes oferecidos pela historiografia especializada e consiga aplicar tais conhecimentos no ensino e na pesquisa em história.

Bibliografia Básica:

COSTA, Lorena Lopes da. *Heróis antigos e modernos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

GUARINELLO, Norberto. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 2015.

MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SÓFOCLES. *A trilogia tebana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Bibliografia Complementar:

CHEVITARESE, André Leonardo. *Jesus histórico: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro, Kline, 2016.

COSTA, Lorena Lopes da. *Heróis antigos e modernos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

GRIMAL, Nicolas. *História do Egito antigo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MARROU, Henri Irénée. *História da educação na antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990.

SÓFOCLES. *A trilogia tebana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ESTUDOS TEMÁTICOS EM HISTÓRIA MEDIEVAL

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

A disciplina propõe o estudo da História Medieval, por meio de eixos temáticos diversos e relacionados às dimensões culturais, políticas, sociais e econômicas do período, assim como de discussões relativas à documentação medieval e aos usos do passado. Ademais, o componente curricular abarca o ensino de história medieval na educação básica brasileira, explorando variados recursos de ensino e aprendizagem. Ao final do curso optativo espera-se que o estudante se aproprie de aportes oferecidos pela historiografia especializada e consiga aplicar tais conhecimentos no ensino e na pesquisa em história.

Bibliografia Básica:

BROWN, Peter. *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença, 1999.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Analítico do Ocidente medieval*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

MACEDO, José Rivair; MONGELLI, Lênia Márcia (org.). *A Idade Média no cinema*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

RILEY-SMITH, Jonathan. *As cruzadas: uma história*. Campinas, SP: Ecclesiae, 2019.

SILVA, Marcelo Cândido da. *História Medieval*. São Paulo: Contexto, 2019.

Bibliografia Complementar:

BROWN, Peter. *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença, 1999.

LOYN, Henry (org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MACEDO, José Rivair; MONGELLI, Lênia Márcia (org.). *A Idade Média no cinema*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

VARGAS, Lorena da Silva (org.). *Medievalismo: a Idade Média nos imaginários moderno e contemporâneo*. Curitiba: Appris, 2021.

ESTUDOS TEMÁTICOS EM HISTÓRIA MODERNA

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

Propõe-se uma reflexão teórica e/ou metodológica sobre o período conhecido como Idade Moderna a partir de, pelo menos, um dos seguintes eixos: social, econômico, político, cultural e/ou ensino de História Moderna na educação básica.

Bibliografia Básica:

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DOBB, Maurice Herbert. *A evolução do capitalismo*. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Bibliografia Complementar:

BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

ELTON, G. R. *A Europa durante a reforma: 1517-1559*. Lisboa: Presença Martins Fontes, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. *Mercantilismo e transição*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

KALIL, Luiz Guilherme Assis; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *1519: circulação, conquistas e conexões na primeira modernidade*. Jundiaí SP: Paco Editorial, 2021.

ESTUDOS TEMÁTICOS EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

Este componente visa aprofundar, complementar ou ampliar questões, objetos ou eventos trabalhados nos componentes obrigatórios História Contemporânea I e História Contemporânea II, tais como: estado, economia e trabalho na contemporaneidade; família, domicílio e cotidiano; direitos humanos, das mulheres, direitos civis, anticolonialismo e decolonialidade; infância, educação e civilização; medicina, psiquiatria e loucura; história urbana, das cidades e da paisagem; história da arte, da comunicação e das ideias; nacionalismo e identidade cultural na pós-modernidade.

Bibliografia Básica:

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12.ed. 1.reimp. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

Bibliografia Complementar:

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2012

BHABHA, Homi K. *O Local da cultura*. Ed. UFMG, 2013.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Vol. IV e V).

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2020.

ESTUDOS TEMÁTICOS EM HISTÓRIA DA ÁFRICA

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

A disciplina enfoca uma variedade de eixos temáticos relativos à História da África, preferencialmente os processos históricos no Continente Africano na era moderna e contemporânea (do século XV ao XXI). Discute as principais vertentes historiográficas sobre a história africana. Aborda o processo de conquista e de colonização, ressaltando a agência e resistência das sociedades africanas, assim como a dimensão da diáspora na construção do mundo atlântico. Trata dos movimentos políticos de descolonização do continente, cujo desdobramento foi a formação e consolidação dos estados nacionais africanos. Discorre sobre os movimentos sociais contemporâneos, assim como das principais vertentes da literatura africana. Problematiza, a partir da Lei nº 10.639/2003, o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica brasileira.

Bibliografia Básica:

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula. Visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

OLIVER, Roland. *A experiência africana. Da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2004.

Bibliografia Complementar:

HALL, Gwendolyn Midlo. *Cruzando o Atlântico: as etnias africanas nas Américas*. **Topoi**, v.6, no 10, jan. – jun. 2006, pp. 29-70.

Ki-ZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*.

2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra*. História e civilizações. Tomo 1 (Até o século XVIII). Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra*. História e civilizações. Tomo 2 (do século XIX aos novos dias). Lisboa: Colibri, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo*. A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SILVA, Alberto da Costa e. *Imagens da África*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado atlântico*. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira / Ed. UFRJ, 2003.

SOUSA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2013.

ESTUDOS TEMÁTICOS EM HISTÓRIA DA AMÉRICA

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

A disciplina seleciona temas específicos da história das Américas a serem analisados de forma mais detalhada, com ênfase na América Latina e no Caribe. A partir de dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais, pretende-se abordar questões como: relações de gênero na América latina, movimentos sociais, história intelectual, sociedade e natureza, a descolonização e seus significados, os movimentos indígenas, a produção e as manifestações culturais na região, entre outros aspectos. Questões que podem abarcar diferentes temporalidades, como os períodos anteriores à colonização europeia até a contemporaneidade. A matéria tem como objetivo central compreender e refletir sobre as singularidades das sociedades americanas, principalmente no que diz respeito à uma escrita da história a partir das experiências latino-americanas, considerando a diversidade povos, línguas e etnias que caracterizam o novo continente.

Bibliografia Básica:

GALEANO, Eduardo H. *As Veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

PRADO, Maria Lígia (org.). *Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura*. São Paulo: Contexto, 2020.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *América Latina: História e Presente*. Campinas: Papiрус, 2004.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (Orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

PRADO, Maria Ligia C. PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

ESTUDOS TEMÁTICOS EM HISTÓRIA DO BRASIL

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

Propõe-se uma reflexão teórica e/ou metodológica sobre a História do Brasil a partir de, pelo menos, um dos seguintes eixos: social, econômico, político, cultural e/ou ensino de História do Brasil na educação básica.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FERREIRA, Jorge. *As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*. Niterói, Eduff, 2011.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial: 1580 - 1720: volume 2*. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Bibliografia Complementar:

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil 2: império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil 3: República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ESTUDOS TEMÁTICOS EM HISTÓRIA DA AMAZÔNIA

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

A disciplina é aberta a variados temas relativos à história da Amazônia, do período pré-colonial ao tempo presente, passando pela história política, econômica, cultural e/ou social da região, em diálogo com trabalhos clássicos e com a historiografia recente.

Bibliografia Básica:

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado & CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açai, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

GOMES, Flávio & PRIORE, Mary del (orgs.). *Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

LIMA, Maria Roseane Pinto & NEVES, Fernando Arthur de Freitas (orgs.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

Bibliografia Complementar:

D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPa)/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ilma (orgs.). *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

GOIS, Diego Marinho de; ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JR., Luiz Carlos (orgs.). *Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzeas e terra firme*. São Paulo: Intermeios, 2022.

SOUZA, César Martins de & CARDOZO, Alírio (orgs.). *História do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XIX)*. Belém: Edufpa, 2008.

ESTUDOS TEMÁTICOS EM HISTÓRIA E ENSINO

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

Visa estudar o Livro Didático de História a partir de diferentes perspectivas de investigação. O livro didático enquanto objeto de estudo do Historiador. O livro didático e a cultura escolar. A produção e circulação do livro didático. A relação entre o Estado e o livro didático. Pesquisas sobre conteúdos e processos de avaliação de manuais e outros materiais. Seleção e usos dos livros didáticos. O livro Didático na sala de aula de História.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2014.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ROCHA, Helenice, REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (org.). *Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Bibliografia Complementar:

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. In: *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 11, p. 5 – 24, Abr. 2002.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JÚNIOR, Arnaldo. (org.). *Paisagens da pesquisa contemporânea sobre livro didático de história*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas-SP, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). *A História na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

ESTUDOS TEMÁTICOS EM TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

Propõe-se uma reflexão teórica e/ou metodológica sobre perspectivas relacionadas ao ofício do historiador, a pesquisa em História e a epistemologia da História, como narrativa, tempo/temporalidade, memória e consciência histórica.

Bibliografia Básica:

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Bibliografia Complementar:

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1. ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2013.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2006.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA SOCIAL

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

A disciplina examina os principais temas de pesquisa e matrizes historiográficas que compõem o campo da história social, tendo como escopo central as relações sociais e os grupos subalternizados na condição de sujeitos. Nesse sentido, discute autores e problemas que abordam as interações entre diferentes atores, grupos e instituições em diversos aspectos, como, por exemplo, nos mundos do trabalho e na construção dos imaginários sociais. Busca-se ainda analisar as circunstâncias de criação dessa modalidade historiográfica, bem como, os cuidados que se deve ter ao utilizá-la.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar:

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

A disciplina poderá abordar diferentes temas relativos ao campo da História Econômica, com enfoque na Amazônia, no Brasil e/ou nas Américas. Poderão ser estudadas formações econômicas anteriores ou contemporâneas à história do sistema mundial capitalista; relações e formas de trabalho; tecnologias e estruturas produtivas; comerciantes e redes de comércio; produtos, mercadorias e commodities; expansão industrial e do sistema bancário; entre outros.

Bibliografia Básica:

ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARDOSO, Ciro e BRIGNOLI, Héctor. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1983

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkley; Los Angeles; London: University of California Press, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: o tempo do mundo, volume 3*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo, Abril Cultural, 1986.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do Mundo*. Ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

POLANYI, K. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA POLÍTICA

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

A disciplina pretende estabelecer a discussão sobre a ampliação do conceito de política em função da produção historiográfica contemporânea. Tal ampliação ocorreu a partir do diálogo com a História Cultural e a História Intelectual. Nesse sentido, a chamada Nova História Política problematiza a relação entre sociedade civil e sociedade política, para além das ações estatais, ao focar o papel dos intelectuais na construção do consenso e dissenso, as formas de ação política a partir do conceito de “cultura política” e o engajamento dos movimentos sociais no espaço público.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REMOND, René (orgs). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Bibliografia Complementar

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. *História e culturas políticas: definições, usos e genealogias*. *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2002. p. 13-28.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p. 13-39.

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. *Nova Luna*, 76, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA CULTURAL

Carga horária: 60h (50h teóricas/10h práticas)

Ementa:

Este componente visa apresentar temas, objetos, metodologias e fontes para a pesquisa em História Cultural, partindo de uma apresentação da construção do campo como área de estudos em História, e abordando autores que tratam, dentre outros assuntos, de: sociabilidades e trocas, culturas políticas, alimentação, corpo, morte, religiosidade, sentimentalidade, identidade, materialidade, cotidiano e representação; campo e cidade, espaço escolar, território, lugar e paisagem, cultura material e imaterial, natureza; memória, oralidades, literaturas, artes visuais, música e outras linguagens, cultura digital.

Bibliografia Básica:

BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2013.

CORBIN & VIGARELLO. *História do corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2016.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP, 1998.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

VENTURA, Mauro Souza. *A corte e a cidade: estudos de literatura e história cultural*. - São Paulo: Itaca, 2012.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Carga Horária: 180h

Ementa:

Atuação em programas, projetos, cursos ou eventos de Extensão registrados na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa. A atuação do discente deverá ser ativa, ou seja, como bolsista, voluntário, facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora, e poderá ocorrer durante todo o período do curso de graduação.

2.13. Atividades Complementares

O Núcleo de Atividades de Formação Complementar visa possibilitar ao aluno do Curso de Licenciatura Plena em História uma complementação de sua formação inicial, no âmbito do conhecimento de diferentes áreas do saber (de preferência as que dialoguem com a História).

Trata-se de atividades de caráter acadêmico (pesquisa, ensino e extensão), científico, técnico e cultural, escolhidas a critério do aluno, respeitando as diretrizes fixadas neste Projeto Pedagógico e acompanhadas pelo Colegiado do Curso. Para sua integralização curricular, o aluno precisa cumprir o mínimo de 200 horas de Atividades Complementares ao longo do período em que estiver matriculado no curso, conforme disciplinado pela Resolução

CNE/CP nº 2/2002, a qual institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e na Instrução Normativa nº 02, de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre as atividades complementares dos estudantes do Iced da Ufopa.

O objetivo principal das Atividades Complementares é constituir um espaço privilegiado de exercício de autonomia para o aluno compor seu currículo, estimulando, assim, a tomada de decisões próprias no que refere às habilidades e competências específicas que o estudante entenda serem úteis para o seu futuro desempenho profissional como professor de História. Assim, abre-se um leque amplo de possibilidades de escolha nesta direção. Secundariamente, as Atividades Complementares visam estimular a participação do estudante em diversas esferas da vida universitária, passando pela representação estudantil, pela pesquisa, pela extensão e pelo ensino, bem como objetivam fomentar o interesse pela articulação de sua formação intelectual com as múltiplas possibilidades de sua inserção nos ambientes interno e externo à Universidade.

Embora as possíveis escolhas sejam variadas, não será permitido que o estudante cumpra as 200 horas obrigatórias de Atividades Complementares com o desenvolvimento de uma única atividade. Esse dispositivo é garantido com o estabelecimento de carga horária limite para algumas atividades a serem aproveitadas na integralização deste Núcleo de Formação. A limitação, contudo, é suficientemente flexível para possibilitar ao aluno o direcionamento das atividades complementares para o caminho que lhe parecer mais promissor. Dentro dessa carga horária, portanto, o aluno deverá realizar, obrigatoriamente, pelo menos 5 tipos diferentes de atividades com carga horária mínima de 4 horas-aula, nas seguintes modalidades:

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Carga Horária Máxima
Atividades de ensino, pesquisa, extensão	
Participação em projeto de pesquisa com e/ou sem bolsa (Pibic, Pivic, CDHBA)	100 (10 por mês)
Participação em projeto de extensão com e/ou sem bolsa (Procce)	100 (10 por mês)
Participação em projetos de ensino (monitoria Proen, Pibid, RP, Ceanama) ou outros programas da instituição voltados ao apoio do aprendizado ou incentivo à docência	100 (10 por mês)
Atividade de ensino ou de apoio ao aprendizado, desenvolvido em espaço escolar ou não escolar, sem vínculo empregatício (com ou sem bolsa)	120 (10 por mês)
Estágio (com ou sem bolsa) em instituição pública ou privada, em atividade museológica, arquivística ou arqueológica	80 horas (10 por mês)
Atividades de caráter científico e de divulgação científica	
Participação como ouvinte em minicursos, cursos de extensão, oficinas, palestras, colóquios, simpósios, seminários, congressos e outros similares de cunho acadêmico	120
Apresentação de comunicações ou pôsteres em eventos científicos	80 (20 horas/ comunicação ou pôster)
Publicação de resumos e resumos expandidos em anais de	80 (20 horas/

eventos científicos	publicação)
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos	80 (40 horas/publicação)
Publicação de artigos em periódicos científicos com ISSN e conselho editorial, na condição de autor ou coautor	100 (50 horas/publicação)
Publicação de artigos em periódicos de caráter não acadêmico (jornais, revistas, etc.) na condição de autor ou coautor	100 (20 horas/publicação)
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de material informacional (divulgação científica) ou didático (livros, CD-ROMs, vídeos, exposições e outros)	80 (20 horas/material)
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, guias ou catálogos de acervos de memória e/ou exposições	80 (20 horas/material)
Organização ou participação na organização de eventos científicos	80
Atividades de caráter artístico, cultural, esportivo ou estudantil	
Produção ou participação na produção de objetos artísticos, como vídeos, artes plásticas, obras literárias, músicas e outros	60 (20 horas/produção)
Participação em oficinas, cursos ou minicursos relacionados a manifestações artísticas e culturais em geral	60
Representação estudantil (representante de turma, comissão de centro acadêmico, DCE e representação discente no Conselho do Iced)	60 (10/mês)
Participação em eventos esportivos promovidos pela Ufopa, representando a instituição em torneios e eventos externos, bem como a coordenação da atlética do Iced.	60 (20 por evento e 10 por mês na gestão da atlética)
Realização de trabalhos voltados à promoção do exercício da cidadania (sujeitos à aprovação do colegiado)	60
Atividades de caráter técnico ou administrativo	
Estágio ou monitoria (com ou sem bolsa) de caráter administrativo, no Laboratório de História, em outro espaço do Iced ou em outra unidade/instituto da Ufopa	80 (10 por mês)
Visitas técnicas a museus, arquivos, centros de documentação e outras instituições voltadas à memória histórica, cultural ou artística	30 (5 por atividade)
Traduções de artigos, produção de resenhas, editoração, diagramação e revisão técnica de material publicado em periódicos acadêmicos com ISSN e política seletiva	60 (20 horas/material)
Participação em oficinas, cursos ou minicursos relacionados ao aprendizado de técnicas úteis à profissão do professor/historiador	60
Pesquisas de campo, relacionadas a projetos de pesquisa, extensão ou complementares a atividades de ensino, exceto estágio supervisionado.	40

2.14. Estágio Curricular Supervisionado

Os Estágios Supervisionados em História estão em conformidade com a Lei nº 11.788

de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio obrigatório de estudantes. O estágio escolar articula-se com o trabalho teórico na universidade e com as atividades de extensão. Os conhecimentos teóricos, específicos e pedagógicos, são associados às práticas. Atendendo às resoluções CNE/CP nº 1/2002 e 2/2002, o estágio se inicia a partir do 6º período, de modo que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho docente, permitindo, assim, um processo progressivo de aprendizado. Com base na Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada – são destinadas 400 (quatrocentas) horas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica.

O estágio é um conjunto de atividades de formação, realizado sob a supervisão de professores da Ufopa e por profissionais que levem o estudante experimentar situações de efetivo exercício docente. Tais atividades implicam na presença controlada e serão oferecidas em horários regulares, em turmas registradas e realizadas, prioritariamente, em unidades escolares do sistema de ensino da cidade de Santarém-PA.

A Ufopa possui convênios para a concessão de estágio na rede pública de ensino: 1) Secretaria de Estado de Educação (Seduc), por intermédio da Secretaria de Estado de Administração (Sead) (com vigência até 12/2017); 2) Secretaria Municipal de Ensino, através de convênio com a prefeitura de Santarém (processo em andamento - PA nº 23204008530/2013/38). Além disso, também possui convênios para a concessão de estágio na rede privada de ensino: 1) Colégio Dom Amando (com vigência até 06/2019); 2) Colégio Santa Clara (com vigência até 06/2019).

Compreendem atividades de formação: 1) o debate previsto para as aulas de estágio nas dependências do Iced-Ufopa acerca da prática pedagógica na área do conhecimento; 2) a observação do contexto escolar nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor e alunos em sala de aula, como também em relação à infraestrutura, utilização de espaços, relações humanas no interior da escola e entre a escola e comunidade; 3) a regência, que permite ao aluno-estagiário ministrar aulas e desenvolver outras atividades sob orientação do professor da instituição concedente do estágio e supervisão do professor da Ufopa; 4) avaliação de visita, que objetiva fazer com que o aluno-estagiário, a partir da observação das atividades desenvolvidas em sala de aula, avalie as condições técnico-pedagógicas das atividades docentes da instituição cedente do estágio; 5) planejamento e realização de regências simuladas, possibilitando ao aluno o contato com a prática pedagógica a partir das leituras, elaboração de planos de aulas e materiais pedagógicos; 6) elaboração de relatório de estágio sob a forma de exposição escrita.

O estágio supervisionado, no curso de Licenciatura em História da Ufopa, objetiva possibilitar aos licenciandos estagiários:

I - a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de contextualização dos conteúdos curriculares e desenvolvimento de atividades específicas ou associadas à área de formação do estagiário, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho;

II - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;

III - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas a sua área de formação;

IV - desenvolver habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento

socioprofissional.

O Curso de Licenciatura Plena em História, tem como carga horária para os estágios supervisionados, o total de 400 horas, distribuídas em quatro Componentes Curriculares: Estágio Supervisionado em História I (100 horas), Estágio Supervisionado em História II (100 horas), Estágio Supervisionado em História III (de 100 horas) e Estágio Supervisionado em História IV (de 100 horas), a partir do 6º semestre do curso.

Os Estágios Supervisionados em História se estruturam do seguinte modo:

- Estágio Supervisionado em História I: de caráter teórico-prático, voltado para a prática em pesquisa educacional no Ensino Fundamental;

- Estágio Supervisionado em História II: de caráter teórico-prático, voltado para a prática docente no Ensino Fundamental;

- Estágio Supervisionado em História III: de caráter teórico-prático, voltado para a prática em pesquisa educacional no Ensino Médio;

- Estágio Supervisionado em História IV: de caráter teórico-prático, voltado para a prática docente no Ensino Médio.

Todas essas etapas ocorrerão em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, com a Instrução Normativa nº 06 de 10 de novembro de 2010, que dispõe sobre o estágio de estudantes da Ufopa, com a Instrução Normativa nº 01, de 12 de setembro de 2013, a qual dispõe sobre o estágio curricular obrigatório dos estudantes do Iced da Ufopa e, ainda, com a Resolução CNE/CP nº 02/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e a Resolução nº 2/2015 do CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Será responsabilidade dos professores que ministrarem as referidas disciplinas orientar e supervisionar o estágio. Cabe destacar que as disciplinas de estágio estarão articuladas às disciplinas de Didática, Metodologia do Ensino de História I e II, de modo a fomentar ampla reflexão acerca do ensino de História na educação básica e instrumentalizar os alunos no sentido de inter cruzarem a discussão teórica com o saber-fazer cotidiano do professor.

Em turmas do Parfor, nas quais o público-alvo são professores e professoras da rede pública da Educação Básica, há possibilidade de aproveitar a experiência docente devidamente comprovada nos currículos, conforme a legislação vigente.

Importante destacar que a Ufopa está localizada numa região como forte presença de populações indígenas, inclusive com um número significativo de discentes em os cursos da universidade, em especial no Iced, responsável pela formação de professores. Nesse sentido, cabe apresentar um diálogo com a Resolução Nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio”. Para esse público em específico, a resolução esclarece que:

Art. 14. O estágio supervisionado, concebido como tempo e espaço privilegiados de ação-reflexão-ação na formação de professores indígenas, deve ser extensivo a todos os formandos indígenas, incluindo aqueles que já desenvolvem trabalhos docentes no âmbito da Educação Básica.

Art. 15. Com vistas à garantia da qualidade socioeducativa e cultural da prática de ensino e do estágio supervisionado, é importante que as instituições formadoras observem as seguintes orientações:

I - os princípios da Educação Escolar Indígena e suas práticas de pesquisa são elementos centrais na organização de todas as atividades do processo formativo;

II - suas atividades podem ser desenvolvidas nas escolas indígenas, nas secretarias de educação e em seus órgãos regionalizados, nos conselhos e fóruns de educação, nas organizações de professores indígenas e em outras associações do movimento indígena; e

III - na apresentação de suas atividades finais, podem ser utilizados seminários, cadernos de estágio, produção de materiais didático-pedagógicos, vídeos, fotografias e outras linguagens ligadas às tecnologias da informação e da comunicação.

Parágrafo único. As instituições formadoras devem assumir a condução das atividades de estágio supervisionado como atos educativos de sua responsabilidade, criando diferentes estratégias de acompanhamento da prática de ensino e do estágio supervisionado, envolvendo os seus formadores, os professores indígenas em processo formativo, as comunidades indígenas e suas escolas.

Os princípios acima mencionados são elucidativos para se construir estratégias diferenciadas de realização dos estágios supervisionados, tendo como referência as escolas indígenas como campo de pesquisa e de regência da sala de aula.

2.14.1. Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

O estágio é um conjunto de atividades de formação realizadas sob a supervisão de professores da Ufopa e por profissionais das unidades de ensino da educação básica conveniadas que recebem os licenciandos, de modo a levar o estudante a experimentar situações de efetivo exercício docente, que inclui proposição, planejamento e preparação de atividades com o auxílio do professor regente e do professor supervisor do estágio, regência de pelo menos duas aulas, com a presença do professor regente e do professor supervisor do estágio (Ufopa), participação em reuniões pedagógicas e conselhos de classe, bem como auxílio na avaliação de atividades, sempre supervisionado pelo professor regente. Tais atividades implicam em presença controlada e serão oferecidas em horários regulares, em turmas registradas e realizadas prioritariamente em unidades escolares do sistema de ensino da cidade de Santarém-PA. Os convênios vigentes são com a Secretaria de Educação do estado do Pará, com vigência até dezembro de 2017; com a Secretaria Municipal de Ensino e com duas unidades de ensino da rede privada de ensino, a saber, Colégio Santa Clara e Colégio Dom Amando, ambos com vigência até junho de 2019.

A Ufopa possui convênios para a concessão de estágio na rede pública de ensino: 1) Secretaria de Estado de Educação (Seduc), por intermédio da Secretaria de Estado de Administração (Sead) (com vigência até 12/2017); 2) Secretaria Municipal de Ensino, através de convênio com a prefeitura de Santarém (processo em andamento - PA nº 23204008530/2013/38). Além disso, também possui convênios para a concessão de estágio na rede privada de ensino: 1) Colégio Dom Amando (com vigência até 06/2019); 2) Colégio Santa Clara (com vigência até 06/2019).

2.14.2. Estágio Curricular Supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica

O estágio escolar articula-se com o trabalho teórico na universidade e com as atividades de extensão. Os conhecimentos teóricos, específicos e pedagógicos, são associados às práticas. Atendendo as resoluções CNE/CP nº 1/2002 e nº 2/2002, o estágio se inicia a partir do 6º período, de modo que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho docente, permitindo, assim, um processo progressivo de aprendizado. A formação

dos licenciandos é de estrita responsabilidade da universidade (Ufopa) por meio do núcleo de estágio representado em *locus* pelo professor supervisor. As escolas da rede pública e privada conveniadas são responsáveis apenas por permitir a inserção do aluno no ambiente escolar de modo que este seja levado a experimentar situações de efetivo exercício docente, que inclui proposição, planejamento e preparação de atividades com o auxílio do professor regente e do professor supervisor do estágio, regência de pelo menos duas aulas, com a presença do professor regente e do professor supervisor do estágio (Ufopa), participação em reuniões pedagógicas e conselhos de classe, bem como auxílio na avaliação de atividades, sempre com a autorização e na companhia do professor regente.

O Curso de Licenciatura em História, em consonância com o processo de formação docente, está articulado com o Núcleo de Estágio do Iced, formado por todos os professores que supervisionam os estágios nas licenciaturas desse Instituto e administrada por um Coordenador, conforme a Instrução Normativa Iced/Ufopa nº 01, de 12 de setembro de 2013.

2.14.3. Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria, prática e pesquisa

É de responsabilidade dos professores que ministram as disciplinas de Estágio orientarem as atividades dos discentes, em parceria e supervisão com os professores da educação básica. Cabe destacar, que os componentes de estágios estarão articulados aos de Língua Brasileira de Sinais, Psicologia da Educação e da Aprendizagem, Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação, Política e Legislação Educacional, Didática e Metodologias do Ensino de História I e II, de modo a fomentar ampla reflexão acerca da educação e do ensino de História na educação básica e instrumentalizar os alunos no sentido de inter cruzarem a discussão teórica com o saber-fazer cotidiano do professor. A intenção, desse modo, é garantir a formação de um professor reflexivo, comumente denominado de *professor-pesquisador de sua prática*, numa íntima relação entre teoria, prática e pesquisa.

Os estágios supervisionados, no curso de Licenciatura em História da Ufopa, são regido pela Instrução Normativa nº 06, de 10 de novembro de 2010, que dispõe sobre o estágio de estudantes da Ufopa e objetivam possibilitar aos licenciandos estagiários: I - a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de contextualização dos conteúdos curriculares e desenvolvimento de atividades específicas ou associadas à área de formação do estagiário, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho; II - a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho; III - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas a sua área de formação; e IV - desenvolver habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento socioprofissional. São considerados campos do estágio as instituições de educação, de direito público ou privado, na área de abrangência da Universidade, com especial demanda ao município de Santarém e região metropolitana, que firmaram convênio de concessão com a Ufopa, por meio da celebração do Termo de Compromisso, e à parte concedente, para fins de validação do estágio.

Para as turmas do Parfor, a relação teoria, prática e pesquisa é ainda constituída a partir das experiências dos professores cursistas, que poderão associar os conhecimentos teóricos às suas atuações na rede pública da Educação Básica.

2.15. Trabalho de Conclusão de Curso

A produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular

obrigatória e obedecerá ao Regulamento de Trabalho de Conclusão do curso. Este foi organizado em observância ao disposto na Resolução nº 27, de 08 de outubro de 2013, que regulamenta a estrutura e o percurso acadêmico da Ufopa, e na Instrução Normativa nº 03, de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre as normas do TCC para os discentes do Iced da Ufopa, a Resolução nº 55, de 22 de julho de 2014, que dispõe sobre o Regimento Geral da Ufopa e a Resolução nº 331, de 28 de setembro de 2020, que instituiu o novo Regimento de Graduação da Ufopa.

Para realizar o trabalho de conclusão de curso, o discente deverá percorrer três disciplinas na matriz curricular voltadas à elaboração da monografia, em três semestres consecutivos: Metodologia da História (60h), TCC I (60h) e TCC II (60h). Na primeira disciplina, sob a orientação de um ou dois docentes por turma, o discente precisará elaborar um pré-projeto de pesquisa na área de História. Em TCC I, a partir do pré-projeto e já trabalhando individualmente com seu orientador, o discente deverá desenvolver a pesquisa e, a partir dos resultados, produzir um Sumário Comentado Estendido, em caso de monografia, ou um Plano de Escrita, nas demais modalidades de trabalho. Em TCC II o trabalho deverá ser finalizado e defendido.

As modalidades previstas para o trabalho de conclusão de curso são:

I - Monografia: o texto deverá ser composto de introdução, pelo menos dois capítulos, conclusão ou considerações finais, tendo no mínimo 30 páginas de texto (sem contar elementos pré e pós textuais);

II - Artigo: o texto deverá ser composto de introdução, desenvolvimento e conclusão ou considerações finais, tendo no mínimo 12 páginas e no máximo 20 páginas (sem contar elementos pré e pós textuais). Em caso de artigo aprovado para publicação ou já publicado em periódico indexado no Qualis Capes (A ou B), no qual o estudante é autor principal ou primeiro autor, tendo como único co-autor o orientador, é possível a apresentação do artigo para a defesa, com as regras de submissão do periódico anexadas ao material de defesa;

III - Desenvolvimento de materiais educacionais ou de divulgação de conhecimento histórico: o material apresentado deve contemplar a entrega do produto (anexo) e de relatório técnico-científico, no qual conste a concepção, a justificativa, o planejamento, os referenciais teóricos e o desenvolvimento do material; tendo no mínimo 10 páginas (sem contar elementos pré e pós-textuais e o produto);

IV - Relato de experiência: o texto deverá ser composto de: objetivo; breve descrição da experiência; discussão, com exposição dos marcos teóricos; e considerações finais; tendo no mínimo 12 páginas (sem contar elementos pré e pós textuais). Os relatos de experiência deverão estar relacionados a projetos institucionais, tais como Pibid, PRP, Pibex e similares, assim como às disciplinas de Estágio Supervisionado em História;

V - Projeto de ensino para a educação básica: o texto deverá ser composto de: tema, justificativa, público-alvo, objetivos, problematização, referencial teórico, conteúdos curriculares, metodologia, recursos, cronograma, avaliação e referências; tendo no mínimo 12 páginas (sem contar elementos pré e pós-textuais)

Nas turmas do Parfor especificamente, nas quais os discentes acumulam experiência docente na educação básica, é facultada a elaboração do TCC individualmente ou em dupla, assim como a opção pelo seguinte modelo de TCC:

I. Memorial profissional e acadêmico: o texto deverá versar obrigatoriamente sobre a formação e a atual atuação profissional no ensino básico, em qualquer aspecto (docência, coordenação pedagógica ou gestão escolar)

O trabalho de conclusão de curso será desenvolvido sob a orientação de docente efetivo da Ufopa, vinculado ao curso de Licenciatura em História, conforme deliberação em Colegiado do Curso. O orientador poderá também ser docente efetivo da instituição vinculado a outro curso do Iced ou de outro instituto da Ufopa, desde que tenha graduação em História, ou mestrado e doutorado em História, e condicionado à deliberação em Colegiado do Curso. As co-orientações também serão avaliadas e deliberadas no âmbito do Colegiado do Curso.

O quadro a seguir apresenta algumas áreas de interesse e atuação dos docentes do curso em ensino, pesquisa e extensão:

Professores	Áreas de interesse
Prof. Diego Marinho de Gois	<ul style="list-style-type: none"> - História Oral - História e Espaço - Cotidiano das cidades - Transformações urbanas - História do Brasil República (primeiras décadas do séc. XX) - Indígenas na escola - História Social - Ensino de História - História da Educação - Livros didáticos: produção, circulação e usos - Cotidiano escolar - Cultura material das escolas - Educação escolar indígena
Prof. Douglas Mota Xavier de Lima	<ul style="list-style-type: none"> - História Medieval e Moderna (séc. XIII-XVI) - Poder e sociedade na Baixa Idade Média - Viagens medievais - Diplomacia e relações diplomáticas - Corte e cerimônias - Ensino de história - Livros didáticos - Ensino de história antiga e medieval - Jogos, quadrinhos e mídias na educação - História e história em quadrinhos - História e jogos
Profª. Eveline Almeida de Sousa	<ul style="list-style-type: none"> - História da América - História da América Latina - História indígena e do indigenismo - História intelectual - Biografia, Memória e escrita de si - Trajetória e sociabilidades - História da Amazônia - História do Brasil Imperial - Território, nação e fronteira (com ênfase no século XIX)
Prof. Felipe Tavares de Moraes	<ul style="list-style-type: none"> - História Contemporânea - História do Brasil Imperial - História da Amazônia no século XIX - História da Educação - Ensino de História

	<ul style="list-style-type: none"> - História Social dos Intelectuais - História, Memória e Biografia - Sociabilidade, trajetória e circulação intelectual - História da imprensa - História e Literatura
Prof. Gefferson Ramos Rodrigues	<ul style="list-style-type: none"> - História do Brasil Colônia - História indígena - Comunidades quilombolas - Homens livres pobres - Rebeliões populares - História das cidades - História dos sertões - Organização e gestão de acervos documentais
Profa. Isabel Teresa Creão Augusto	<ul style="list-style-type: none"> - História contemporânea (do século XIX ao tempo presente) - História da Amazônia (Baixo Amazonas, Santarém, Belém e região) - História do casamento, da família e das mulheres - Domicílio e vida material - Cotidiano e sociabilidades - Imigração e colonização pós-Independência - História da natureza, território e paisagem - Bens culturais e Patrimônio
Profa. Lademe Correia de Sousa	<ul style="list-style-type: none"> - Ensino de história - História da Educação - História e historiografia da Amazônia (séc. XX) - Historiografia brasileira - História intelectual - Biografia, Memória e escrita de si - História das cidades - História da imprensa
Profa. Luana Sullivan Bagarrão Guedes	<ul style="list-style-type: none"> - História da África - Questões étnico-raciais e o ensino de História - História e música - História e cultura popular - História Oral - História contemporânea da Amazônia - História do Brasil republicano - Histórias dos quilombos contemporâneos - História Contemporânea
Prof. Luiz Carlos Laurindo Júnior	<ul style="list-style-type: none"> - História da Amazônia e do Brasil no longo século XIX - História Atlântica e Global - História Serial e Quantitativa - Mundos do trabalho - Escravidão negra nas Américas - Economia de subsistência, abastecimento e exportação - Finanças públicas e privadas - Estado e políticas públicas

	<ul style="list-style-type: none"> - Política, justiça e criminalidade - Cotidiano e sociabilidade na cidade e no campo - Movimentos sociais e resistências
Prof. Vanice Siqueira de Melo	<ul style="list-style-type: none"> - História do Brasil Colonial - História da Amazônia Colonial - História Indígena e do Indigenismo - História e natureza - História, espaço e território - Ocupação, povoamento e economia - Trabalho escravizado e livre
Prof. Wania Alexandrino Viana	<ul style="list-style-type: none"> - História do Brasil Colonial - História da Amazônia Colonial - História Moderna - História Indígena - História Militar - Defesa e fronteira na Amazônia do século XVIII - Guerras, alianças e conflitos nos séculos XVII e XVIII - Militarização, tropas e sertão na Amazônia dos séculos XVII e XVIII

As defesas acontecerão em sessão pública, perante banca examinadora formada por pelo menos dois membros com formação específica no percurso escolhido pelo aluno, sendo um deles obrigatoriamente o orientador. A banca deverá ser proposta por este último, em acordo com o orientando, composta por docentes da Ufopa ou externos à instituição. A avaliação da monografia levará em consideração: I - a coerência entre a problematização, a metodologia e a argumentação desenvolvida; II - a relevância do tema estudado e dos resultados obtidos com a pesquisa; III - a coesão e clareza da escrita; IV - a adequação ao Guia de Normalização de Produção Científica da Ufopa.

O discente que não puder se fazer presente no dia da defesa do TCC deverá fazer uma comunicação escrita e devidamente fundamentada ao seu orientador, em um prazo de, no mínimo, 24 horas antes do horário da defesa do seu trabalho, para que, junto com os demais membros da banca, o orientador possa tomar as medidas cabíveis. Terão validade as seguintes justificativas de não comparecimento à defesa pública, casos em que o discente (ou seu representante legal) deverá apresentar documento comprobatório que justifique sua ausência: doença infectocontagiosa; acidente grave; morte. Em casos omissos, caberá ao orientador, em consulta à coordenação do curso, deliberar as decisões cabíveis.

Em relação à formatação, os trabalhos deverão seguir as normas técnicas estipuladas pela Resolução nº 187 de 23 de fevereiro de 2017, que versa sobre o Guia de Normalização de Produção Científica da Ufopa.

Caso aprovado pela banca examinadora, o discente precisará entregar na Gestão Acadêmica do Iced, no prazo de dez dias a contar da defesa, o exemplar final de seu TCC, conforme as regras vigentes da Ufopa. O não cumprimento deste prazo ou a não defesa do trabalho antes da conclusão do curso poderá resultar em reprovação na disciplina TCC II, com a necessidade de posterior matrícula na mesma.

Vale ressaltar que as atribuições de todos os envolvidos no processo de produção e defesa do TCC (coordenação do curso, docente orientador, gestão administrativa e o próprio acadêmico), bem como outras questões não contempladas neste texto, estão especificadas na

Instrução Normativa nº 03, de 12 de setembro de 2013, do Iced, acima citada.

2.16. Apoio ao discente

A política de atendimento aos estudantes da Ufopa tem como referência o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), executado no âmbito do MEC, e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

A Proges foi criada com a missão de viabilizar a permanência dos acadêmicos da Ufopa, por meio do Pnaes. Entre as suas atribuições, estão a coordenação, fiscalização e a execução dos auxílios estudantis que a Universidade disponibiliza.

A assistência ao estudante na Ufopa é uma das ações que está diretamente relacionada ao cumprimento de seu objetivo estratégico de promover valores éticos e democráticos e inclusão social, pois auxilia de forma democrática e ética na superação das dificuldades de aprendizagem do discente no ambiente universitário e de inclusão social desde o seu ingresso. A assistência estudantil na Ufopa contempla os aspectos: assistência psicossociopedagógica; inclusão social; esporte e lazer; e diversidade sociocultural.

ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIOPEDAGÓGICA

A assistência psicossociopedagógica atua na assistência psicológica, social e pedagógica, diagnosticando deficiências que interfiram na integração de alunos à vida estudantil, com o objetivo de contribuir para a sua permanência, melhorar seu desempenho acadêmico, reduzir as taxas de evasão e promover a inclusão social na Universidade.

A assistência psicossociopedagógica se subdivide em:

a) Acompanhamento psicológico: São realizados atendimentos psicológicos, individuais e em grupos aos alunos que demandem esse tipo de intervenção nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e social, com o objetivo de acolhê-los nas suas dificuldades pessoais, pois estas podem afetar seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, suas relações interpessoais. Também tem por finalidade a prevenção, realizando intervenções com os alunos, objetivando evitar que dificuldades vivenciadas no campo pessoal possam afetar negativamente seu desempenho acadêmico e permanência na Universidade. O acompanhamento psicológico do aluno visa a possibilitar sua inclusão no ensino superior e favorecer seu crescimento pessoal e profissional na sociedade.

b) Acompanhamento social: Assistência aos alunos que estão em risco social, fortalecendo a qualidade de vida pessoal e familiar, visando ao bom desempenho acadêmico. Essas demandas poderão ser encaminhadas pelas Unidades Acadêmicas, por procura espontânea, apuração de denúncias, entrevistas e realização de visitas domiciliares aos estudantes e aos grupos familiares.

c) Acompanhamento pedagógico: Assistência pedagógica aos discentes por meio de atendimentos dos acadêmicos com dificuldades de aprendizagem por fatores internos e externos; orientação aos estudantes em suas dúvidas e questões acadêmicas, apoiando seu desenvolvimento pleno; realização de ações que reduzam o déficit de conhecimento em áreas fundamentais para a continuidade dos estudos. Propõe-se, também, concretizar processos de orientação e acompanhamento de alunos que se encontram em dificuldades educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e de produção do discente na Universidade, por meio das seguintes ações:

- Programa de Facilitação da Aprendizagem (anteriormente chamado Monitoria de

Aprendizagem).

- Orientação de estudos.
- Orientação profissional/vocacional.
- Projetos de integração de novos alunos, com o objetivo de preparar o estudante para enfrentar situações que afetarão diretamente seu desenvolvimento acadêmico, contribuindo para a sua adaptação e participação no contexto universitário e no novo ambiente educacional.
- Realização de treinamento programado com a utilização de oficinas pedagógicas, para desenvolvimento da inteligência e das funções cognitivas como: memória, percepção, concentração, atenção, habilidades de leitura e compreensão de textos e criatividade.
- Promoção de ciclo de conferências com ênfase no mercado de trabalho para estudantes concluintes.

INCLUSÃO SOCIAL

No âmbito das ações da política de assistência estudantil que visam à inclusão social, estão implantados na Ufopa os seguintes Programas: Permanência, Moradia, Emergencial, Inclusão Digital, Permanência Especial e Bolsa de Língua Estrangeira.

ESPORTE E LAZER

Tendo como eixo o projeto “Ufopa em Movimento”, as atividades esportivas e de lazer na Ufopa têm o intuito de, além de favorecer a inclusão social, proporcionar atividades esportivas e/ou lúdicas, inclusive trazendo modalidades pouco ou nunca praticadas na nossa região ou na Universidade, tais como: badminton, corrida de orientação, futevôlei, jiu-jítsu, caratê, xadrez, canoagem, basquete de trio etc. Todas essas atividades estão sendo desenvolvidas em forma de oficinas, torneios, circuitos e campeonatos e fazem parte do projeto “Ufopa em movimento”.

Para viabilização das atividades, busca-se o estabelecimento de parcerias com outros setores da Universidade e com discentes do programa bolsa permanência que atuam como voluntários ou até mesmo como atletas, aumentando assim a sinergia e a colaboração entre a comunidade acadêmica.

Anualmente, ocorre uma competição esportiva, Os Jogos Internos da Ufopa, que tem o objetivo de promover a integração da comunidade acadêmica, proporcionando à sociedade em geral apreciar o maior evento poliesportivo amador da região Oeste do Pará, em termos de diversidade de modalidades disputadas, número de equipes e quantidade de atletas.

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL

A Ufopa afirma seu posicionamento no que concerne a ser uma instituição de políticas e práticas educacionais, de ensino, pesquisa e extensão, comprometidas com os referenciais históricos, culturais, com a produção e a difusão artística e cultural e a preservação da memória cultural, com base na prática, nas vivências e nos valores dos povos da Amazônia, principalmente no que concerne aos indígenas, quilombolas e às populações tradicionais.

A Ufopa implantou em 2014 a Diretoria de Ações Afirmativas e a Coordenação de Cidadania e Promoção da Igualdade Étnico-Racial, cuja finalidade é promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na Ufopa, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional, por meio de ações e de eventos internos e externos à Universidade.

Articuladas às atividades de assistência estudantil, a Proges busca garantir ações afirmativas por meio de palestras, seminários, oficinas, exibição de filmes, debates, assim como de outras atividades voltadas para a preparação de estudantes indígenas e quilombolas, visando ao nivelamento de aprendizagem.

A Ufopa oferece ainda, serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando o bem estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo. Este setor é classificado como um Órgão Suplementar, ainda ligado diretamente à reitoria, porém com o repasse das demandas aos setores competentes.

É possibilitado aos discentes bolsas de monitoria, de iniciação científica (Pibic, Pibit), bolsa de iniciação à docência (Pibid e Residência Pedagógica) e bolsa de extensão (Pibex), cuja seleção de bolsistas ocorre por meio de edital específico, que levam em consideração principalmente o desempenho discente.

Em relação ao Curso, o discente possui livre acesso ao coordenador e direção do Instituto. Técnicos em Assuntos Educacionais lidam diretamente com os discentes, auxiliando os mesmos no cumprimento dos componentes curriculares, como matrícula, aproveitamento de estudos etc. Os discentes são assim acompanhados em conjunto e individualmente para que o curso seja conduzido adequadamente, evitando a evasão universitária.

2.17. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem

A História, como disciplina escolar, passou por uma série de transformações no que diz respeito aos métodos, conteúdos e finalidades acompanhando as mudanças no cenário educacional brasileiro e na sociedade de maneira geral. O modelo tradicional de ensino vem sendo amplamente criticado desde os anos de 1980, por colocar o aluno como mero receptor e o professor como o detentor do conteúdo, sem levar em consideração as representações cotidianas que os alunos trazem para a sala de aula e que influenciam no processo de ensino e aprendizagem. É importante compreender que discutir modelos de ensino de História requer pensar metodologias de ensino também. Assim, acompanhando as renovações teórico-metodológicas da História, ao longo dos últimos anos, tem se discutido, na área da metodologia do ensino de História, a utilização de diferentes fontes e linguagens no estudo dessa disciplina. A utilização de imagens, obras de ficção, imprensa, filmes, internet entre outros diferentes gêneros textuais passaram a ser objeto de pesquisas acadêmicas e também centrais no desenvolvimento de novas metodologias de ensino.

Esse processo de ampliação das fontes possibilita que o processo de ensino e aprendizagem da História torne-se algo dinâmico. Nesse contexto o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino de História tem crescido nos últimos anos, pois a sociedade em que os educandos estão inseridos tem experimentado um desenvolvimento tecnológico crescente. O professor torna-se o mediador nessa relação entre os alunos e suas representações, o mundo e o conhecimento. Diante dessa realidade, os currículos e também os docentes se apropriam desses avanços no intuito de renovar o ensino de História. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 135), as novas tecnologias da informação e comunicação “dizem respeito aos recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações, que podem ser os diferentes meios de comunicação (jornalismo impresso, rádio e televisão), os livros, os computadores etc. (...). Os meios eletrônicos incluem as tecnologias mais tradicionais como rádio, televisão, gravação de áudio e vídeo, além de sistemas multimídias, redes telemáticas, robótica e outros”. Nesse sentido, a história ensinada na

educação básica não pode ignorar as mudanças pelas quais passa a sociedade. Sabemos que o ensino de história visa à formação do aluno crítico e consciente de seu papel nas transformações sociais, econômicas e políticas, e os recursos tecnológicos contribuem grandemente para esse fim na medida em que fornecem meios para que os educandos estabeleçam um diálogo mais dinâmico entre conhecimento e realidade. Deve-se ressaltar que o trabalho pedagógico com as tecnologias da informação e comunicação deve dialogar com os conteúdos e metodologias adotados pelos professores, a fim de ampliar o horizonte de aprendizagem dos alunos. Além disso é importante não fazer um uso tradicional das TIC, mas explorar todas as possibilidades de inovação que essa ferramenta oferece para um ensino problematizador, participativo, atrativo e diferente dos modelos tradicionais.

Assim, é fundamental que na formação inicial e continuada, a utilização das tecnologias da informação e comunicação forneça aos professores subsídios para que possam repensar e aprimorar suas ações em sala de aula.

Durante as aulas ministradas pelos docentes do Curso História da Ufopa são utilizados os equipamentos de Datashow, notebooks para auxílio no aprendizado dos discentes. A comunidade acadêmica possui acesso à rede Wi-Fi em todos os endereços de oferta da Ufopa, existindo inclusive uma rede para acesso exclusivo dos estudantes (rede acadêmica).

Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) o estudante pode gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas matriculadas, rendimento acadêmico, entre outros.

A partir da oferta dessas tecnologias pela Ufopa, as disciplinas do Núcleo de formação de práticas docentes e do Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas, sob diferentes enfoques, discutem o uso das TICs no ensino de História.

2.18. Práticas de Avaliação da Aprendizagem no Curso de Licenciatura em História

2.18.1. Avaliação do Curso e dos Docentes

A avaliação interna do curso é contínua e concentrada essencialmente em dois conjuntos de reuniões: as do NDE (das quais participa parte do corpo docente) e as do Colegiado do curso (com todos os docentes vinculados ao curso e representantes técnicos e discentes). Nos dois casos as reuniões são mensais e contam com pontos de pauta que buscam avaliar a curto, médio e longo prazo diversas questões do curso, como: aperfeiçoamento e práticas de ensino/pesquisa do corpo docente e dos discentes, desenvolvidas no curso e externamente; desempenho dos discentes; cotidiano administrativo e acadêmico do curso; estrutura curricular; entre outras.

Algumas questões podem ser levadas para discussão no Conselho do Iced e outras são discutidas nas reuniões de avaliação e planejamento entre a Direção do Iced e as Coordenações de Curso desta Unidade Acadêmica. Ocasionalmente, representantes da reitoria da universidade, das pró-reitorias e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Ufopa podem ser convidados para reuniões com pautas específicas. Além disso, quando necessário, são organizadas assembleias com os discentes do curso para a discussão de questões pontuais.

Por outro lado, as avaliações externas à instituição também serão, quando for o caso, amplamente discutidas nas reuniões do NDE e do Colegiado. Destacamos aqui o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) – previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) – e os relatórios das visitas *in loco* do MEC ao curso, capazes de suscitar amplo debate sobre a funcionalidade deste projeto pedagógico e o

andamento do curso.

Por fim, visando à ininterrupta melhoria das mais diferentes facetas do curso, é prática consensual e comum entre os docentes a constante e rigorosa autoavaliação, seja no âmbito do ensino, da pesquisa ou da extensão.

2.18.2. Avaliação do ensino-aprendizagem e coerência desse sistema avaliativo

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, entendida como parte integrante dos componentes de construção do conhecimento, tem como objetivo verificar o rendimento dos acadêmicos ao longo das disciplinas cursadas, que se dará de forma contínua, sistemática e ampla, procurando identificar dificuldades na aprendizagem durante os conteúdos curriculares, para quando necessário, reorientar o ensino. Com essa finalidade toma como referência a Resolução Consun nº 27/2013 e a Resolução Consepe nº 331/2020.

A avaliação será realizada semestralmente, por período letivo, compreendendo: a apuração das frequências às aulas (mínimo de 75%); e a realização de atividades e trabalhos acadêmicos, com atribuição de notas parciais aos alunos. Nesse processo, cabe ao docente:

I - apresentar à sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem, conforme o plano de curso, referendado em reunião semestral de planejamento da subunidade (instância responsável pelo componente curricular no semestre em curso).

II - discutir os resultados de cada avaliação com a turma, garantindo que esse procedimento ocorra antes da próxima verificação da aprendizagem;

III - fazer o registro eletrônico da nota final, de acordo com as orientações da Diretoria de Registro Acadêmico (DRA) da Proen, no SIGAA da Ufopa, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

2.18.3. Sistema de avaliação dos componentes curriculares

Os componentes curriculares, em cada período curricular, serão avaliados por meio de, pelo menos, três avaliações – cada uma valendo 10 pontos – e uma avaliação substitutiva – esta última de caráter optativa para o discente e envolvendo todo o programa do componente. Nesse processo, deverá ser considerado que:

- a) Pelo menos uma das três avaliações supracitadas deverá ser individual.
- b) A mensuração de cada avaliação ocorrerá através de valores numéricos no intervalo de zero a dez.
- c) Considerar-se-á aprovado no componente curricular, o discente que obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) no cômputo das três avaliações e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).
- d) O discente com média final inferior a 6,0 ao final do processo de avaliação e após a consolidação do componente curricular, entrará em regime de dependência em relação ao componente curricular, para fins de integralização curricular.
- e) Em caso de falta à avaliação em componente curricular, além dos casos amparados por lei, o discente terá direito à segunda chamada de atividades avaliativas nas seguintes situações: I - participação em prática de campo de outro componente curricular, dentro ou fora do campus, devidamente comprovada; II - participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, cadastradas na Instituição, dentro ou fora do campus, devidamente justificada por

escrito pelo responsável da ação; III - participação em evento técnico, científico, acadêmico ou institucional, de âmbito local, regional, nacional ou internacional, devidamente comprovada; IV - participação em atividades artísticas ou desportivas, de âmbito local, regional, nacional ou internacional, representando a Universidade, devidamente comprovada; V - falecimento do cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente e colateral, até segundo grau, ou responsável legal, mediante apresentação de comprovante, sendo o período de afastamento de 5 (cinco) dias, contados a partir do dia do óbito; VI - casamento do discente, sendo de 5 (cinco) dias o período de afastamento, mediante comprovação legal; VII - paternidade do discente, sendo de 5 (cinco) dias o período de afastamento, mediante comprovação legal; VIII - convocação oficial de funcionários públicos para atividades de suas repartições, mediante documento comprobatório do qual constem datas e horários da atividade; IX - interrupção de serviços de transporte rodoviários e fluviais de passageiros, devidamente divulgados pelos meios de comunicação locais.

O pedido de realização de atividades avaliativas em segunda chamada para os casos descritos acima deverá ser protocolado na Gestão Acadêmica do Iced, com a devida comprovação, em até 3 (três) dias úteis, após retorno às atividades acadêmicas. O docente estabelecerá a data e a forma da avaliação, que deverá acontecer no intervalo entre o quinto e o décimo dia útil da data do deferimento do requerimento, respeitados os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

2.18.4. A avaliação substitutiva

A avaliação substitutiva constitui oportunidade opcional, igualmente oferecida a todos os discentes, no sentido de substituir a menor nota das três avaliações do componente curricular à qual ela se referir. A avaliação substitutiva será realizada após a avaliação final do componente curricular, em data definida no Calendário Acadêmico.

Essa avaliação somente poderá ser realizada após ciência do discente de sua nota da avaliação individual do componente curricular. Para que isso aconteça, após o fechamento de todas as avaliações, o docente deverá enviar notícia via SIGAA com data, horário e local da avaliação substitutiva, forma e prazo de manifestação de interesse do discente, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência. E deverá ser observado que:

a) a avaliação substitutiva deverá ser única e conter questões referentes a todo o conteúdo obrigatório e complementar ministrado no componente curricular;

b) a nota da avaliação substitutiva será computada no intervalo de 0 a 10 (zero a dez);

c) a nota alcançada na avaliação substitutiva substituirá, obrigatoriamente, a menor nota do componente curricular, considerando inclusive os fatores de ponderação da média final do componente curricular;

d) caso o discente tenha faltado a uma das avaliações individuais, a nota alcançada na avaliação substitutiva poderá ser simplesmente acrescida no cômputo da média final do componente curricular;

e) a inscrição para realização da avaliação substitutiva implica aceitação da troca obrigatória da média final do componente curricular;

f) o não comparecimento à avaliação substitutiva implicará em nota zero e substituirá menor nota do componente curricular a que se refere;

g) em caso de não comparecimento do discente a mais de uma avaliação, a avaliação substitutiva substituirá a menor nota obtida nos procedimentos avaliativos, permanecendo a

nota 0 (zero) atribuída às demais avaliações;

h) não haverá segunda chamada para a avaliação substitutiva, salvo nos casos previstos em lei.

2.19. Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

Obedecendo ao Regimento de Ensino de Graduação da Ufopa, o Curso de Licenciatura em História irá adotar o planejamento e a avaliação como procedimentos necessários e permanentes da organização curricular e do processo de ensino-aprendizagem.

Entende-se que o contínuo trabalho do NDE e reuniões com o corpo docente, discente e técnico do curso são tarefas necessárias e de permanente reflexão do fazer educacional. Trata-se de condição básica para identificar os desafios existentes na formulação de diretrizes para que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam compatibilizadas com os anseios da sociedade, nas dimensões de natureza política, econômica, social e cultural e ambiental, preservando as peculiaridades do curso na sua função de produzir conhecimentos.

Portanto, a avaliação do PPC de Licenciatura em História será realizada considerando as diferentes categorias que o compõem: avaliação anual feita pelo corpo docente, discente e técnico administrativo; e avaliação interna, feita periodicamente por representantes dos segmentos de ensino, pesquisa e extensão da administração superior.

2.20. Integração com as redes públicas de ensino

O Curso de Licenciatura em História está integrado com as redes públicas de ensino tanto fundamental quanto médio da região oeste do Pará, uma vez que é nas escolas da rede pública que os discentes realizam seus estágios supervisionados. O processo de parcerias inclui os diretores das escolas e os respectivos professores do curso de História, a quem cabe avaliar diretamente o desempenho de cada estagiário. Além disso, a integração entre o curso de História e escolas da educação básica se dá também através do Pibid/História e da Residência Pedagógica/História. Os graduandos bolsistas desses projetos atuam diretamente em sala de aula, sob a orientação de um supervisor, o professor da educação básica, responsável pela turma em que os graduandos operam com observações, sugestões de estratégias de ensino e assistência ao supervisor. Além disso, o curso de história tem priorizado em seus eventos a participação de alunos e professores das redes municipal e estadual de ensino como foi o caso das duas edições da Jornada Arquivos Memória e História do Baixo Amazonas (2016 e 2017), organizadas pelo Curso de História da Ufopa.

2.21. Atividades práticas de ensino para licenciaturas

O modelo curricular da licenciatura em História da Ufopa procura articular teoria e prática e aproximar os discentes do ambiente escolar desde o início da trajetória acadêmica. Procura-se com esta estrutura superar o modelo técnico e científico que marca a formação docente, o qual consiste na ênfase em disciplinas obrigatórias da área de história ao passo que separa e reduz as reflexões da área pedagógica e da prática docente, problemática relativa ao caso brasileiro e também presente nas discussões internacionais da área da educação. Partindo das contribuições das pesquisas acerca do ensino de história, a estrutura curricular do curso de História da Ufopa dissemina a reflexão didática e as atividades práticas por todo o currículo.

Desta maneira, além de disciplinas diretamente voltadas para a formação pedagógica geral (Didática, Psicologia da Educação e da Aprendizagem, Língua Brasileira de Sinais -

Libras), Fundamentos históricos e filosóficos da Educação, Educação Etnorracial, Política e Legislação educacional), e da matriz curricular específica do curso (Metodologia do Ensino I e II, Estágio Supervisionado I, II, III e IV), os demais componentes (História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea I e II, História da África I e II, História da América I e II, História do Brasil I, II e III e História da Amazônia I e II) têm a carga horária dividida em 60h teóricas e 25h práticas de ensino, totalizando 400 horas, conforme exigência da legislação vigente.

Pautando-se nas contribuições dos métodos ativos, participativos e problematizadores de aprendizagem, que redirecionam as atividades no espaço tradicional da sala de aula, agregam novos ambientes físicos de aprendizagem, como ambientes profissionais e laboratórios, e passam a explorar mais intensamente os ambientes virtuais, as práticas de ensino desenvolvidas pelos docentes nas disciplinas acima citadas têm feito uso de estratégias diversas.

Destaca-se, primeiramente, a constante leitura e a análise de livros didáticos, histórias em quadrinhos, filmes, músicas, peças teatrais, obras literárias, imagens, entre outras linguagens a fim de relacionar o conteúdo das disciplinas à construção de planos de aula e projetos de ensino a serem aplicados nas escolas da educação básica. Essas ações têm como objetivo aproximar o graduando, desde o primeiro período, da diversidade de materiais didáticos disponíveis ao docente, assim como propor aplicações práticas dos conteúdos estudados nas disciplinas do eixo geral da estrutura curricular. Do mesmo modo, são desenvolvidas ações voltadas à produção de materiais paradidáticos, planos de aula virtuais e jogos didáticos, estratégias de ensino que procuram explorar os pressupostos das metodologias ativas no intuito de mobilizar o conhecimento dos estudantes a fim de produzir recursos didáticos para a educação básica que se articulem com a realidade educacional do município de Santarém e da região do oeste do Pará. Acrescenta-se a utilização de ambientes de aprendizagem diversificados, com a elaboração de atividades nos centros e institutos culturais e de pesquisa do município, visitas de campo aos marcos da cidade de Santarém e de outras localidades próximas, e aulas práticas nas dependências do Laboratório de História da UFOPA – que conta com acervo de revistas e de livros didáticos.

2.22. Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação Tecnológica

As políticas institucionais da Ufopa abrangem ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, no sentido de consolidar a prática democrática e a inserção cidadã da instituição na realidade amazônica, no cenário nacional e nas conexões internacionais.

Como nas demais Ifes, o ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e extensão. Independentemente do nível, o foco do ensino na instituição é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica. Os cursos são estruturados em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia.

2.22.1. Políticas de Ensino

Há um conjunto de políticas de ensino no curso de História, que visam qualificar o percurso acadêmico dos discentes, oferecendo oportunidades de voltadas ao ensino de

História, mas também atreladas à pesquisa e à extensão, conforme delineado abaixo:

Pibid: O Pibid é um programa da Política Nacional de Formação de Professores do MEC, implementado institucionalmente pela Proen, que visa proporcionar aos estudantes dos cursos de licenciatura sua inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica. Para o desenvolvimento dos projetos institucionais de iniciação à docência, o programa concede bolsas aos licenciandos, aos professores das escolas da rede pública de educação básica e aos professores das IES.

O programa visa atender os seguintes objetivos gerais:

- a) Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- b) Contribuir para a valorização do magistério;
- c) Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- d) Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- e) Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como conformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- f) Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes,
- g) elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

No último edital institucional, o curso de História formou dois núcleos de bolsistas pibidianos, um na sede e Santarém e outro no município de Óbidos, onde o curso conta com uma turma pelo Programa Forma Pará. Cada núcleo conta com 24 alunos da graduação, divididos entre as seguintes escolas:

- Santarém: EMEF São Francisco, EEEM Álvaro Adolfo da Silveira, EEEFM Rio Tapajós, coordenados pelo professor Diego Marinho de Góis;

- Óbidos: EEEM São José e EMEF Felipe Patroni, coordenados pelo professor Luiz Carlos Laurindo Junior.

PIBRP: O Programa Institucional de Bolsas Residência Pedagógica é um programa da Capes, implementado institucionalmente pela Proen, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica em IES, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura.

O programa tem por objetivos:

- a) Fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
- b) Contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;
- c) Estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
- d) Valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional;

e) Induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula.

No Edital nº 01/2022, o curso de História obteve concessão para a formação de três núcleos de residentes, cada um com 15 alunos de graduação, totalizando 45 residentes atuando em escolas de ensino fundamental e médio da região urbana de Santarém, sob a supervisão dos seguintes professores e nas escolas:

- Douglas Mota Xavier de Lima: EEEF Maria Uchoa Martins, EEEM Álvaro Adolfo da Silveira e EEEFM Antonio Batista Belo de Carvalho;

- Isabel Teresa Creão Augusto: EEEFM Onésima Pereira de Barros, EEEFM Frei Othmar e EEEFM Rio Tapajós;

- Vanice Siqueira de Melo: EEEFM São Raimundo Nonato, EEEM Diocesana São Francisco e EEEFM Madre Imaculada.

MONITORIA ACADÊMICA

O Programa de Monitoria Acadêmica é gerenciado pela Proen, através da Coordenação de Projetos Educacionais, e visa contribuir para o processo de formação graduada, no despertar à docência, à pesquisa e/ou extensão do discente monitor com orientação docente, bem como estimular o senso de responsabilidade, autonomia, cooperação, satisfação em ampliar conhecimentos e empenho nas atividades acadêmicas, nos termos do Regimento de Ensino de Graduação da Ufopa.

Conforme a Resolução Consepe nº 331/2020, que trata do Regimento de Ensino de Graduação, que dispõe sobre as normas do Programa de Monitoria Acadêmica, esta é uma ação institucional direcionada ao fortalecimento dos cursos de graduação e incentivo ao desenvolvimento de metodologias, recursos didáticos, procedimentos, avaliações e tecnologias voltados para o ensino e aprendizagem na graduação, envolvendo docentes e discentes, respectivamente, na condição de orientadores e monitores, a ser efetivado por meio de projetos de monitoria e projetos de ensino integrados, em conformidade com o respectivo Projeto Pedagógico de cada Curso.

O Programa de Monitoria tem por objetivos:

a) Contribuir para a melhoria do ensino de graduação, através das práticas existentes e da implementação de novos instrumentos, novas práticas e experiências pedagógicas;

b) Criar condições de aprofundamento de conteúdos teóricos e práticos para o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à atividade docente;

c) Contribuir para o processo de formação graduada, no despertar à docência, à pesquisa e/ou extensão do discente monitor com orientação docente, bem como estimular o senso de responsabilidade, autonomia, cooperação, satisfação em ampliar conhecimentos e empenho nas atividades acadêmicas;

d) Promover maior interação entre os discentes e os docentes.

São atribuições do discente monitor:

- Desenvolver atividades que poderão ocorrer em aulas teóricas ou práticas;

- A critério do docente orientador, auxiliá-lo em tarefas didáticas, inclusive na preparação de aulas, elaboração e correção de material didático, bem como organização e realização de trabalhos práticos e experimentais, durante as aulas de laboratórios, compatíveis com o seu grau de conhecimento e experiência da disciplina;

- Facilitar o relacionamento entre discentes e docentes na execução e melhoria do ensino/aprendizagem;

- Avaliar o andamento da disciplina do ponto de vista do discente, apresentando sugestões aos docentes.

Desta forma, o Programa de Monitoria Acadêmica tem um caráter prioritário de promover experiências de ensino, sem perder o diálogo com a pesquisa e a extensão.

No âmbito do curso de Licenciatura em História, também funciona o Programa de Monitoria Acadêmica Ceanama. O programa constitui-se a partir do desenvolvimento de ações de acompanhamento pedagógico aos estudantes indígenas e quilombolas dos cursos do Iced. Essas ações são desenvolvidas em cada curso, dependendo das demandas e especificidades de cada itinerário formativo. Visa fortalecer a formação e desempenho acadêmico dos estudantes indígenas e quilombolas, buscando condições de permanência e desenvolvimento acadêmico, por meio da intervenção de estudantes monitores e professores orientadores para a permanência na educação superior destes estudantes, minimizando assim, a evasão e a retenção. No curso de História, a coordenação do projeto é conduzida pela coordenação do curso de História e a execução por um professor do curso e por bolsistas.

O Iced também tem reservado parte de seu orçamento para financiar bolsas de monitoria para os cursos, que tem contemplado o curso de História, no caso, o Laboratório de História. Esse espaço é dedicado a abrigar atividades de ensino, pesquisa e extensão, sejam elas promovidas pelos docentes do curso em disciplinas e projetos individuais ou institucionais, bem como servir de espaço para o estudo, pesquisa e integração acadêmica entre discentes e a comunidade. Os alunos que atuam como monitores do Laboratório têm a possibilidade de interagir com todos os tipos de atividades promovidas pelo e para o curso, sendo responsáveis pelo funcionamento e suporte ao usuário individual e cotidiano, no levantamento e consulta bibliográfica in loco; na orientação de uso e salvaguarda dos equipamentos disponíveis; além da participação no planejamento e execução de atividades específicas, sob a demanda de professores, da coordenação do curso ou do centro acadêmico.

Além do programa geral de monitoria acadêmica, a Proen também possui um programa de Monitorias Institucionais, voltados para alguns programas e espaços específicos da universidade, cujos projetos devem estar em conformidade com os Projetos Pedagógicos dos Cursos, no sentido de fomentar ações para o fortalecimento do ensino de graduação, o despertar da iniciação à docência, o apoio pedagógico e, prioritariamente, a diminuição das taxas de retenção e evasão acadêmica da Ufopa. Nesse sentido, o objetivo geral do Projeto de Monitoria do CDHBA é proporcionar a alunos maior integração entre ensino e pesquisa durante o seu processo de formação como professor, tendo acesso à utilização de diferentes tipos de fontes, através da organização, gestão e disponibilização de documentos históricos, contribuindo em seu processo de ensino e aprendizagem, preparando-os melhor para as suas futuras atividades de docência.

2.22.2. Políticas de Extensão Universitária

As ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são orientadas pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Ensino e pelo Regimento Geral da Ufopa.

Na Ufopa, a extensão universitária é um processo educativo, cultural, científico e/ou tecnológico, que envolve ações de articulação com a sociedade, por meio de atividades acadêmicas integradas ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que viabilizam a relação

transformadora entre a Universidade e a sociedade.

As atividades de extensão estão direcionadas para a valorização da diversidade cultural e ambiental, compromisso com os direitos humanos, respeito às diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros, princípios éticos, promoção da inclusão social e/ou desenvolvimento sustentável e regional.

As ações de extensão da Ufopa são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos. A atuação da Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce) tem como meta aumentar o número de programas, projetos e ações de integração com a sociedade e com empresas, visando a alavancar e ampliar parcerias estratégicas.

No âmbito do curso são diversas as frentes de atuação extensionista, a saber:

- O CDHBA, coordenado pelos professores de História e vinculado ao Iced, é uma das atividades que promovem as políticas de extensão no curso. Trata-se de um projeto que identifica, higieniza e organiza a documentação do Tribunal de Justiça do Pará, comarcas do Baixo Amazonas, produzidos entre o início do século XIX até a década de 1970, e desenvolve ações de educação patrimonial junto à comunidade. Além dos professores e discentes de História, discentes de Direito, Antropologia e outros cursos já atuaram como bolsistas do projeto. Atualmente o CDHBA possui duas bolsistas de monitoria Proen, responsáveis pelo atendimento ao público.

- Para além do acervo existente no CDHBA, entendemos que outros espaços arquivísticos existentes no município de Santarém precisam ser conhecidos, divulgados e reconhecidos como lugares de memória e em seu potencial para a educação patrimonial da comunidade. Nesse sentido, o projeto de extensão “O patrimônio histórico documental e os lugares de memória em Santarém”, coordenado pela professora Eveline Almeida de Sousa visa preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico documental de Santarém e inventariar os espaços de memória presentes na cidade. Por meio da recuperação e disponibilização de acervo documental sob a guarda do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA/Iced-Ufopa) e do mapeamento dos lugares de memória, busca-se inventariar, dar visibilidade e construir um roteiro do patrimônio histórico documental da cidade. Com o objetivo de fomentar a educação patrimonial na cidade, direcionada principalmente para estudantes e professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Soares Dutra (E.E.E.F.M. Almirante Soares Dutra), aproximando a comunidade do patrimônio histórico, incentivando as conexões entre memória, cidade e identidade entre os moradores. O projeto conta com a colaboração das professoras Isabel Teresa Creão Augusto e Vanice Siqueira de Melo, além de dois bolsistas de graduação e uma de ensino médio, financiados pelo Edital Procce nº 003/2022 Pibex.

- Considerando que o cinema tem uma função estratégica e pedagógica na sociedade, podendo contribuir para a educação, para a cidadania, para a politização ou ainda para o entretenimento, o curso de História também oferece ao público o projeto de extensão universitária Cineclio: Cinema, Cultura & Sociedade, que tem como objetivo promover uma cultura cinematográfica em Santarém, através da constante exibição e discussão do cinema nacional e internacional. Tal iniciativa teve um primeiro ciclo de atividades entre 2015 e 2019, sendo retomado após a pandemia de Covid 19 em 2022, permite explorar as inúmeras possibilidades relacionadas à “sétima arte”, além de criar uma aproximação entre a Universidade e a comunidade, visando ampliar os serviços e os bens culturais oferecidos à população. O projeto realiza, mensalmente, sessões de cine-debate com professores

convidados, quinzenalmente, exposições temáticas livres na universidade, além de promover cursos, oficinas, mostras de cinema e exposições nas escolas públicas do município de Santarém. É atualmente coordenado pelo professor Felipe Tavares de Moraes, e conta com a atuação de quatro alunos de graduação voluntários.

- O projeto “Ludus Ufopa: jogos de tabuleiro e suas aprendizagens”, coordenado pelo professor Douglas Mota Xavier de Lima, tem como fundamento a compreensão de que o jogo, em geral, e o jogo de tabuleiro, em particular, desempenha um papel essencial no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das pessoas. Nesse sentido, o projeto tem como objetivo geral promover a divulgação, a disseminação, o interesse pelos jogos de tabuleiro, especialmente em termos dos múltiplos aprendizados possibilitados pelos jogos. O projeto consiste na criação de um espaço para atividades com jogos de tabuleiro, onde os participantes possam jogar, aprender e criar, além de refletir sobre diferentes potencialidades dos jogos, entre elas o ensino e a aprendizagem. Paralelamente, o projeto propõe a promoção de atividades voltadas à formação docente inicial e continuada acerca do papel dos jogos na educação. O projeto de extensão tem como público-alvo prioritário estudantes da educação básica, professores da rede pública de ensino e estudantes das licenciaturas da Ufopa. Além do coordenador, o projeto conta atualmente com dois professores colaboradores internos, dois professores colaboradores externos, duas bolsistas Pibex e sete discentes voluntários.

- O projeto “Reconstruindo Histórias da Aldeia Pinhel - Aveiro/PA”, coordenado pelo professor Diego Marinho de Góis, tem por objetivo principal produzir um livro didático diferenciado de história local para uso na escola indígena da comunidade. A produção do livro didático se dará de forma colaborativa por meio da participação da professora de História e dos alunos da escola indígena junto aos bolsistas do projeto e os professores da universidade. Estará apoiado em pesquisa de campo junto aos moradores da aldeia, fazendo o levantamento das fontes/documentos (materiais, escritos, iconográficos, fotográficos, orais, dentre outros) existentes na própria aldeia. O registro da memória e da história dos habitantes é considerada ação prioritária, e envolve os moradores da aldeia na recuperação da memória histórica da localidade. A partir do levantamento de fontes, serão definidos temas relacionados às experiências dos sujeitos e de interesse para a comunidade local, temas estes que serão privilegiados na produção do livro didático. Com base nas fontes e nos temas, serão desenvolvidas atividades de produção com os alunos da escola indígena em aulas-oficinas de ensino de História, envolvendo os professores (educação indígena e universitários), bolsistas, gerando materiais sobre elementos da história local que será, assim, reconstruída no livro didático. O projeto conta com a colaboração da professora Lademe Correia de Sousa, de outros dois professores externos e a atuação voluntária de três alunos da Licenciatura em História.

- O Pibid e a Residência Pedagógica também podem ser entendidos como políticas de extensão relevantes para o curso, envolvendo alunos de História e promovendo a interação com a rede pública de ensino. As atividades do Pibid e da Residência Pedagógica podem ser aproveitadas no currículo do discente e favorecem ao aluno participante o diálogo entre a teoria e a prática docente. Atualmente o curso conta com três núcleos de Residência Pedagógica, com a participação de 45 alunos da graduação atuando em nove escolas da cidade de Santarém, e dois núcleos Pibid, um em Santarém e outro em Óbidos, totalizando 48 bolsistas pibidianos.

Em 18 de dezembro de 2018, foi instituída pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a Resolução nº 7, que estabeleceu as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira, em conformidade com o Plano Nacional de Educação de 2014-2024. A Resolução define a extensão universitária como “atividade que se

integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as IES e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

A fim de promover e regulamentar a extensão universitária, a Resolução também define que a extensão deve compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, percentual a ser incorporado na matriz curricular dos cursos. O art. 7º reforça o caráter da extensão como “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior” e o atrelamento da extensão ao currículo, visto que as intervenções devem estar “vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias”. No âmbito da Ufopa, a extensão universitária é prevista e regulamentada no Regimento de Graduação (Resolução Consepe nº 331/2020). Duas outras resoluções internas regem a extensão nesta universidade e também servem de base para este PPC: a Resolução Consepe nº 414/2023, que estabelece as “diretrizes para cadastro, registro e acompanhamento das Ações de Extensão nas modalidades Programa, Projeto, Curso e Evento”; e a Resolução Consepe nº 401/2023, que regulamenta o “registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação”.

A curricularização da extensão universitária no curso de História ocorrerá de duas formas, por meio das *Atividades de Extensão* e das *Práticas Integradoras de Extensão*. A carga horária de extensão a ser cumprida pelos discentes deverá ser de 360 horas (10% da carga horária total) e deverá ser cumprida durante o período do curso. As *Atividades de Extensão* corresponderão 180 horas e contemplarão as ações realizadas de forma autônoma pelos discentes, o que inclui todas as modalidades de extensão previstas na Resolução Consepe nº 414/2023 – Ufopa, a saber: cursos, oficinas, eventos, projetos e programas de extensão. De acordo com a Resolução Consepe nº 401/2023 – Ufopa, também pode ser entendida como ação de extensão a prestação de serviços de caráter extensionista. Esta e as três primeiras ações mencionadas na Resolução Consepe nº 414/2023 (cursos, oficinas e eventos) deverão estar vinculadas a projetos e programas de extensão, devidamente cadastrados e vigentes na Procce, conforme a Resolução Consepe nº 401/2023 – Ufopa. Em todos os casos, é essencial a participação ativa do estudante, que não poderá ser como ouvinte ou público-alvo. As Atividades de Extensão são individuais, não formam turma e devem ser cumpridas ao longo do percurso acadêmico.

Ainda no âmbito das *Atividades de Extensão*, os docentes do curso pretendem criar um Programa de Extensão do Curso de História, que terá duração de dois a quatro anos e poderá ser renovado periodicamente. A intenção é abranger vários projetos e ações (de menor duração), nos quais os alunos terão autonomia para participar, de acordo com os critérios de cada atividade, e assim, compor sua carga horária. O programa, em diálogo com o Art. 5 do capítulo I da Resolução CNE nº 7/2018, abará preferencialmente os temas comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho. Será dividido, então, em três grandes eixos: Ensino de História, História Pública e Patrimônio Histórico.

As ações e os projetos de extensão propostos pelos docentes do curso poderão ou não estar vinculados ao referido programa de extensão do curso. Além disso, os docentes poderão participar em ações, projetos e programas de outros cursos, mas é fundamental que haja atendimento prioritário às demandas de extensão do curso de História. Os discentes também poderão creditar carga horária acumulada em ações de extensão desenvolvidas em outros cursos da Ufopa e em outras instituições.

Quanto às *Práticas Integradoras de Extensão*, trata-se de três componentes curriculares, que serão ofertados do terceiro ao quinto semestre do curso, nos quais os discentes deverão se matricular regularmente, seguindo o calendário acadêmico em vigor. Como em todos os demais componentes, os discentes deverão cumprir a carga horária estabelecida de 60 horas em Práticas Integradoras de Extensão I, 60 horas em Práticas Integradoras de Extensão II e 60 horas em Práticas Integradoras de Extensão III, totalizando a carga horária de 180 horas.

Nas Práticas Integradoras de Extensão, os discentes deverão elaborar e aplicar uma ação de extensão, em formato de projeto, curso, oficina ou evento de extensão, abrangendo o conteúdo de um ou mais componentes curriculares do curso. Em todos os casos, é imprescindível que a atuação dos discentes deverá ser ativa, ou seja, eles deverão atuar como facilitadores, ministrantes mediadores, palestrantes ou membros de comissão organizadora, e que a ação seja registrada na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa. A elaboração da ação poderá ser realizada em grupos de três a cinco discentes, em sala de aula, e não poderá ultrapassar 20% da carga horária total do componente curricular. A aplicação poderá acontecer na própria Ufopa (desde que envolva público externo à mesma), em escolas da educação básica, na comunidade ou no bairro de origem do discente, em ambientes virtuais ou por meio da entrega de produtos didáticos, tecnológicos e/ou culturais. Ao final, os discentes serão avaliados pelo docente responsável pelo componente curricular.

No fim do percurso acadêmico, nono semestre do curso, os discentes deverão ter cumprido a carga horária total das Práticas Integradoras de Extensão e deverão se matricular em Atividades de Extensão, apresentando os certificados de cumprimento da carga horária pertinente (180 horas).

2.22.3. Políticas de Pesquisa

A política de pesquisa da Ufopa é gerida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit). Tem por finalidade fomentar e orientar a consolidação de uma cultura de pesquisa na Instituição que suporte à inserção de pesquisadores locais em redes de investigação científica nacional e internacional, tendo como foco principal a realidade regional apresentada e como perspectiva a produção de conhecimento para o desenvolvimento da vasta oferta de recursos naturais da Amazônia. Suas principais diretrizes são: produção de conhecimento e articulação com a sociedade, formando cidadãos em função das necessidades da sociedade, capazes de transformar a realidade social da região amazônica, contribuindo para o avanço científico e tecnológico, além de promover a valorização da diversidade cultural.

A Ufopa visa a consolidar a pesquisa interdisciplinar, fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos e intensificar as atividades de pesquisa de relevância social, ampliando o número de trabalhos, tanto dos discentes como dos docentes da Instituição, incentivando a participação e a organização de eventos de socialização para divulgação e planejando o lançamento de edital interno voltado ao apoio da pesquisa, em especial à consolidação dos grupos de pesquisas. Quanto à sua articulação com a sociedade, a pesquisa na Ufopa pretende fortalecer a interação com o ensino médio, por meio do programa de bolsas Pibic-EM, buscando incentivar e despertar o espírito de pesquisa dos futuros profissionais. Além disso, pretende-se elevar o número de publicações com relevância social, por meio da valorização e estímulo à divulgação e socialização dos resultados das pesquisas, apoiando a participação dos docentes e discentes em eventos científicos diversos e em suas publicações. A Ufopa também realiza o acompanhamento e visibilidade das pesquisas desenvolvidas na Instituição, valorizando a produção científica docente.

A política de pesquisa pretende consolidar a Ufopa no cenário da pesquisa local, regional e nacional, alavancando e ampliando parcerias estratégicas, promovendo articulação permanente com empresas públicas e privadas, comunidades e movimentos sociais.

A Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (Arni) será responsável pelo apoio e logística no estabelecimento de parcerias com outras instituições e/ou organismos nacionais e internacionais, visando à realização de atividades em cooperação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Articulada ao ensino, a pesquisa visa promover a interdisciplinaridade e potencializar a vocação da região amazônica com ações que efetivamente contribuam para o alcance da sustentabilidade. A Proppit pretende elevar o índice de publicações distribuídas pelo Qualis com foco interdisciplinar e elevar o índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais, adotando estratégias de gestão por meio da Capes, CNPq e SEB/MEC. Essas ações fortalecerão a pesquisa e a produção científica nas áreas científicas e tecnológicas.

Além dessas ações de pesquisa, o Curso de História mantém junto ao CDHBA a promoção da pesquisa por meio do acesso a documentos históricos, que são consultados por pesquisadores da região, de outros estados do Brasil e de outros países. Destaca-se ainda o incentivo à pesquisa a partir da difusão e preservação do patrimônio documental da região.

2.22.4. Programas de Iniciação Científica

A partir da Proppit, na Ufopa, a iniciação científica acontece por intermédio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibic), que abrange os subprogramas Pibic/CNPq, Pibic-AF/CNPq, Pibic/Fapespa, Pibic/Ufopa, Pibic-AF/Ufopa, Pibiti/CNPq e Pibiti/Ufopa. Nesse sentido, segue-se o objetivo da Universidade e da proposta de “professores-pesquisadores”, com o escopo de apoiar a criação e consolidação de grupos de pesquisa e qualificar o ensino de graduação na Ufopa.

Como se observa, o programa de iniciação científica da Ufopa disponibiliza, hoje, duas modalidades de bolsa: o Pibic e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), em parceria com a Fundação Amazônia, antiga Fadespa, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico tem por objetivo apoiar a criação e a consolidação de grupos de pesquisa e qualificar o ensino de graduação na Ufopa, por meio da concessão de bolsas de iniciação científica a graduandos, sob orientação de docentes, coordenadores ou participantes de projetos de pesquisa registrados na instituição, para o desenvolvimento de atividades voltadas ao desenvolvimento científico (Pibic) e ao desenvolvimento tecnológico (Pibiti).

O Pibic visa propiciar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrente das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

Já o Pibit, tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Ele deve contribuir para a formação e a inserção de estudantes em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação, a formação de recursos humanos dedicados ao fortalecimento da capacidade inovadora e para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora nas atividades nas quais esteja incluído.

Por sua vez, o subprograma Pibic-AF é destinado a estudantes que ingressaram na Ufopa por meio de ações afirmativas ou que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Outra forma de contato com a pesquisa ocorre por meio de participação voluntária nos projetos de pesquisa realizados pelos docentes da instituição.

Nesse quadro de ações institucionais, o curso conta atualmente com diferentes projetos de pesquisa coordenados pelos docentes, que orientam, também, alunos de Iniciação Científica. Além disso, o curso apresenta o Laboratório de História e o CDHBA – contendo documentos de grande relevância para a história da regional –, equipamentos que têm permitido o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1. Apoio Técnico Pedagógico

3.1.1 Direção de Instituto

A direção do Iced é exercida pela Prof.^a Dr.^a Lademe Correia de Sousa e pelo Vice-Diretor Prof. Dr. Ivan Gomes Da Silva Viana. A direção encontra-se no prédio H, na Unidade Rondon, em horários alternados entre manhã, tarde e noite.

3.1.2. Coordenação de Curso

A função de coordenação do curso de Licenciatura em História é exercida em regime de rotatividade entre os docentes do Colegiado do Curso, com carga horária de 20 horas semanais para o desenvolvimento das atividades. Atualmente, é exercida pela docente Isabel Teresa Creão Augusto.

A docente Isabel Teresa Creão Augusto, doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), começou a atuar na Ufopa em 2013, onde é lotada no Curso de História, vinculado ao Programa de Ciências Humanas do Iced, com dedicação exclusiva (40 horas semanais).

As atividades de coordenação são desenvolvidas preferencialmente no período da tarde, para que os alunos e professores dos turnos da manhã e da noite sejam atendidos. O atendimento à coordenação, aos professores e aos alunos está concentrado nas gestões acadêmica e administrativa do Iced. A sala da coordenação possui condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores.

Compete ao Coordenador da Subunidade Acadêmica, segundo art.117 do Regimento Geral da Ufopa:

I - convocar e presidir os trabalhos do Colegiado de Curso;

II - coordenar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a cargo da Subunidade Acadêmica, delegando atribuições e acompanhando a execução;

III - coordenar e acompanhar os serviços administrativos da Subunidade Acadêmica.

O antigo Regimento de Graduação da Ufopa, em seu artigo 121 da seção IV, também apresentava as seguintes atribuições dos coordenadores de curso:

I - convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;

II - solicitar à Proen, aos diretores das Unidades Acadêmicas, aos coordenadores de

núcleos e aos docentes e técnicos em assuntos educacionais providências necessárias para o bom funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos, questões didático-pedagógicas e pessoal;

III - articular-se com o Colegiado da Unidade Acadêmica e com a Administração Superior, a fim de harmonizar o funcionamento do curso com as respectivas instâncias;

IV - propor ao Colegiado do Curso o número de vagas a ser oferecido nos processos seletivos de ingresso de acordo com a portaria de criação do curso;

V - coordenar o NDE do curso;

VI- propor, em conjunto com o NDE, reformas no PPC;

VII - estruturar a grade horária e solicitar à Unidade Acadêmica a designação de professores para os componentes curriculares;

VIII - propor componentes curriculares de cursos no período intensivo;

IX - propor e implementar estratégias de enfrentamento da reprovação e da evasão;

X- analisar os históricos escolares, com seus respectivos programas de componentes curriculares, quando da solicitação de dispensa;

XI - providenciar documentação necessária à colação de grau dos discentes;

XII - estimular a participação dos docentes e dos discentes no processo avaliativo (avaliação do docente pelo discente, da coordenação pelos discentes e docentes, infraestrutura), de forma a contribuir para sua autoavaliação;

XIII - propor ao Colegiado da Subunidade plano de providências após as avaliações;

XIV - inscrever os discentes no Sistema e-MEC, quando o curso for selecionado para participar do Exame Nacional dos Discentes (Enade) ou quando o discente não tiver realizado a prova no ciclo avaliativo regular;

XV - analisar, em conjunto com os docentes, os relatórios do Enade, de modo a possibilitar autoavaliação e retroalimentação do curso;

XVI - colaborar no processo de avaliação externa in loco realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do MEC, fornecendo informações solicitadas pela Proen nos prazos estabelecidos;

XVII - solicitar dos docentes a documentação necessária para o processo avaliativo in loco;

XVIII - informar aos órgãos competentes da Ufopa as necessidades do curso para uma boa avaliação; promover reuniões com os docentes e discentes para fins de preparação da avaliação externa;

XIX - preparar toda a documentação necessária, disponibilizando-a para a comissão de avaliação externa;

XX - conhecer a legislação pertinente às suas atribuições de coordenador: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), regimento da instituição e resoluções internas e externas;

XXI - receber os discentes no início dos semestres, oferecendo informações necessárias sobre a vida acadêmica durante o período de formação ou nos polos de apoio presencial, nos casos dos cursos a distância;

XXII - responsabilizar-se pela orientação de matrícula, propondo, de forma conjunta

com o discente, plano individual para discentes desnivelados ou oriundos de mobilidades estudantis;

XXIII - acompanhar os prazos de inserção da oferta de componentes curriculares, possibilitando a matrícula dos discentes no período estipulado;

XXIV - atender ao discente, sempre que necessário ou solicitado na Coordenação do Curso;

XXV - solicitar aos docentes que acessem periodicamente o SIGAA, de forma que a frequência e as notas dos discentes sejam lançadas no prazo estabelecido;

XXVI - acompanhar e avaliar o estágio probatório dos docentes;

XXVII - orientar o discente sobre as atividades complementares e realizar sua creditação;

XXVIII - colaborar com a Coordenação de Estágios da Proen no levantamento, registro, acompanhamento e avaliação dos discentes e campos de estágios curriculares;

XXIX - solicitar aos docentes os planos de ensino dos componentes curriculares, orientando-os para que os apresentem aos discentes na primeira semana de aula;

XXX - acompanhar o cumprimento dos componentes curriculares ofertados e a execução dos planos de ensino;

XXXI - providenciar, com os docentes, a reposição de aulas, em caso de faltas dos docentes, juntamente com o diretor da Unidade Acadêmica;

XXXII - organizar e acompanhar, juntamente com o diretor da Unidade Acadêmica, os afastamentos e a licença de capacitação de docente; participar de reuniões, treinamentos, capacitações, sempre que convocado por órgão da administração;

XXXIII - cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas ao curso, bem como desempenhar as atribuições estabelecidas no regimento do curso;

XXXIV - participar de grupos de trabalho de desenvolvimento de metodologia de ensino;

XXXV - planejar e desenvolver atividades de seleção e capacitação dos profissionais (tutores, professores e equipe multidisciplinar) relativas ao curso;

XXXVI - acompanhar o registro acadêmico dos discentes matriculados no curso;

XXXVII - registrar os cursos nos órgãos de conselho de classe, quando houver.

Além dessas atribuições, o Coordenador do Curso de História compõe o Conselho da Unidade Acadêmica, Iced, conforme o art. 110 do Regimento Geral da Ufopa.

A Coordenação também é composta pela função de vice-coordenação, que também é exercida em regime de rotatividade entre os docentes do Colegiado, com carga horária de 15 horas semanais. Atualmente, a vice-coordenadora do curso é a docente Eveline Almeida de Sousa, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), lotada no Curso de História, vinculado ao Programa de Ciências Humanas do Iced, com dedicação exclusiva (40 horas semanais). A docente começou a atuar na Ufopa em 2014.

3.1.3. Técnicos em Assuntos Educacionais

O Iced possui, atualmente, 03 (três) técnicos em assuntos educacionais que atendem a

todos os cursos do instituto.

3.1.4. Secretaria Executiva

O Iced possui uma secretaria executiva que responde as demandas da direção do instituto e algumas demandas das coordenações de programas/curso. A secretaria executiva é constituída de 02 (dois) secretários e 01 (um) assistente em administração.

3.2. Organização Acadêmico-Administrativa

3.2.1. Gestão Acadêmica

No Iced, a Gestão Acadêmica é órgão que atende todos os professores, discentes e coordenadores do instituto. É na Gestão Acadêmica que os alunos podem efetuar e resolver problemas referentes a matrículas, solicitar demandas, como aproveitamento de disciplinas, às coordenações de curso, assistência e orientação pedagógica. Além disso, este órgão apoia, técnica e pedagogicamente, os coordenadores e os docentes do instituto. A Gestão Acadêmica é constituída por 3 Técnicos em Assuntos Educacionais, 2 Pedagogos e 5 Assistentes em Administração.

3.2.2. Núcleo de Estágio do Iced

O Curso de Licenciatura em História, em consonância com o processo de formação docente, está articulado com o Núcleo de Estágio do Iced, formado por todos os professores que supervisionam os estágios nas licenciaturas desse Instituto e administrada por um Coordenador, ao qual é atribuída a carga horária de 20 horas, conforme a Instrução Normativa Iced/Ufopa nº 01, de 12 de setembro de 2013. O Núcleo de Estágio do Iced tem as seguintes competências:

- I. Acompanhar o desenvolvimento dos estágios curriculares no Projeto Pedagógico dos cursos da Universidade.
- II. Colaborar para a realização dos convênios de cooperação entre Ufopa e 5ª Unidade Regional de Ensino (URE), Secretaria Municipal de Educação (Semed) e escolas privadas e instituições não escolares;
- III. Prestar informações estatísticas referentes ao número de discentes estagiários locais, com carga horária e outros dados relativos aos estágios curriculares.
- IV. Providenciar seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, junto ao órgão competente da Universidade.
- V. Acompanhar a realização dos estágios através dos cronogramas, planejamentos e relatórios;
- VI. Manter uma listagem atualizada com endereços das escolas e/ou instituições da rede pública e particular;
- VII. Providenciar materiais de apoio à organização dos estágios;
- VIII. Resolver problemas decorrentes da realização dos estágios;
- IX. Promover a integração pedagógica entre os Cursos de Licenciatura.
- X. Avaliar o desenvolvimento dos estágios Curriculares no âmbito do Instituto e da Universidade.

XI. Incentivar a produção científica de professores das escolas e acadêmicos do curso - através de registro das situações vivenciadas nos estágios supervisionados.

XII. Criar um espaço de discussão com os gestores e professores das escolas da educação básica para discutir e avaliar a atuação dos estagiários e o estágio como prática educativa.

XIII. Mapear as necessidades das instituições receptoras com vistas a promover uma intervenção direcionada à resolução dessas problemáticas;

XIV. Promover discussões com acadêmicos para estudar, socializar e discutir as situações encontradas no estágio;

XV. Realizar um encontro anual e/ou semestral dos estágios curriculares do Instituto.

3.2.3. Órgãos Colegiados

A composição do Conselho do Iced é formada por representantes das três categorias, sendo distribuída da forma seguinte, conforme a Portaria nº 32, de 30 de agosto de 2016:

Diretor(a) do Iced – Membro Permanente;

Vice-Diretor(a) do Programa de Ciências da Educação – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Educação – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Letras – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Mestrado Profissional em Matemática – Membro Permanente;

Coordenador do Mestrado Profissional em Letras – Membro Permanente;

Coordenador do Mestrado Profissional em Ensino de Física – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Letras – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Matemática e Física – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Informática Educacional – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Biologia – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Química – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em História – Membro Permanente;

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Geografia – Membro Permanente;

Eneias Barbosa Guedes – Representante Docente Titular;

Liviane Ponte Rego – Representante Docente Titular;

Adriano Cesar Rabelo – Representante Docente Titular;

Gilberto Cesar Lopes Rodrigues – Representante Docente Suplente;

Adelaine Michela e Silva Figueira – Representante Docente Suplente;

Wania Alexandrino Viana – Representante Docente Suplente;
Sérgio Augusto Santos de Palma – Representante Técnico Titular;
Eulina Christyane Araújo Rocha – Representante Técnico Titular;
Luiz Fernando Garcia de Carvalho Queiroz – Representante Técnico Titular;
Danielle Caroline Batista da Costa – Representante Técnico Suplente;
Ládia Rufino dos Santos – Representante Técnico Suplente;
Daniele Sales dos Santos – Representante Técnico Suplente;
Matheus Jovino da Costa Rodrigues – Representante Discente Titular;
Karolayne Carvalho dos Santos – Representante Discente Titular;
Christ Helen de Sousa Carvalho – Representante Discente Titular;
Eric Wanzeller Aguiar Rodrigues – Representante Discente Suplente;
Ranniely Pacheco Brasil – Representante Discente Suplente;
Yasmin Loyola Batista – Representante Discente Suplente.

A Composição do Colegiado do Curso de História também é formada por representantes das três categorias, atualmente com a seguinte disposição:

Isabel Teresa Creão Augusto – Docente Efetiva e Presidente;
Eveline Almeida de Sousa – Docente Efetiva e Vice-Presidente;
Diego Marinho de Gois – Docente Efetivo;
Douglas Mota Xavier de Lima – Docente Efetivo;
Felipe Tavares de Moraes – Docente Efetivo;
Isabel Teresa Creão Augusto – Docente Efetiva;
Gefferson Ramos Rodrigues – Docente Efetivo;
Lademe Correia de Sousa – Docente Efetiva;
Luana Sullivan Bagarrão Guedes – Docente Efetiva;
Luiz Carlos Laurindo Junior – Docente Efetivo;
Vanice Siqueira de Melo – Docente Efetiva;
Wania Alexandrino Viana – Docente Efetiva;
Representante Técnico Titular;
Representante Técnico Suplente;

Representante Discente Titular (representante do Centro Acadêmico ou, em caso de inexistência deste, um representante eleito pelo corpo discente);

Representante Discente Suplente.

3.3. Docentes

Compõem o quadro docente do curso de Licenciatura em História da Ufopa, os docentes abaixo indicados, conforme titulação e regime de trabalho.

3.3.1. Quadro de Titulação e Formação Acadêmica

PROFESSORES DO CURSO		
Professores de outros cursos que atuam no Curso de História		
Docente	Titulação	Regime de Trabalho
Eleny Brandão Cavalcante	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Irani Lauer Lelis	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Juarez Bezerra Galvão	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Solange Helena Ximenes Rocha	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Lucybeth Camargo de Arruda	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Professores específicos do Curso de História		
Docente	Titulação	Regime de Trabalho
Diego Marinho de Gois	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Douglas Mota Xavier de Lima	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Eveline Almeida de Sousa	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Felipe Tavares de Moraes	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Gefferson Ramos Rodrigues	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Isabel Teresa Creão Augusto	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Lademe Correia de Sousa	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Luana Sullivan Bagarrão Guedes	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Luiz Carlos Laurindo Junior	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Vanice Siqueira de Melo	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Wania Alexandrino Viana	Doutorado	Dedicação Exclusiva

3.3.2. Experiência docente no ensino básico e superior

DOCENTE	DOCÊNCIA NO ENSINO BÁSICO	DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR
Diego Marinho de Gois	0	11
Douglas Mota Xavier de Lima	4	9
Eveline Almeida de Sousa	2	9
Felipe Tavares de Moraes	0	7
Gefferson Ramos Rodrigues	2	7
Isabel Teresa Creão Augusto	3	16
Lademe Correia de Sousa	5	11
Luana Sullivan Bagarrão Guedes	6	17
Luiz Carlos Laurindo Junior	1	11
Vanice Siqueira de Melo	1	9
Wania Alexandrino Viana	1	8

3.3.3. Quadro de docentes por disciplinas

DISCIPLINA	DOCENTES
Língua Brasileira de Sinais	Eleny Brandão Cavalcante
Psicologia da Educação e da Aprendizagem	Irani Lauer Lelis
Metodologia do Trabalho Científico	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
Introdução aos Estudos Históricos	Felipe Tavares de Moraes
História Antiga	Douglas Mota Xavier de Lima
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	Isabel Teresa Creão Augusto
Política e Legislação Educacional	Solange Helena Ximenes Rocha
Educação Etnorracial	Luana Sullivan Bagarrão Guedes
Teoria da História I	Felipe Tavares de Moraes
História Medieval	Douglas Mota Xavier de Lima
Didática	Juarez Bezerra Galvão
Metodologia do Ensino de História I	Diego Marinho de Gois Lademe Correia de Sousa
Teoria da História II	Felipe Tavares de Moraes
Disciplina Optativa I	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
Prática Integradora de Extensão I	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior

	Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
Metodologia do Ensino de História II	Diego Marinho de Gois Lademe Correia de Sousa
História Moderna	Wania Alexandrino Viana
História do Brasil I	Vanice Siqueira de Melo
Disciplina Optativa II	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
Prática Integradora de Extensão II	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
Estágio Supervisionado em História I	Diego Marinho de Gois
História Contemporânea I	Isabel Teresa Creão Augusto
História do Brasil II	Eveline Almeida de Sousa
História da Amazônia I	Luiz Carlos Laurindo Junior
Prática Integradora de Extensão III	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
Estágio Supervisionado em História II	Diego Marinho de Gois
História Contemporânea II	Isabel Teresa Creão Augusto
História do Brasil III	Gefferson Ramos Rodrigues
História da Amazônia II	Luiz Carlos Laurindo Junior

Antropologia e História	Lucybeth Camargo de Arruda
Estágio Supervisionado em História III	Lademe Correia de Sousa
Metodologia da História	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
História da África I	Luana Sullivan Bagarrão Guedes
História da América I	Vanice Siqueira de Melo
Historiografia Brasileira	Gefferson Ramos Rodrigues
Estágio Supervisionado em História IV	Lademe Correia de Sousa
TCC I	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
História da África II	Luana Sullivan Bagarrão Guedes
História da América II	Eveline Almeida Sousa
TCC II	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
História Indígena e do Indigenismo	Wania Alexandrino Viana
Disciplina Optativa III	Diego Marinho de Góis Douglas Mota X.de Lima Eveline Almeida Sousa Felipe Tavares de Moraes Gefferson Ramos Rodrigues Isabel Teresa Creão Augusto

	Lademe Correia de Sousa Luana Sullivan Bagarrão Guedes Luiz Carlos Laurindo Junior Vanice Siqueira de Melo Wania Alexandrino Viana
--	--

3.3.4. Núcleo Docente Estruturante

O NDE de uma graduação é formado por docentes do curso que atuam na elaboração, consolidação e permanente atualização do Projeto Pedagógico de um curso. Pela Resolução MEC/Conaes nº 01/2010, são atribuições do NDE:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE, pela Resolução MEC/Conaes nº 01/2010, deve ser composto por cinco professores, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso. O NDE da Licenciatura em História da Ufopa foi, inicialmente, formado, pelos seguintes docentes, conforme a Portaria Nº 2.166, de 12 de setembro de 2014:

1. Vanice Siqueira de Melo (Presidente);
2. Luiz Carlos Laurindo Junior;
3. Isabel Tereza Creão Augusto;
4. André Dionei Fonseca.

Pela Portaria nº 518, de 26 de fevereiro de 2015, houve alteração no NDE do Curso de História com a inclusão dos seguintes professores:

1. Diego Marinho de Gois;
2. Gustavo Pinto de Sousa.

Por meio da Portaria nº 425, de dezembro de 2023, emitida pelo Iced da Ufopa, o NDE do curso de História passou a ser composto por todos os docentes vinculados ao curso:

1. Isabel Teresa Creão Augusto, Doutora em História pela PUC-SP (Presidente);
2. Eveline Almeida de Sousa, Doutora em História pela UFF (Vice-Presidente);
3. Diego Marinho de Gois, Doutor em Educação pela UFPR;
4. Douglas Mota Xavier de Lima, Doutor em História pela UFF;
5. Felipe Tavares de Moraes, Doutor em Educação pela USP;
6. Gefferson Ramos Rodrigues, Doutor em História pela UFF;
7. Lademe Correia de Sousa, Doutora em História pela UFU;
8. Luana Sullivan Bagarrão Guedes, Doutora em História Social da Amazônia pela

UFPA;

9. Luiz Carlos Laurindo Junior, Doutor em História Social pela USP;
10. Vanice Siqueira de Sousa, Doutora em História Social da Amazônia pela UFPA;
11. Wania Alexandrino Viana, Doutora em História Social da Amazônia pela UFPA.

Os membros do NDE reúnem-se periodicamente para discutir e construir o Plano Pedagógico do Curso de História. O diálogo e a colaboração dos docentes do curso são fundamentais para o NDE verificar a consolidação, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Licenciatura em História.

Os membros do NDE reúnem-se periodicamente para discutir e construir o Plano Pedagógico do Curso de História. Nesse processo de elaboração do PPC do curso pelo NDE são oriundas, também, dos debates que este grupo realiza com os demais professores do curso. O diálogo e a colaboração dos docentes do curso são fundamentais para o NDE verificar a consolidação, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Licenciatura em História.

3.3.5. Política e Plano de Carreira

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal é estruturado conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012. De acordo o art. 1º, §§ 1º e 2º desta Lei, a Carreira de Magistério Superior, destinada a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturada nas seguintes classes:

I - Classe A, com as denominações de:

- a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
- b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou
- c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;

II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.772/2012, em seu artigo 12 o desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho. Já a promoção, ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, algumas condições específicas para cada classe.

3.3.6. Critérios de Admissão

De acordo com a Resolução Consun nº 49, de 27 de março de 2014, que disciplina a realização de concurso público para o ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa, o ingresso em tal carreira se dá mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012.

O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa consta de 2 (duas) etapas:

I - Primeira Etapa:

a) Prova escrita: De caráter eliminatório e classificatório, nesta fase os critérios avaliados serão a apresentação - introdução, desenvolvimento e conclusão -, o conteúdo e o desenvolvimento do tema - organização, coerência, clareza de ideias, extensão, atualização e profundidade - e a linguagem - uso adequado da terminologia técnica, propriedade, clareza, precisão e correção gramatical. Esta prova, que versa sobre um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo necessária a obtenção de nota mínima 7,0 (sete) para classificação do candidato para a fase seguinte.

b) Prova didática: Também de caráter eliminatório e classificatório, esta etapa consiste na apresentação oral, com duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, pelo candidato, de um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso. Na prova didática, os critérios avaliados são a clareza de ideias, a atualização e a profundidade de conhecimentos do candidato na abordagem do tema, o planejamento e a organização da aula e os recursos didáticos utilizados. O peso para o cálculo da média final é 3 (três) e a pontuação mínima necessária para classificação para a fase seguinte é 7,0 (sete).

c) Prova Prática ou Experimental: Essa etapa, de caráter classificatório e eliminatório, caso seja necessária, constará da realização de experimento, demonstração ou execução de métodos e técnicas específicas ou apresentação de um projeto, no tempo máximo de 4 (quatro) horas.

II - Segunda Etapa:

a) Prova de memorial: Nesta fase, de caráter classificatório, o candidato entrega à comissão de concurso um memorial contendo as atividades acadêmicas significativas realizadas e as que possam vir a ser desenvolvidas por ele na Ufopa. Esse memorial deve evidenciar a capacidade do candidato de refletir sobre a própria formação escolar e acadêmica, além de suas experiências e expectativas profissionais. Ainda, deve manifestar uma proposta de trabalho na Ufopa para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com objetivos e metodologia. Esse memorial é defendido em sessão pública, com duração de 30 (trinta) minutos, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final do concurso e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

b) Julgamento de títulos. De caráter apenas classificatório, o julgamento dos títulos é realizado por meio do exame do currículo Lattes, devidamente comprovado, sendo considerados e pontuados os seguintes grupos de atividades: Formação Acadêmica, Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural, Atividades Didáticas e Atividades Técnico-Profissionais. Esta etapa tem peso 3 (três) para o cálculo da média final do concurso.

3.3.7. Apoio à Participação em Eventos

O apoio a participação dos docentes dos cursos de graduação em eventos científicos se dá a partir de recurso anual distribuído pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) às Unidades Acadêmicas e, internamente, redistribuídos pelos Programas e cursos de cada instituto. Assim, o docente interessado em participar de eventos científicos deve entrar com o formulário de solicitação no próprio curso ao qual está lotado para, existindo disponibilidade de verbas no curso em questão, o pedido seja deferido ou indeferido.

4. INFRAESTRUTURA

4.1. Informações Gerais

O curso de Licenciatura em História funciona na Unidade Rondon, que tem a área de 8.583,57 m². Nesta unidade há uma biblioteca setorial, espaço de convivência, lanchonete, 16 salas de aula, todas climatizadas, com quadro magnético, projetor multimídia e capacidade para 50 alunos, um auditório climatizado com capacidade para 150 pessoas, duas amplas salas, climatizadas, com quadro magnético, recursos de multimídia e capacidade para 100 alunos, cada; e rede sem fio Wi-Fi de banda larga disponível a todos os discentes. Os alunos têm acesso, a partir de qualquer computador interligado a rede de internet da Ufopa ao Portal de Periódicos da Capes, uma vez que a Ufopa faz parte da Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

4.2. Salas de aula

O curso de história dispõe de seis salas de aula localizadas no primeiro, segundo e terceiro andar do Prédio do Iced. Todas as salas têm capacidade para 50 (cinquenta) discentes e são equipadas com central de ar condicionado, além de tomadas de força elétrica para aparelhos de multimídia. As salas de aulas comportam e possuem dimensões adequadas para a quantidade de vagas ofertadas anualmente. Estes ambientes têm acesso facilitado, com portas com larguras adequadas, elevadores, escada e rampa de acesso para pessoas com deficiência. Todos esses locais são bem iluminados, amplos, conservados, limpos, oferecendo ambiente adequado para a prática do ensino. Além disso, as salas são limpas diariamente por uma equipe terceirizada.

Neste prédio, há mais 03 salas de informática que, atualmente, podem ser utilizadas em aulas que envolvam atividades computacionais (uso de softwares, simuladores e pacotes de multimídia) ou de rede.

Todas as salas dispõem de mobiliário novo (carteiras para alunos, armários, mesa e cadeira para professor), possuem excelentes condições de acústica, ventilação, iluminação e acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Os espaços do campus são amplos e os acessos são sinalizados em todos os corredores.

4.3. Instalações para os docentes do curso

Os docentes possuem estações de trabalho individual, contendo armário e computador interligado a rede de internet da Ufopa. As estações são agrupadas por afinidades e áreas do conhecimento, o que propicia a interação de docentes que atuam em diferentes linhas de pesquisa. Nesse espaço os docentes contam, ainda, com salas coletivas para atividades de discussões, reuniões e orientações. Além disso, os laboratórios vinculados aos cursos disponibilizam estações de trabalhos para professores e discentes associados aos seus projetos de pesquisa e extensão. Todos esses espaços possuem condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores.

Os gabinetes de trabalho dos docentes localizam-se no segundo pavimento do prédio H da Unidade Rondon da Ufopa. Tais gabinetes são divididos em três amplas salas climatizadas, com iluminação natural e artificial. A limpeza é feita diariamente pelo serviço de apoio. O acesso às salas se dá por meio de 2 escadas e 2 elevadores. A Sala 1 possui 115,55 m², comportando 10 gabinetes com 22 estações de trabalho; a Sala 2 possui 175,92 m², comportando 11 gabinetes com 32 estações de trabalho; a Sala 03, de 70,5 m², possui 7

gabinetes e 19 estações de trabalho. As três salas possuem 3 gabinetes de orientação acadêmica, com 5,81 m² cada. Dentro de cada gabinete, as estações de trabalho são ligadas entre si, sendo que cada estação está equipada com uma bancada de 6 gavetas, 1 armário para uso pessoal, 1 mesa em L com 2 gavetas, 1 cadeira e 1 computador com acesso à internet (*Wi-Fi*, wireless).

No 3º pavimento do Prédio H, há uma sala, medindo 21,83m², de uso coletivo dos professores, que serve também para reuniões, a qual é equipada com 1 mesa e 8 cadeiras, bem climatizada, com iluminação artificial e natural satisfatórias.

4.4. Instalações para a coordenação do curso

A coordenação do Curso de História funciona na sala do Programa de Ciências Humanas, em uma sala de 18 m² que contém duas estações de trabalho com computadores conectados à rede de internet, impressora, telefone e armários. Em uma das estações de trabalho, funciona a Coordenação do Curso de Geografia que possui seus armários e equipamentos próprios. A sala do Programa de Ciências Humanas, onde funciona a coordenação de História, possui condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores.

A coordenação conta com a cooperação de um técnico administrativo, responsável pelo agendamento, protocolo, recebimento, distribuição e arquivamento de documentos, edição de memorandos, ofícios e demais documentos, e recepção ao público. Há também espaços de apoio didático-pedagógico que auxiliam nas atividades de acompanhamento do corpo docente e orientação dos estudantes, bem como uma sala ampla que está alocada a gestão acadêmica do Instituto ao qual o curso está vinculado.

A sala possui uma área de 16m², sendo composta por 2 mesas em “L”, 1 mesa retangular, 5 cadeiras, 3 armários de madeira e 1 armário metálico. Quanto aos equipamentos, há 1 telefone institucional, 1 computador com acesso à internet via rede *Wi-Fi*. A impressora usada pela coordenação é de uso coletivo e situa-se na secretaria executiva da direção do Iced. Os armários são destinados para guardar os documentos administrativos do curso e o material permanente e de expediente.

O atendimento é feito alternadamente nos turnos matutino, vespertino e noturno para atender professores e discentes em todos os períodos. Alguns serviços acadêmicos e de ordem administrativa são ali realizados, como o atendimento aos discentes e docentes, a confecção de atas de reuniões, memorandos e ofícios. Outra parte dos serviços é realizada pela Gestão Administrativa e pela Gestão Acadêmica do Iced, situadas em duas salas distintas. Esta última concentra os serviços de emissão de históricos, matrículas, assessoria e instrução sobre a vida acadêmica.

Excelentes condições de acústica, ventilação e iluminação garantem um ambiente agradável para o desenvolvimento das atividades administrativas; a limpeza ocorre diariamente e é realizada por empresa terceirizada; a acessibilidade a todos os espaços mencionados é possível através de duas escadas independentes, uma em cada lateral do edifício, e de dois elevadores. Há uma copa para os docentes e técnicos e docentes tomarem café e água e banheiros próximos.

4.5. Auditórios

A Unidade Rondon conta com um auditório climatizado com capacidade para 150

pessoas, com sala de áudio e camarim. O espaço é nomeado de auditório “Wilson Fonseca” e seu uso é facultado a todo o público universitário mediante solicitação e autorização formal do setor de Cerimonial da Ufopa.

Na Unidade Tapajós, também existe um grande auditório que atende toda a universidade, ou seja, é de uso comum de todos os cursos. Ele é equipado com sistema interno de som, telão, projetor de imagens e cadeiras para 600 pessoas. O espaço do auditório é divisível, podendo ser transformado em dois auditórios para 300 pessoas.

4.6. Laboratórios e outros espaços do curso

O curso de História conta com um Laboratório de História, com Laboratórios de Informática de uso compartilhado e com o CDHBA em sua composição.

4.6.1. Laboratório de História

O Laboratório de História é órgão de pesquisa, ensino e extensão, vinculado ao curso de Licenciatura em História e inserido no Programa de Ciências Humanas (PCH), do Iced, localizado na Unidade Rondon, bloco 02, da Ufopa.

O espaço físico do Laboratório de História compreende uma única sala climatizada e com iluminação apropriada que atende à demanda de professores e alunos do curso regular. Para isso, o laboratório possui 07 computadores – 02 para as atividades administrativas do espaço e 05 destinados à utilização dos alunos em consultas a acervos on-line ou mesmo para as atividades desenvolvidas com softwares, cuja licença está a cargo deste espaço. Para as reuniões de docentes e discentes, o laboratório possui 01 mesa de reunião, além de prateleiras metálicas e armários em MDF (para acomodar livros e documentos). O acesso às suas dependências é feito diariamente, de segunda a sexta, no turno vespertino, mediado pelo professor coordenador do Laboratório, pelos professores do curso de Licenciatura em História ou pelos monitores do Laboratório.

O LABORATÓRIO DE HISTÓRIA visa atender:

Aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da Ufopa, prioritariamente aos alunos de graduação do curso de Licenciatura em História.

Aos docentes da Ufopa, prioritariamente àqueles vinculados ao curso de História e ao PCH e que desenvolvem atividades na área de História.

À comunidade externa da Ufopa, prioritariamente da região do Baixo e Médio Amazonas interessados em participar das atividades oferecidas pelo laboratório.

O LABORATÓRIO DE HISTÓRIA tem como objetivos:

Congregar membros do corpo docente e discente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da área de História.

Desenvolver e fomentar projetos de pesquisa, ensino e extensão ligados à área da História, em especial aos eixos de investigação do laboratório de acordo com o artigo 9º.

Oferecer suporte e ser um espaço para o desenvolvimento de pesquisas docentes e para a elaboração de TCCs na área da História, em especial através de pesquisa inseridas nos eixos de investigação do laboratório.

Promover encontros acadêmicos e publicar artigos e outros materiais relativos à área da História, em especial aos eixos de investigação do laboratório.

Desde 2015, com a aprovação do regimento do Laboratório de História, o espaço tem contado com a atuação de monitores regulares que auxiliam o público na utilização do espaço, no respeito às normas do local, e mesmo nas pesquisas on-line e no acesso ao acervo do Laboratório, que compreende uma coleção de livros didáticos, periódicos de grande circulação na área de História, periódicos especializados e livros acadêmicos. Acrescenta-se que o Laboratório de História tem sido utilizado para as atividades dos bolsistas do Pibid-História e da Residência Pedagógica/História, para as atividades do Laboratório de Metodologia de Ensino de História (Life), para oficinas e minicursos, e para pesquisas e atividades práticas das disciplinas.

O antigo Subprojeto Laboratório de Metodologia de Ensino de História, vinculado ao Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life/Capes), foi absorvido pelo Laboratório de História com toda sua estrutura.

4.6.2. Laboratórios de Informática de uso compartilhado:

Há na Unidade Rondon, onde funciona o curso de Licenciatura em História, os laboratórios de informática de uso compartilhado com os demais cursos. Há 3 laboratórios, designados pelos nomes Labin1, Labin 2 e Labin 3. São espaços de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, e coordenados pelo Programa de Ciências Exatas do Iced.

Os Laboratórios de Informática 1 e 2 possuem 25 máquinas cada um e o Labin 3 possui 50 máquinas, todas equipadas com dois sistemas operacionais, Windows com licença, e Linux. Em cada sistema há softwares destinados à matemática, engenharia, computação e educação. Todos têm acesso a internet wireless e são destinados a pesquisas ou a atividades que necessitem de computador. O público alvo são todos os discentes da universidade, funcionando nos três turnos, matutino, vespertino e noturno.

Os Laboratórios de Informática prestam importante auxílio nas aulas que necessitam de acesso dos discentes a computadores. Quando os discentes querem utilizar esses laboratórios, procuram à Gestão Acadêmica para agendamento prévio e direcionam as aulas para um dos laboratórios. Os alunos, entretanto, podem ter acesso livre a esses laboratórios e computadores apresentando identificação prévia controlada por um bolsista remunerado. O acesso à internet é feito com a utilização de um *login* e senha pessoal do acadêmico o qual deve ser o mesmo utilizado para acessar o SIGAA. Todos os laboratórios estão de acordo com o espaço físico disponível para esse atendimento discente.

4.6.3. Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas:

O Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), coordenado pelos professores de História e vinculado ao Iced, foi criado por Portaria nº 429, de 22 de agosto de 2017 e é resultado de um projeto iniciado em 2013. No referido projeto, caberia à Ufopa a guarda, conservação, identificação, higienização e organização da documentação que compõe o acervo histórico do arquivo do TJPA, especificamente das comarcas do Baixo Amazonas, produzidos entre o início do século XIX até a década de 1970. O CDHBA é um dos espaços institucionais que promove as políticas de extensão no curso por meio de ações de educação patrimonial junto à comunidade. Além dos professores e alunos de História, discentes de Direito e Antropologia já atuaram como bolsistas do projeto.

O CDHBA possui três salas em um prédio térreo da Unidade Rondon,

convencionalmente chamado de “sala 17”¹⁶. Na área de entrada do prédio estão dispostas 2 mesas: uma de escritório em L, uma de reunião e 8 cadeiras para que o público externo possa consultar a documentação disponível; na primeira sala destinada ao projeto, temos 2 mesas em L, 1 mesa de escritório retangular, 6 cadeiras de escritório, três computadores modelo desktop com monitor; dois armários pequenos e uma estante com porta de 6 prateleiras, onde ficam guardados os materiais de consumo das atividades de limpeza e organização. Na segunda sala, uma mesa de reunião de 8 lugares, 5 cadeiras de escritório e três armários compõem o aparato material para a realização das atividades. Por fim, o CDHBA utiliza três compartimentos na sala 329 do BMT/Unidade Tapajós para desenvolver os projetos.

¹⁶ A sala 17 na verdade é um pequeno prédio, localizado atrás do prédio H da Unidade Rondon, composto de 4 salas pequenas e uma área em comum. Como afirmado no corpo do texto, duas salas são ocupadas pelo CDHBA, enquanto as outras duas estão destinadas a outros projetos do Iced.